

Marlene E. Wildner (Org.)

RECONSTRUINDO VIDAS NAS FRONTEIRAS

Desafios no atendimento
junto a migrantes e refugiados



CSEM

RECONSTRUINDO VIDAS NAS FRONTEIRAS

Desafios no atendimento junto a
migrantes e refugiados

SÉRIE MIGRAÇÕES

21. Paulo Inglês. **ANGOLA É A NOSSA CASA: Reintegração de retornados angolanos no Uíge vindos da República Democrática do Congo**, 2017, 156 pp.
20. Carmem Lussi (org). **MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS - Abordagens de direitos humanos**, 2017, 382 pp.
19. Ana Maria Nogales Vasconcelos, Tuíla Botega (orgs.). **Política migratória e o paradoxo da globalização**, 2015, 234 pp.
18. Terezinha Santin, Tuíla Botega. **Vidas em trânsito: conhecer e refletir na perspectiva da mobilidade humana**, 2014, 202 pp.
17. Delia Dutra. **Migração internacional e trabalho doméstico. Mulheres peruanas em Brasília**, 2013, 352 pp.
16. Marileida Baggio. **Entre dois mundos: a igreja no pensar e no agir de Giovanni Battista Scalabrini**, 2011, 448 pp.
15. CSEM e Redi ESI – Província Cristo Rei (orgs.). **Mobilidade Humana: Componente curricular da educação Scalabriniana**, 2011, 68 pp.
14. Eléia Scariot. **Mídia e migração contemporânea: estudo sobre o uso dos meios de comunicação pelos migrantes**, 2011, 176 pp.
13. Delia Dutra, Roberto Marinucci e Terezinha Santin (orgs.). **Vidas em trânsito. Mudanças no percurso migratório de migrantes urbanos**, 2011, 224 pp.
12. Roberto Marinucci, Yara Farias e Terezinha Santim (orgs.). **Trajetórias interrompidas: cidadãos brasileiros deportados e não admitidos**, 2009, 170 pp.
11. William César de Andrade. **Povo em itinerância. Israel nos caminhos da migração**, 2007, 104 pp.
10. Analita Candaten. **A espiritualidade de um povo a caminho: elementos para uma espiritualidade no contexto migratório**, 2007, 208 pp.
9. Carmem Lussi. **A missão da Igreja no contexto da mobilidade humana**, 2006, 152 pp.
8. Denise Cogo. **Mídia, interculturalidade e migrações contemporâneas**, 2006, 242 pp.
7. Clecir Maria Trombetta (org.). **Migração e situações de fronteira**. Brasília: CSEM, 2002, 133 pp.
6. **Profetismo e identidade apostólico-missionária da Irmã Scalabriniana**. Brasília: CSEM, 2001, 360 pp.
5. **Balsas: Alteridade, Desencontros e Esperança**. Brasília: CSEM, 2000, 175 pp.
4. Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo - Scalabrinianas. **Migrações contemporâneas: desafio à vida, à cultura e à fé**. Brasília: Redentorista, 1999, 23 pp.
3. Rosita Milesi (Org). **Convivendo com o diferente. Desmigração, Exclusão, Multiculturalismo**. Brasília: CSEM. 1999, 104 pp.
2. Rosita Milesi (Org). **Trabalhadores migrantes**. Brasília: CSEM, 1997, 40 pp.
1. Rosita Milesi (Org). **Migrações à Luz da Palavra**. Brasília: CSEM, 1995, 47 pp.

Série Migrações - 22

MARLENE E. WILDNER (ORG.)

RECONSTRUINDO VIDAS NAS FRONTEIRAS

Desafios no atendimento junto a
migrantes e refugiados



Brasília
2019

ORGANIZAÇÃO: Marlene E. Wildner

REVISÃO DE TEXTO: Brenda Ribeiro

DESIGN GRÁFICO: Fábio Léda

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Reconstruindo vidas nas fronteiras. Desafios no atendimento junto a migrantes e refugiados / Organização: Marlene E. Wildner.

Brasília: CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios, 2019.

192 p.; 15 X 22cm. Série Migrações, 22.

ISBN: 978-85-87823-34-2

Trabalhos apresentados na Conferência internacional Reconstruindo vidas nas fronteiras. Desafios no atendimento junto a migrantes e refugiados, realizada em Johannesburgo, de 4 a 6 de dezembro de 2018.

1. Migrações 2. Refugiados 3. Mobilidade Humana
4. Pastoral do migrante 5. Atendimento I. Título II. Editora.

CDD 325
CDU 342.7

Publicação da Editora CSEM - Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios
SRTVN 702 - Conj. P - Ed. Brasília Rádio Center - Sobrelojas 01/02
70719-900 - Brasília/DF - Brasil - Tel. +55 61 3327 0669
E-mail: csem@csem.org.br
www.csem.org.br

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

SUMÁRIO

9

APRESENTAÇÃO

RESULTADOS DE PESQUISAS REALIZADAS PELO CSEM

15

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE DESAFIOS DAS MIGRAÇÕES
INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Roberto Marinucci

35

DESAFIOS NO ATENDIMENTO NA PERSPECTIVA DOS ATENDIDOS.
CONTRIBUIÇÕES DE UMA PESQUISA DE CAMPO COM MIGRANTES E REFUGIADOS

Carmem Lussi

59

DESAFIOS NO ATENDIMENTO A RETORNADOS JUNTO À FRONTEIRA
ENTRE ANGOLA E REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO.

ELEMENTOS DE UMA PESQUISA NO UÍGE

Paulo Inglês

75

RECONSTRUINDO VIDAS NAS FRONTEIRAS. DESAFIOS NO ATENDIMENTO A
MIGRANTES EM RESSANO GARCIA - MOÇAMBIQUE

Paulo Inglês

99

RECONSTRUINDO VIDAS NAS FRONTEIRAS.
BOAS PRÁTICAS NO ATENDIMENTO A MULHERES E CRIANÇAS
MIGRANTES NA FRONTEIRA NORTE DO MÉXICO

Tuila Botega, Igor B. Cunha, Nathália Vince E. Fernandes, Delia Dutra

EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DE ATUAÇÃO NO ATENDIMENTO A MIGRANTES E REFUGIADOS

121

SCALABRINIANAS: MISSÃO COM MIGRANTES E REFUGIADOS - SMR.
CASA MAMBRÉ, CIDADE DO MÉXICO – MÉXICO

Ir. Ana Silvia Zamin, mscs

135

“JÁ NÃO SOIS ESTRANGEIROS NEM FORASTEIROS, MAS CONCIDADÃOS DOS SANTOS E MEMBROS DA FAMÍLIA DE DEUS” (Ef 2, 19). UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO COM MIGRANTES E REFUGIADOS NA DIOCESE DE ROTTENBURG-STUTTGART

Thomas Broch

145

ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO ENTRE OS RETORNADOS EM ANGOLA. PERÍODO 2002 - 2007

Ir. Marivane Chiesa, mscs

155

ESTUDO E INTERVENÇÃO EM SITUAÇÃO DE TRAUMA. EXPERIÊNCIA DE ATUAÇÃO JUNTO A SOLICITANTES DE REFÚGIO E REFUGIADOS QUE SOFRERAM TRAUMAS POR VIOLÊNCIA E TORTURA

Marivic Garcia Mall

OBSERVADORES

167

A DIMENSÃO PASTORAL EM UMA PERSPECTIVA DE REDE.

A ATITUDE ACOLHEDORA DE JESUS E SEUS SEGUIDORES: A COMPAIXÃO POLÍTICA

Conrado Bonifácio Zepeda Miramontes, sj

176

A ABORDAGEM AOS SUJEITOS DA MOBILIDADE HUMANA E

O PROTAGONISMO DOS MIGRANTES E REFUGIADOS

Ir. Carla Frey Bamberg, mscs

179

ESTRATÉGIAS PARA O TRABALHO COM MIGRANTES E REFUGIADOS E SUA SUSTENTABILIDADE

Ir. Cathy Murugan

DOCUMENTO FINAL DA CONFERÊNCIA

187

CARTA ABERTA

APRESENTAÇÃO

Reconstruir vidas nas fronteiras é o desafio que migrantes e refugiados assumem para si e para os seus a cada passo que os aproxima ou distancia de alguma fronteira física, familiar ou estranha, nas travessias da jornada migratória ou de busca por refúgio e vida em outras terras.

As Irmãs Missionárias Scalabrinianas fazem da reconstrução da vida nas fronteiras sua missão e a meta última de sua dedicação em muitas realidades locais, próximas ou distantes das fronteiras territoriais, fazendo-se migrantes com pessoas e povos que se deslocam em busca de vida, dignidade e um futuro melhor.

Reconstruindo vidas nas fronteiras. Desafios no atendimento junto a migrantes e refugiados foi o título de uma conferência organizada pelo CSEM e pela *Weltkirche*, em parceria com o *Bienvenu Shelter* e a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, com o apoio da Rádio *Veritas* e da *Southern African Catholic Bishops' Conference*. O evento foi realizado em Joanesburgo, na África do Sul, dos dias 4 a 6 de dezembro de 2018, do qual este volume traz os principais resultados em português. Outro volume publica contemporaneamente os textos em inglês. O evento objetivou analisar a ação sociopastoral desenvolvida pelas Irmãs MSCS junto a migrantes e refugiados de três casos específicos nas regiões fronteiriças - Angola / RDC; África do Sul/ Moçambique; e México/Estados Unidos - e observar como migrantes e refugiados lidam com situações de riscos e incertezas nessas

regiões fronteiriças, bem como fluxos migratórios intensos. No evento também foram apresentados resultados de uma pesquisa realizada em três dioceses de fronteira na Itália e experiências concretas de atuação no atendimento junto a migrantes e refugiados.

A Conferência proporcionou um espaço para o intercâmbio de experiências sobre o cuidado de migrantes e refugiados em todo o mundo, proporcionando debates sobre diferentes metodologias e práticas de ação no campo da migração e da assistência às pessoas em mobilidade.

Nas pesquisas a fronteira é interpretada de forma dialética como espaço que nos une e nos separa; como uma ponte que permite encontros dialógicos, mas também como um muro que discrimina e violenta. Nesse espaço fronteiriço, físico e simbólico, na atualidade, milhões de pessoas no mundo inteiro tentam reconstruir suas vidas, seu cotidiano interrompido, bem como as vidas de seus familiares e comunidades sociais de referências. O migrante *não passa por uma fronteira, ele vive na fronteira*. Por outro lado, para além da barreira física, existem fronteiras simbólicas, culturais e sociais que acompanham o migrante em sua vivência na travessia e no destino. Mas como auxiliar migrantes e refugiados para que a vida na fronteira se torne oportunidade de empoderamento, autonomia e autodeterminação e não de violência, exploração e discriminação?

Os resultados das quatro pesquisas apresentadas na Conferência vertem sobre ações concretas de agentes e instituições que visam auxiliar migrantes e refugiados em suas vidas na fronteira. Trata-se de ações que pretendem respeitar e valorizar o protagonismo e a autonomia de migrantes e refugiados, coadjuvando seus projetos migratórios, o que está no cerne do Núcleo Duro de estudos e pesquisas do Centro

Scalabriniano de Estudos Migratórios, base que estrutura todas as pesquisas e análises decorrentes.

A pesquisa na Itália, realizada entre 2016 e 2017 em três dioceses de fronteira da Igreja Católica, foi produzida em um contexto marcado pela crescente xenofobia, pelo entusiasmo trazido por Papa Francisco e, também, pelo forte impacto do fenômeno que ficou conhecido como “crise dos refugiados”, de 2015. Trata-se de uma pesquisa que aponta os desafios do acolhimento de pessoas “em mobilidade”, em estruturas “estáveis” (paróquias e dioceses), um evento que interrompe a cotidianidade estável dessas estruturas e levanta o desafio da reciprocidade transformadora nas relações interpessoais, sociais e pastorais, em interlocução com o contexto político no país.

A pesquisa do México, realizada em 2017 e 2018, buscou analisar as ações sociopastorais desenvolvidas pelas Irmãs MSCS junto aos migrantes em Tijuana, na Fronteira Norte do México com os Estados Unidos, a partir do Instituto Madre Assunta. Concerne em uma casa de acolhimento temporário de mulheres migrantes e seus filhos, num contexto marcado por intensos fluxos e violências. A temporariedade das estadias, a heterogeneidade das interlocutoras e a diversidades dos projetos migratórios levantam o desafio de como construir redes de apoio solidário para auxiliar as migrantes de um ponto de vista material, legal, psicológico e espiritual, sempre preservando e promovendo sua autonomia.

A pesquisa em Angola e fronteira com a República Democrática do Congo (RDC), realizada em 2015, teve como foco a reintegração de retornados angolanos vindos da RDC, com o objetivo de conhecer a situação da população de fronteira da Diocese de Uíge e promover intervenções sociopastoral na área. Ao se concentrar nas experiências de vida cotidiana, esta pesquisa nos permitiu entender os mecanismos formais e informais utilizados por migrantes e refugiados retornados para

lidar com a nova situação em que se encontravam. A pesquisa argumenta que seria possível qualificar a assistência aos migrantes fortalecendo o diálogo entre as dioceses dos dois lados da fronteira, bem como entre as dioceses e outras organizações, especialmente no que se refere a projetos de integração de longo prazo. Além disso, a pesquisa identificou que os programas de assistência funcionam melhor quando o refugiado retornado é reconhecido como uma pessoa que obteve novas experiências e conhecimentos, ao invés de ser tratado como vítima.

Finalmente, a pesquisa de Moçambique reflete sobre o atendimento prestado em Ressano Garcia, fronteira com a África do Sul, no atendimento a migrantes internos e repatriados. Entre outros aspectos, a pesquisa evidenciou os bons resultados da colaboração das MSCS com as autoridades moçambicanas, outras ONGs e grupos da sociedade civil na sensibilização sobre tráfico de pessoas e proteção de menores.

O debate proporcionado pela Conferência visava aprofundar a reflexão e promover a partilha entre os intervenientes sobre o atendimento junto a sujeitos em situação de mobilidade para identificar estratégias promissoras, divulgar experiências exitosas e fortalecer articulações em rede para abordagens interdisciplinares e propositivas aos protagonistas dos fluxos de mobilidade humana.

O evento destacou a importância do *conhecimento* oferecido pelos pesquisadores, pelos agentes sociais e pastorais e, sobretudo, pelos migrantes, como insumos para pensar, planejar, implementar e avaliar ações de apoio às estratégias de superação e resiliência de migrantes e refugiados. Esse conhecimento, além de levar em conta o capital humano envolvido, deve sempre ter em consideração os contextos históricos, culturais, políticos, econômicos, jurídicos, sociais e religiosos em que os deslocamentos ocorrem, além das peculiaridades biográficas de cada sujeito.

A perspectiva adotada no evento considera a mobilidade humana desde uma visão positiva e propositiva, que a compreende como um recurso de que pessoas e povos dispõem em suas trajetórias, e no enfrentamento dos desafios de suas respectivas realidades e contextos locais. A mesma leitura reconhece os sujeitos envolvidos em situações de mobilidade humana como protagonistas de suas trajetórias, atores capazes de autodeterminação e cidadãos que enriquecem a si mesmos e aos seus coletivos, apesar e através dos percursos de deslocamentos populacionais.

O evento reforçou a relevância da relação reciprocamente fecunda entre estudos acadêmicos e atuação direta junto a migrantes e refugiados, pois a atuação direta no atendimento pode qualificar as pesquisas, enquanto que a reflexão e os estudos aprofundados podem tornar mais incisiva a atuação junto aos sujeitos em situação de mobilidade e nos contextos institucionais e sociopolíticos que fazem interface com migrantes e refugiados. O evento produziu uma Carta Aberta, que integra este volume, afirmando “de forma ampla a importância da integração” e conclamando todos os atores à solidariedade com migrantes e refugiados para “promover soluções duradouras, meios de sobrevivência, redução de desigualdades e, por fim, a fraternidade universal”.

O projeto de pesquisa e a conferência *Reconstruindo Vidas nas Fronteiras* proporcionaram resultados importantes e impulsos adicionais, tanto externamente - na política e na sociedade civil - quanto internamente - na Igreja Católica e nas igrejas cristãs como um todo, bem como nas comunidades religiosas das Irmãs Missionárias Scalabrinianas.

Esta publicação é, contemporaneamente, uma base sólida para o desenvolvimento estratégico do trabalho com refugiados e migrantes, e uma oportunidade para a conscientização qualificada sobre o tema na política, nas igrejas, assim como na sociedade civil

e no público em geral. A meta final é sempre o reconhecimento dos direitos fundamentais e da autodeterminação de migrantes e refugiados, “pessoas que, tuteladas na sua dignidade, podem contribuir para o bem-estar e o progresso de todos” (Papa Francisco, 2016).

Com gratidão e reconhecimento pela valiosa colaboração que tornou possível a realização da Conferência *Reconstruindo vidas nas fronteiras. Desafios no atendimento junto a migrantes e refugiados* registramos mais uma vez nosso agradecimento à *Weltkirche* que, com o CSEM, promoveu o evento; à congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas; ao *Bienvenu Shelter*, pela parceria, e à *Southern African Catholic Bishops’ Conference* e *Rádio Veritas*, pelo apoio. Um agradecimento especial a cada participante, que com sua presença, suas reflexões, a partilha e a convivência, tornaram o evento frutuoso e o abrilhantaram com a riqueza das contribuições de cada um e de cada uma. Voluntários e voluntárias que atuaram na preparação e na realização da Conferência têm nossa estima, gratidão e carinho.

Ir. Marlene E. Wildner, mscs

Diretora do CSEM

Brasília, 30 de junho de 2019.

**RESULTADOS DE PESQUISAS
REALIZADAS PELO CSEM**

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE DESAFIOS DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

*Roberto Marinucci**

[1] A migração é parte inerente da história humana, desde que os primeiros homínídeos, a partir do continente africano, espalharam-se pelo globo terrestre. No entanto, se os deslocamentos geográficos sempre ocorreram na história do gênero humano, nunca como hoje se tornaram objetos de debates e disputas. Alguns importantes fatores — em nível local, nacional e transnacional — incentivaram ou possibilitaram a difusão de uma mobilidade humana cada vez mais visível e intensa no mundo inteiro. Entre eles, cabe destacar, de forma resumida, a) o processo de descolonização, b) a queda do muro de Berlim e o fim da assim chamada “cortina de ferro”, c) o recrudescimento de novos conflitos bélicos, sobretudo na Ásia e na África, d) as crescentes desigualdades sociais acopladas à ostentação midiática do bem-estar de minorias, e) o aumento de eventos climáticos e desastres ambientais, f) o aprimoramento e relativo barateamento de meios de transportes e comunicação, g) o desenvolvimento urbano e suas implicações, h) as novas dinâmicas demográficas atreladas a mudanças no mercado de trabalho, e também i) o desejo, “tremendamente humano” (Bauman, 2017) e “moderno” de buscar melhores condições de vida, de estudo e de trabalho.

* Italiano. Mestre em Missiologia e doutorando em Teologia. Pesquisador do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios e Editor-chefe da Revista REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana – Brasília - Brasil.

[2] Para além desses fatores cabe destacar mais dois aspectos de caracterização mais recente. O primeiro se refere ao que Alain Badiou (2016) define de processo de “zoneamento”, a saber, um fenômeno de gangsterismo político que visa o enfraquecimento, o despedaçamento ou o desaparecimento dos Estados nacionais, com a formação de áreas caóticas dominadas por bandos armados manipulados por potências internacionais. O que está acontecendo em Iraque, Líbia, Mali ou, até, Síria, não seria um mero acaso ou o produto da ação de grupos marginais, e sim uma estratégia planejada e coordenada a serviço do capitalismo contemporâneo. Esse fenômeno, como fica evidente, gera a violação sistemática dos direitos mais elementares da população local — inclusive dos migrantes em trânsito —, incentivando fugas e expulsões em massa.

Em relação ao segundo, Saskia Sassen (2016) tem chamado atenção recentemente acerca da dinâmica de “expulsão” que estaria caracterizando o sistema capitalista contemporâneo: “qualquer coisa ou qualquer pessoa, seja uma lei ou um esforço cívico, que dificulte a obtenção de lucro corre o risco de ser posta de lado - de ser expulsa” (Sassen, 2016, p. 253). Trata-se de uma lógica sistêmica, proposital, brutal e predatória que abrange diferentes âmbitos: o “armazenamento” de refugiados em determinadas áreas; a expulsão de “flora, fauna, cidades, pequenos proprietários rurais e regras tradicionais” de posse ou do uso da terra (*ibidem*, p. 138), em decorrência das crescentes aquisições de *terras estrangeiras* (*land grabbing*) por parte de Estados ou empresas multinacionais; os processos de expulsão decorrente da produção de “*terras e águas mortas*”, ou seja, “terra exaurida pelo uso incessante de produtos químicos; água morta pela falta de oxigênio em decorrência de todo tipo de poluição” (*ibidem*, p. 179), o que torna cada vez menor a “terra habitável” em nosso planeta.

Esses fatores estruturais e sistêmicos não necessariamente determinam os deslocamentos humanos, mas, com certeza, se tornam variáveis que condicionam profundamente as escolhas das populações envolvidas.

[3] Podemos afirmar, portanto, que vivemos em um contexto de *'hipermobilidade'*, apesar das estimativas oficiais apontarem o contrário. De fato, conforme a ONU, apenas 3,4% da população mundial vivia, em 2017, fora do país de nascimento¹, o que corresponde a cerca de 257 milhões de pessoas. No entanto, uma avaliação mais ponderada sobre essas estimativas comprova que, na atualidade, o *fenômeno migratório envolve a grande maioria da população mundial*.

- Em primeiro lugar, as estimativas da ONU não conseguem calcular de forma suficientemente precisa os amplos fluxos de migrações irregulares e, sobretudo, os *intensos deslocamentos temporários, transfronteiriços, circulares e sazonais*.

- Em segundo lugar, devido à definição de migrante internacional (pessoa que reside fora do país de nascimento), as estimativas da ONU não contabilizam os milhões de *'retornados'*, pessoas que regressaram no país de origem após viverem no exterior. Este grupo de pessoas com frequência já passou por várias migrações, inclusive a última — o retorno —, que não deixa de apresentar desafios típicos de uma jornada migratória.

- As estimativas da ONU não levam em conta as *migrações internas* que, dependendo dos casos, podem apresentar desafios análogos às migrações internacionais, sobretudo quando o deslocamento envolve mudanças radicais, como ocorre, por exemplo, nos casos em que a migração se dá para uma região

¹ Essa é a definição de migrante internacional da ONU: a pessoa que reside fora do país de nascimento.

onde predomina outro grupo étnico ou um diferente idioma, ou no assim chamado fluxo rural-urbano.

- Outro aspecto a ser destacado é que o fenômeno migratório diz respeito não apenas à pessoa que emigra, mas também à sua “*unidade social de referência*” (Martins, 2003, p. 145). Com essa expressão entendemos principalmente um núcleo, mais ou menos extenso, ligado por laços de parentesco ou afetivos, que acaba sendo envolvido nas dinâmicas migratórias de alguns de seus membros. A expressão ‘*família transnacional*’ indica, justamente, núcleos compostos por pessoas ligadas por laços de sangue, matrimônio ou adoção que, mesmo residindo em países diferentes, mantêm estritas relações afetivas e econômicas.

- Finalmente, a condição migratória é partilhada também por pessoas que, mesmo não se deslocando geograficamente, *vivem num contexto fortemente marcado por intensas mudanças socioculturais*, condicionadas inclusive pelas migrações: essas pessoas também partilham certo “desenraizamento”² típico da condição migratória, ainda que com características diferentes. Formas de xenofobia, por vezes, podem surgir dessas experiências de estranhamento.

[4] No meio dessa hipermobilidade, percebe-se um significativo crescimento das assim chamadas *migrações forçadas*. A importância dessa categoria reside, basicamente, na necessidade de sublinhar que na origem da decisão de migrar há algum tipo de violação de direitos. Existe uma “situação de adversidade” que condiciona — não necessariamente determina

²O termo italiano *spaesamento* seria mais correto, pois antes que a falta de raízes (o ser humano não tem raízes, tem pernas) o ser humano pode sofrer de perda de referenciais identitários típicos de uma aldeia (*paese*).

— a decisão de migrar. As migrações forçadas, no fundo, são “migrações securitárias”, em busca de se proteger de conflitos, violações de direitos humanos ou, até, por segurança alimentar. A etiologia do processo, com frequência, influencia numerosas escolhas sucessivas do projeto migratório, multiplicando, por vezes, as violações sofridas pelos migrantes.

Apesar da importância de sublinhar os fatores que impulsionaram o processo migratório, a categoria “migração forçada” é hoje objeto de numerosos questionamentos e debates. Geralmente essa categoria está associada aos assim chamados *refugiados na acepção da Convenção de 51*, aqueles deslocados cuja situação se encaixa na restritiva definição da Convenção de Genebra de 1951 e dos Protocolos de 1967 e que, por isso, têm direito à proteção por parte dos países signatários. Na nossa visão, no entanto, as fronteiras entre migrações ‘voluntárias’ e ‘involuntárias’ são bastante porosas, nebulosas, sendo que nos móveis de um ato migratório podem convergir distintas motivações, com graus diferentes de voluntariedade. Castles e Miller têm chamado isso de “nexo migração-refúgio”: “subdesenvolvimento, empobrecimento, mau governo, guerras endêmicas e violações de direitos humanos estão estritamente interligados. Essas condições são as causas seja das migrações econômicas seja da fuga por motivos políticos. Muitos movimentos migratórios envolvem tanto migrantes com motivações econômicas quanto refugiados, a ponto de levar o ACNUR em utilizar a expressão ‘fluxos mistos’” (Castles, Miller, 2012, p. 58).

Além disso — é sempre bom lembrar — o universo das assim chamadas “migrações forçadas” excede amplamente a restritiva definição de refugiado da Convenção de 51. Em outros termos, todos os refugiados são “migrantes forçados”, mas apenas alguns “migrantes forçados” são reconhecidos como refugiados.

Ter consciência disso é muito importante, pois, na atualidade, a Convenção de Genebra é frequentemente “utilizada” como um instrumento de exclusão e deportação: quem não se encaixa perfeitamente em sua definição de “refugiado” é sumariamente julgado como “migrante econômico”, que, na acepção de muitos, significa apenas “pessoa que entrou no país de forma irregular a fim de desfrutar abusivamente da generosidade ou dos serviços sociais oferecidos pelos países receptores”. Pouco importa se, na percepção das pessoas envolvidas, os dramas e as violências sofridos deveriam ser suficientes para a solicitação de refúgio ou de algum visto humanitário (Zetter, 2007, p. 178). Em outros termos, é importante evitar que o indeferimento da solicitação de refúgio justifique a criminalização dos solicitantes. E, sobretudo, é importante revisitar a categoria “*migrante econômico*”, que na acepção atual abarca tanto pessoas que buscam segurança (inclusive alimentar) — os que Alexander Betts (2010) chama de *survival migration* — quanto pessoas abastadas que anelam melhores condições de vida.

[5] Mas há também outro aspecto que deve ser levantado em relação às assim chamadas migrações forçadas. Devido à ausência ou reduzida presença de mecanismos de ingresso regular em outros países, a busca pelo status de refugiado ou de algum outro visto humanitário se torna fundamental a fim de garantir a permanência e, muitas vezes, a segurança, própria e da unidade social de referência. No entanto, esse processo de categorização (*labelling*) dos migrantes, ainda que importante de um ponto de vista jurídico e administrativo a fim de estabelecer parâmetros de acolhida, se torna, com frequência, uma ‘camisa de força’ para as pessoas envolvidas. Em outros termos, a etiologia ‘oficial’ do deslocamento acaba determinando a condição ‘identitária’ da pessoa; a necessidade de refúgio se torna incapacidade de *agency*; o direito à proteção

implica necessariamente o dever de docilidade³. Citando uma analogia utilizada pela pesquisadora brasileira Iana Vasconcelos (2018), ao ser reconhecido como refugiado, o sujeito é forçado a assumir a condição de ‘pet’, ‘animal de estimação’, amparado, alimentado e cuidado, mas jamais considerado plenamente igual e/ou alguém “de dentro” da comunidade receptora (Vasconcelos, 2018, p. 144). Essa domesticação dos migrantes acarreta um conjunto de *expectativas padronizadas* que, quando frustradas, podem desencadear na sociedade ou nos agentes acolhedores reações de ressentimento pela suposta ‘ingratidão’.

Nesse sentido, é importante insistir no fato de que a etiologia oficial da fuga, as violências subidas e a necessidade de amparo não eliminam a *agency*, a autonomia e o direito de autodeterminação dos migrantes. O deslocamento geográfico, por vezes, é apenas uma das possíveis saídas para a superação de uma situação de crise, uma saída que frequentemente envolve uma projetualidade e numerosas escolhas pontuais (onde ir, como ir, quando ir.). Cabe, portanto, valorizar as abordagens que, independentemente das circunstâncias e das motivações, mais ou menos voluntárias, do deslocamento, insistem na mobilidade geográfica como um processo “histórico” (Malkki, 1996), “criativo” (Inglês, 2018) e “político” (Di Cesare, 2017) de sujeitos que, apesar dos intensos condicionamentos externos, recorrem a ferramentas culturais e experienciais para a estruturação de *táticas de enfrentamento de situações adversas* (De Certeau, 1990). Enfrentamento não apenas individual, mas também coletivo. De fato, muitas vezes “migrar é um ato político” (Di Cesare, 2017), um ato de rebelião. Menosprezar

³ “Institutional needs transform a story into a bureaucratic label and ascribe an identity of the ‘other’. The concept of labelling reveals how seemingly essential bureaucratic practices to manage the influx of refugees, and thus manage an image, in fact produce highly discriminatory labels designed to mediate the interests of the state to control in-migration” (Zetter, 2007, p. 184).

a autonomia dos migrantes forçados é uma forma para “despolitizar” seus atos.

Enfim, os migrantes com que lidamos não são pessoas desprovidas de autonomia e projetualidade.

[6] Essas reflexões nos remetem a mais um desafio das migrações contemporâneas. Como já afirmamos, num contexto de políticas migratórias cada vez mais securitárias e seletivas, uma das únicas saídas para ingressar em outro país é a busca pelo status de refugiado ou algum tipo de visto humanitário. No entanto, para conseguir isso muitas vezes é necessário ‘expor’ ou até dramatizar’ o próprio sofrimento. No caso específico do refúgio, deve-se convencer um oficial de elegibilidade — com a linguagem oral ou com a linguagem do corpo — acerca do “fundado temor”; no caso das demais migrações, os recém-chegados são constantemente pressionados, de forma mais ou menos direta, a manifestar e comprovar sua vulnerabilidade (do latim *vulnus*, ferida) a fim de confirmar que sua jornada não foi viciada pelo mero desejo de uma vida melhor. Enfim, apenas o sofrimento justifica a acolhida. O sofrimento — passado e presente — é o preço a ser pago para a obtenção do acesso a serviços sociais⁴.

Além dos evidentes desafios psicossociais relacionados com essa necessidade de “expor” seus sofrimentos (De Micco, 2019) — inclusive suas marcas corporais —, quero chamar atenção em relação a uma tríplice passagem, inspirado nas reflexões de Didier Fassin (2006): nas últimas décadas, as narrativas sobre *violações de direitos* foram tendencialmente suplantadas por narrativas sobre o *sofrimento individual* que, por sua vez, em uma sociedade cada vez mais indiferente (Papa Francisco, 2013), estão se transformando em narrativas alarmistas e

⁴ “Rifacendoci al saggio di Marcel Mauss (1923) possiamo pensare questa messa a nudo dell’infelicità come un dono a cui il richiedente è tenuto, in cambio del contro-dono rappresentato dalle prestazioni sociali sperate” (Fassin, 2006, p. 103).

securitárias sobre a *culpabilidade das vítimas*. Em outros termos, o acolhimento de migrantes deixa de ser um ato de justiça (por causa de violações de direitos, inclusive sistêmicas), para tornar-se um ato de compaixão ou misericórdia (por causa dos sofrimentos individuais), sendo cada vez mais comum a negação do acolhimento, justamente pela indiferença em relação às injustiças, pela insensibilidade em relação aos sofrimentos alheios ou, mais simplesmente, pelas espraiadas sensações de medo e insegurança. A própria representação social dos voluntários, assistentes sociais ou agentes de pastoral muda dependendo das narrativas hegemônicas, como veremos mais adiante.

[7] Acredito que seja no interior desse processo de mudança de narrativas que se insere o fenômeno da *criminalização da migração* (Guia, Pedroso, 2015; Mansur, 2015). A crescente visibilidade e, por vezes, intensidade dos fluxos migratórios, tem levado numerosos países a promulgar legislações e implementar políticas *restritivas* e *securitárias*. Esses dispositivos jurídicos e políticos, para além de suas capacidades de gerenciamento do fenômeno, veiculam uma imagem, uma representação social do fenômeno migratório.

As “restrições” aos ingressos transmitem a mensagem de que a presença de migrantes no território seja um “problema”, um “dano”, um “prejuízo” para a população local; por outro lado, a ligação entre segurança e migração passa a ideia de que a presença de migrantes seja um potencial “perigo”, uma “ameaça” para a Nação⁵. A criminalização das migrações se alicerça na visão do migrante como “prejuízo” — é criminoso por “roubar” nosso trabalho, nossas riquezas, nossos serviços sociais — e como “ameaça” — é criminoso por trazer violência

⁵ É importante sublinhar que isso acaba envolvendo até os refugiados da Convenção de 51, que têm direito à proteção, mas que também sofrem as consequências das representações negativas em relação aos imigrantes.

e, até terror, em nossa terra. Trata-se de uma abordagem que pressupõe e, ao mesmo tempo, ratifica uma visão idealizada ou etnocêntrica da nação receptora: os problemas vêm de fora, são exógenos. Para resolver o “problema”, além de muros e valas, fechamento de portos e restrições na obtenção de vistos, são erguidas fronteiras antes e depois da fronteira, como no caso da externalização das fronteiras (*outsourcing*, fronteiras externas) (Casas-Cortes, Cobarrubias, Pickles, 2015) e das políticas de integração subordinada (fronteiras internas)⁶.

[8] Não se deve estranhar, portanto, o crescimento da *xenofobia*. Não se trata de algo “natural”, e sim cuidadosamente planejado (Perocco, 2018). Com a expressão *xenofobia* entendemos as diferentes formas de violência — física e psicológica — contra pessoas “estrangeiras” (*xenos*) ou migrantes. No entanto, é bom lembrar que a *xenofobia* se intersecciona (Piscitelli, 2008) com outras violências atreladas a classe social, etnia, cor da pele, gênero, religião, entre outras⁷.

As consequências da *xenofobia* são extremamente graves e abrangem não apenas suas vítimas, mas a sociedade como um todo. A hostilidade contra os recém-chegados, que pode se apresentar de forma velada ou manifesta, individual ou institucional, demarca uma fronteira entre pessoas residentes no território, uma fronteira que acaba dificultando processos

⁶ Um exemplo será suficiente: em 2016 a Dinamarca aprovou a confisca de bens a refugiados que possuíam mais de 1.300 euros. Na época, questionada sobre essa medida, a ministra da Integração dinamarquesa, Inger Støjberg, afirmou que o objetivo real não era a redução dos gastos do Estado, pois os bens preciosos e o dinheiro dos refugiados eram extremamente limitados, e sim, “reduzir a afluência dos solicitantes” de asilo (cf. <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/01/26/internacional/1453796798_630517.html>). Leis análogas foram aprovadas também na Suíça e em alguns Estados da Alemanha.

⁷ Há caso, por exemplo, em que a *xenofobia* afeta filhos de migrantes que nasceram no e possuem a nacionalidade do país de acolhida. No sentido estrito, eles não são estrangeiros e tampouco migrantes. Mas a combinação de fatores como fenótipo, adesão religiosa, classe social e traços culturais é suficiente para desencadear a violência *xenófoba*.

integrativos e dialógicos. O desejo de uma “sociedade pura” ou a fuga quimérica num passado inventado, idealizado ou imaginado (Anderson, 2008), tende a produzir retrocessos racistas, nacionalistas e soberanistas, na lógica da “limpeza étnica”⁸. Cria-se, em outros termos, uma humanidade estratificada, hierarquizada, em que a dignidade humana é determinada não pela pertença à humanidade, e sim pela *qualidade do seu documento de identidade*. De fato, como afirma Marco Aime (2013, p. 35-36), hoje não é *suficiente nascer ou viver para existir socialmente*: é necessário um “documento” que confira dignidade e direitos. O nascimento garante a existência “biológica”, mas a “existência política”, que confere direitos, decorre do documento de referência. O problema é que nem todos têm documentos (por exemplo, os apátridas *strictu sensu* ou os “apátridas de fato”⁹) e, sobretudo, que nem todos os documentos conferem a mesma quantidade de direitos — a mesma dignidade. Nessa sociedade estratificada, a inferiorização de determinados grupos, como sublinha Taguieff (1999) em relação ao racismo, visa o extermínio (*ex terminus*) — mediante a eliminação física¹⁰ ou a expulsão — ou a *exploração* — mediante os processos de ilegalização e deportabilidade (De Genova, 2002), bem como da assim chamada “pedagogia da precariedade” (Perocco, 2017).

[9] A xenofobia é produzida e, ao mesmo tempo, reforça a criminalização das migrações. Entre seus principais efeitos tem a assim chamada *criminalização da solidariedade* (Penchaszadeh, Sferco, 2019). Se o estrangeiro — seja ele migrante ou refugiado — é um prejuízo e uma ameaça para a população local, todos aqueles que, de alguma forma, se solidarizam com os recém-

⁸ Poder-se-ia falar também em “limpeza cromática”, “limpeza de classe”, etc. O retorno da Ku Klux Klan nos EUA é um claro exemplo desse preocupante fenômeno.

⁹ Os que não têm ‘documentos à disposição’ por causa dos percalços das fugas.

¹⁰ São os que em outro contexto chamamos de políticas migratórias “malthusianas” (Marinucci, 2018).

chegados, aliviando seus sofrimentos e, de forma direta ou indireta, auxiliando-os em sua jornada migratória, se tornam *cúmplices*. Voluntários, assistentes sociais, agentes de pastoral que, de diferentes maneiras, se comprometem pela defesa e promoção dos direitos das pessoas em mobilidade, se tornam suspeitos não só de traição da pátria e de sua legítima população¹¹, mas também de conivência com atividades criminosas. É bastante conhecido o caso de Benoît Duco, guia de montanha francês, que após encontrar, em março de 2018, uma família de nigerianos a dois mil metros de altitude, em uma região nevada entre a Itália e a França, levou a mulher migrante em trabalho de parto, junto com seu marido e suas duas crianças de 2 e 4 anos, para um hospital. A criança nasceu em segurança, enquanto a mãe não resistiu. O guia de montanha foi acusado de violação das leis migratórias francesas e pode ser condenado a até cinco anos de prisão. Ato de perseguição e violência contra pessoas e organizações solidárias se espalharam globalmente. É mais um desdobramento da xenofobia e da criminalização das migrações.

Na atual conjuntura, quem opta por ser solidário com as pessoas deslocadas, sabe que terá que enfrentar não apenas os desafios do acolhimento, mas também da rejeição de amplos segmentos da população nacional. Inclusive no interior do próprio grupo religioso.

[10] A este propósito, merece uma breve reflexão também a *questão religiosa*. Os sistemas de crenças impactam tanto nas políticas migratórias de ingresso/deportação, quanto nas políticas de integração. A perseguição religiosa é uma das causas de fugas e expulsões de pessoas em numerosas regiões do mundo; os sistemas de crenças podem ser também um empecilho para a imigração de determinados grupos de

¹¹ Na percepção deles, o patriota deve colocar em primeiro lugar os interesses nacionais, seguindo o lema “primeiro os nacionais”.

migrantes, quando os países receptores possuem políticas migratórias com clivagem religiosa, como no caso do Muslim Ban de Trump. Ademais, há um impacto também nas políticas de integração: vários Estados estabeleceram sérias restrições à liberdade de expressão religiosa e à liberdade de culto, como, por exemplo, no que se refere à construção de templos ou à exibição ostensiva de símbolos religiosos (Nussbaum, 2012; Pace, Ravecca, 2010; Marinucci, 2012).

Em termos gerais, em nossa opinião, na origem dessas abordagens há uma interpretação equivocada ou instrumental do fenômeno religioso enquanto mero “fator cultural” a serviço da preservação do *status quo* e da ordem institucional. Nessa visão são cabalmente desconsiderados ou menosprezados os valores humanistas, inclusivistas e universalistas que, em geral, as várias denominações religiosas carregam (Pace, 2018). As consequências podem ser muito graves tanto para as populações migrantes quanto para as populações autóctones. As primeiras são discriminadas por motivos religiosos e, por vezes, pressionadas a abandonar ou privatizar as próprias crenças, que, na realidade, são importantes ferramentas comunitárias de enfrentamento simbólico das adversidades da jornada migratória; já as segundas, as populações autóctones, são induzidas a uma questionável interpretação sectária e exclusivista do fenômeno religioso.

Enfim, num mundo cada vez mais interconectado e plural, não é mais a lógica “exclusivista” que pode garantir a coesão social — assim como ocorreu na Europa do século XVII, com a separação dos fiéis conforme o princípio *cuius regio eius religio* (Sciortino, 2017) — mas é, ao contrário, o universalismo *inclusivista*, frequentemente relacionado a uma criação comum ou a uma salvação universal. No entanto, esta abordagem, que possui a potencialidade de criar percursos de encontro,

diálogo, tolerância e convivência, colide abertamente com as pretensões nacionalistas e soberanistas, bem como com as narrativas idealizadas de comunidades imaginadas (Anderson, 2008). As resistências que Papa Francisco enfrenta em seu aberto compromisso pela defesa dos direitos dos migrantes (Marinucci, 2018) confirmam a profunda tensão que existe, inclusive no interior das mesmas denominações religiosas, entre o paradigma exclusivista e aquele do inclusivista.

[11] Mas há também *sinais de esperança*. Geralmente, os atos cotidianos de solidariedade, resiliência e superação são muito pouco midiáticos. Mas acontecem. Podem ser citados numerosos exemplos de solidariedade junto aos migrantes, uma solidariedade que assume uma relevância ainda mais significativa num contexto marcado pela crescente criminalização das migrações. Dentre os numerosos exemplos, gostaríamos de citar apenas três casos:

- a criação de *corredores humanitários* (Morozzo Della Rocca, 2017) em alguns países europeus, por parte de organizações da sociedade civil de inspiração religiosa. Tais corredores atestam que as mortes durante os trajetos poderiam ser tranquilamente evitadas, dependendo exclusivamente de vontade política;

- o surgimento das assim chamadas “cidades refúgio” ou “cidades santuário” (Furri, 2018), que implementaram redes urbanas de solidariedade em aberta contraposição com as políticas nacionais alarmistas e restritivas. Tais cidades estão gerando um conjunto de políticas locais interdependentes e participativas com vistas ao reconhecimento do direito à cidade de todos os sujeitos residentes, independentemente de sua origem e nacionalidade.

- o crescente número de *indivíduos, famílias, organizações da sociedade civil, instituições religiosas* que atuam na promoção dos direitos de migrantes e refugiados. Vale mencionar, a este

respeito, Las Patronas, um grupo de mulheres voluntárias da comunidade *La Patrona*, no município de Amatlán de los Reyes, Veracruz, no México, que desde 1995 oferecem mantimentos a migrantes em trânsito.

Tais ações, em nível local, nacional e transnacional, geram um tecido amplo e denso de solidariedade, tanto em termos institucionais quanto interpessoais, que fortifica as táticas (De Certeau, 1990) de superação desenvolvidas pelos próprios migrantes.

De fato, para além dos atos de solidariedade — que, inclusive, não são isentos do risco de estarem acoplados a dinâmicas de controle e domesticação — é importante assinalar as lutas cotidianas dos próprios sujeitos migrantes que, parafraseando Otto Maduro (1994), utilizam os deslocamentos geográficos como “mapas para a festa”, “uma espécie de roteiros para tentar achar e abrir cominhos que nos levem de volta à vida feliz, a uma vida que mereça e facilite ser frequentemente festejada com alegria, prazer e gosto” (p. 13). Sua resiliência, suas presenças “abjetas” e suas ações reivindicativas constituem irrupções na esfera pública e privada de seres humanos que se autorreconhecem como sujeitos políticos, transformam a mobilidade em mobilização e denunciam as contradições e os paradoxos da atual (des)ordem global. A migração contemporânea é um ato político.

Referências

AIME, Marco. *La macchia della razza*. Storie di ordinaria discriminazione. Eleuthera, 2013.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BADIOU, Alain. *Il nostro male viene da più lontano*. Torino: Einaudi, 2016.

BAUMAN, Zygmunt. *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BETTS, Alexander. *Survival Migration: A New Framework*. *Global Governance*, v. 16, p. 361-382, 2010.

CASAS-CORTES, Maribel; COBARRUBIAS, Sebastian; PICKLES, John. Changing Borders, Rethinking Sovereignty: Towards a Right to Migrate. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, Brasília, v. 23, n. 44, p. 47-60, 2015.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

DE GENOVA, Nicholas. *Migrant “illegality” and deportability in everyday life*. *Annu. Rev. Anthropol.*, n 31, p. 419-447, 2002.

DE MICCO, Virginia. *Menti migranti, Menti adolescenti*. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, v. 27, n. 55, pp. 49-62, 2019.

DI CESARE, Donatella. *Stranieri residenti*. Uma filosofia della migrazione. Torino: Bollati Boringhieri, 2017.

FASSIN, Didier. *Un ethos compassionevole*. La sofferenza come linguaggio, l’ascolto come política. *Antropologia*, n. 8, p. 93-111, 2006.

FURRI, Filippo. *La città-rifugio: una declinazione dell’accoglienza tra solidarietà e autonomia*. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 26, n. 52, p. 11-36, 2018.

GUIA, Maria João; PEDROSO, João. *A insustentável resposta da “crimigração” face à irregularidade dos migrantes: uma perspectiva da União Europeia*. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 23, n. 45, p. 129-144, 2015.

INGLÊS, Paulo. Globalizzazione, mobilità umana e creatività: Rivisitando categorie a partire da tre casi di migrazione forzata in Angola. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 26, n. 54, p. 95-113, 2018.

MADURO, Otto. *Mapas para a festa*. Petrópolis: Vozes, 1994.

MALKKI, Liisa. *Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism, and Dehistoricization*. *Cultural Anthropology*, v. 11, n. 3, p. 377-404, 1996.

MANSUR DIAS, Guilherme. Notas sobre as negociações da “convenção do crime” e dos protocolos adicionais sobre tráfico de pessoas e contrabando de migrantes. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília*, v. 23, n. 45, p. 215-234, 2015.

MARINUCCI, Roberto. Papa Francisco, le migrazioni e le comunità cristiane. In: LUSSI, Carmem (a cura di). *Incontro che trasforma*. Sfide e opportunità della relazione tra Chiesa italiana e migrazioni. Lodi (PG): CSEM, Fondazione Migrantes, 2018, p. 127-142.

MARINUCCI, Roberto. A migração dos deuses: as migrações internacionais e a questão religiosa contemporânea. In: PEREIRA, Glória Maria Santiago; PEREIRA, José de Ribamar Sousa (orgs.). *Migração e globalização: um olhar interdisciplinar*. Curitiba: CRV, 2012, p. 189-208.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*. Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOROZZO DELLA ROCCA, Paolo. Os assim chamados “corredores humanitários” e o possível papel da sociedade civil nas políticas de refúgio e migração regular. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, Brasília*, v. 25, n. 51, p. 47-57, dez. 2017.

NUSSBAUM, Martha. *La nuova intolleranza. Superare la paura dell'Islam e vivere in una società più libera*. Milano: Il Saggiatore, 2012.

PACE, Enzo. La malattia chiamata Europa. Controversia sull'islamizzazione in Europa e rinascita del nazionalismo. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 26, n. 53, p. 11-24, 2018.

PACE, Enzo; RAVECCA, Andrea. Religioni, genere e generazioni. Uno sguardo europeo sull'Italia: introduzione. *Mondi migranti*, n. 2, p. 43-59, 2010.

PAPA Francisco. Homilia do Santo Padre. Viagem a Lampedusa, 01.07.1993. Disponível em: <<http://w2.vatican.va/content/francesco/pt.html>>.

PEROCCO, Fabio. Precarización del trabajo y nuevas desigualdades: el papel de la inmigración. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 25, n. 49, p. 79-94, 2017.

PEROCCO, Fabio. Anti-migrant Islamophobia in Europe. Social roots, mechanisms and actors. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 26, n. 53, p. 25-40, 2018.

PENCHASZADEH, Ana Paula; SFERCO, Senda Inés. Solidaridad y Fraternidad. Una nueva clave ético-política para las migraciones. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 27, n. 55, pp. 149-164, 2019.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263- 274, jul/dez. 2008.

SASSEN, Saskia. *Expulsões. Brutalidade e Complexidade na Economia Global*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2016.

SCIORTINO, Giuseppe. *Rebus Immigrazione*. Bologna: il Mulino, 2017.

TAGUIEFF, Pierre André. *Il razzismo*. Prejudizi, teorie, comportamenti. Raffaello Cortina, 1999.

VASCONCELOS, Iana dos Santos. Receber, enviar e compartilhar comida: aspectos da migração venezuelana em Boa Vista, Brasil. *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 26, n. 53, p. 135-151, 2018.

ZETTER, Roger. More Labels, Fewer Refugees: Remaking the Refugee Label in an Era of Globalization. *Journal of Refugee Studies*, v. 20, n. 2, 2007.

**DESAFIOS NO ATENDIMENTO NA PERSPECTIVA DOS
ATENDIDOS**
**CONTRIBUIÇÕES DE UMA PESQUISA DE CAMPO
COM MIGRANTES E REFUGIADOS**

*Carmem Lussi***

A reflexão sobre o atendimento a migrantes e refugiados recebe aportes singulares da contribuição dos próprios atores em situação de mobilidade humana, seja como destinatários dos serviços, especialmente quando passam por situações de vulnerabilidade ou de necessidade, seja como agentes na função de profissionais/voluntários e/ou representantes de instituições que atuam em contextos de mobilidade humana, participando como colaboradores e/ou titulares responsáveis de iniciativas em favor/junto a outras pessoas migrantes, solicitantes de proteção internacional, refugiados e demais categorias de gente em trânsito.

O CSEM realizou uma pesquisa¹ sobre o impacto das migrações no contexto eclesial italiano, entre outubro de 2016

* Brasileira, Doutora em Teologia, Mestre em missiologia e especialista em Migrações e Intercultura e em gestão de organizações non-profit. Assessora do CSEM – Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios.

¹ Os primeiros resultados da pesquisa foram publicados no volume: LUSI, Carmem (Org.). *Incontro che trasforma. Sfide e opportunità della relazione tra Chiesa italiana e le migrazioni*. Collana Quaderni Migrantes n. 11. Todi (PG): CSEM, Fondazione Migrantes e Tau Editrice, 2018. Mais informações sobre a pesquisa podem ser encontradas também no artigo LUSI, Carmem. Encontro transformante. Desafios e oportunidades da relação entre igreja local e as migrações internacionais. In *Espaços - Revista de Teologia e Cultura*, v. 26, n. 2, 2018, p. 185-207.

e maio de 2017, tendo como objetivos principais analisar esse fenômeno, apoiar a atuação eclesial entre migrantes e refugiados², ampliar o diálogo sobre os temas inerentes à mobilidade humana que interpelam a Igreja italiana e promover análises participativas sobre a temática migratória naquele contexto. Foram escutadas 115 pessoas, entre as quais 34 pessoas em situação de mobilidade, provenientes de mais de 20 países e com perfis migratórios de grande diversidade³, que foram ouvidas como interlocutores informantes, convidadas a refletir sobre o tema, independentemente da fé que professam e do lugar eclesial e social em que se situam. A pesquisa também incluiu atividades de observação participante e seminários de debate para ampliar e aprofundar a análise dos resultados.

As anotações a seguir recolhem os principais elementos emergentes dos dados coletados junto aos 34 informantes migrantes e refugiados que participaram da pesquisa, relidas com vistas a contribuir para a reflexão sobre práticas exitosas de atuação em contextos de mobilidade humana, com o objetivo de “valorizar a trajetória migratória vivenciada pelos próprios migrantes” (Dias, Vettorassi, 2017, p. 13).

² Para evitar a demasiada repetição dos termos, opto por usar a expressão ‘migrantes e refugiados’ como categoria coletiva, indicando pessoas que emigraram com projetos migratórios e também pessoas e grupos em fuga de situações de risco, portanto em busca de proteção, independentemente do fato que alguns consigam e a maioria não consegue reconhecimento oficial da condição de refugiado segundo a Convenção de Genebra.

³ As 21 nacionalidades dos 20 homens e 14 mulheres migrantes que colaboraram neste estudo são: Tanzânia, Mali, El Salvador, Filipinas, Burkina Faso, Costa Rica, Equador, Nigéria, Gâmbia, Senegal, Camarões, Marrocos, Guiné-Bissau, Moçambique, Romênia, Síria, Albânia, Togo, Etiópia, Ucrânia e Chile, de onde provinha um retornado, emigrante italiano de segunda geração. Desses, 10 eram solicitantes de proteção internacional, 2 refugiados com *status* reconhecido, 1 retornado e 21 migrantes por outros motivos, dos quais 2 já haviam obtido cidadania italiana (albanês e marroquino). Entre os 10 solicitantes de proteção internacional que participaram da pesquisa, 2 já estavam em situação migratória irregular e outros 7 arriscavam a mesma condição no momento da entrevista, com exceção do informante proveniente da Síria e seus 29 familiares, que fazem parte do projeto dos corredores humanitários, portanto, já estavam com processo avançado de reconhecimento do estatuto de refugiados quando a atividade de campo foi realizada.

1. Protagonismo e reciprocidade

A escuta dos interlocutores revelou dois eixos comuns da contribuição dos atendidos sobre o atendimento em contextos de mobilidade humana: a) o protagonismo dos próprios sujeitos migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados e b) a reciprocidade entre esses e as pessoas que atuam nos serviços e nas instituições com as quais fazem interface, em suas trajetórias migratórias ou de busca por proteção em terra estrangeira.

O protagonismo é entendido como “a incidência de que podem ser capazes [migrantes e refugiados] para consigo mesmos, para com seu entourage mais próximo e para com o contexto sociocultural e até político em que vivem. Tal incidência pode ser em forma de peso simbólico de sua presença, suas ações e suas posturas, ou em forma de estratégias de interlocução com os sujeitos com os quais entram em relação por conta da migração, oferecendo, solicitando ou desafiando o reconhecimento de sua alteridade e de suas contribuições” (Lussi, 2017, p. 575). O protagonismo se dá através da interlocução, que pode ser com ideias, falas ou com ações.

O reconhecimento de um efetivo protagonismo dos migrantes e refugiados comporta que a subjetividade e a identidade dessas pessoas e grupos sejam reconhecidas e fortalecidas, intrínseca e institucionalmente. Favorecendo caminhos de integração dos migrantes e refugiados, a sociedade local recebe os aportes de vitalidade e a riqueza que tais sujeitos trazem consigo, transformando os contextos de imigração através de processos interculturais. A consciência de que os processos relacionados com a mobilidade humana incluem diretamente as sortes do país onde os fluxos acontecem, pode transformar a interpretação que é dada ao fenômeno e as relações com seus atores, como bem explica um imigrante nigeriano, na Itália há 4 anos: “os imigrantes farão parte do futuro desse país,

precisamos iniciar a nos preparar para isso, pois a imigração não tem que ser tratada separadamente, é parte do que este país está vivendo” (Inf. 2)⁴.

A reciprocidade se refere à postura dos interlocutores com os quais migrantes e refugiados entram em contato em suas trajetórias, uma abordagem que é capaz de levar em consideração e respeitar, acolher e valorizar as pessoas em situação de mobilidade em sua alteridade e singularidade que, ao mesmo tempo, envolve existencialmente também quem acolhe e/ou se coloca a serviço. A reciprocidade é uma atitude que configura opções, espaços de encontro, corresponsabilidade e oportunidades reais, que neutralizam ou freiam as desigualdades que a diferença pode favorecer onde falta acolhida e uma cultura do encontro (Lussi, 2018).

A reciprocidade significa que a atuação em favor ou entre migrantes e refugiados se baseia e se estrutura a partir de relações interpessoais, em que cada um dos atores contribui, doando e recebendo, servindo e assumindo responsabilidades e iniciativas. Nas palavras de uma imigrante filipina, que vive na Itália há 16 anos, “os autóctones são fáceis em fazer doações, doam provavelmente porque têm. Mas há quem não tem coisas para dar, e sabe dar coisas invisíveis, valores, o bem. Fazer o bem é uma doação com a qual os imigrantes podem colaborar aqui, como por exemplo, acolhendo o outro. É um dar recíproco, pois cada um pode dar somente daquilo que tem” (Inf. 5).

A importância da reciprocidade e do protagonismo das pessoas em situação de mobilidade revela a necessidade

⁴ Os nomes e demais informações sobre os informantes foram omitidos para preservar sua identidade e privacidade. As citações são identificadas pelos números dos arquivos da gravação das respectivas entrevistas, conservados no arquivo do CSEM. As entrevistas foram em italiano e, em parte, nos idiomas dos entrevistados (espanhol, inglês, francês ou português). Em um caso, houve tradução de intérprete voluntária, pois o informante não conhecia suficientemente o italiano nem outro idioma conhecido por mim. As traduções citadas no texto são minhas.

de buscar meios para superar as assimetrias que marcam o encontro entre sujeitos em mobilidade e sujeitos autóctones. Onde a interação acontece efetivamente, os atores que dispõem da capacidade e/ou do poder simbólico ou institucional de criar espaços e/ou favorecer canais para que os migrantes e refugiados sejam e atuem, conseguem incidir em modo determinante na qualidade dos processos vividos pelos protagonistas em situação de mobilidade e até nas dinâmicas comunitárias dos contextos locais. O encontro traz para a roda elementos da bagagem que migra com os que se deslocam mundo afora, mesmo que seja algo totalmente *sui generis*, distante de eventuais expectativas dos autóctones. Um jovem líder comunitário de segunda geração, filho de pais filipinos, acredita que “para que se sintam parte e não meros casos emergenciais, as pessoas migrantes e refugiadas têm que contribuir com algo seu, próprio, em relações e em encontros interpessoais no contexto local, caso contrário, não conseguem desenvolver sentido de pertença ao novo contexto. É necessário um encontro efetivo, em que seja viável partilhar vida e história do projeto migratório. E para isso tem que ter interesse pela dimensão humana das pessoas, não só socorrer os aspectos emergenciais. Quem não escuta as histórias das jornadas migratórias perigosas e sofridas, não consegue se colocar no lugar dos migrantes e refugiados” (Inf. 14).

A interação de sujeitos ativos e responsáveis em terra estrangeira com autóctones e pessoas ou comunidades de outros grupos étnicos/nacionais é o desafio imediatamente mais visível em contextos de mobilidade humana, mas há demandas e oportunidades que se configuram por causa do fato migratório e das experiências a este relacionadas que incidem, ao mesmo tempo, *ad intra*, existencialmente, para cada pessoa e para dentro de suas famílias e relações mais próximas. Tais processos podem desencadear itinerários e desenvolver

aptidões e potencialidades — ou ameaças e fragilidades — que abraçam todo o arco da vida de uma pessoa, inclusive, social e politicamente. O testemunho da imigrante togolesa, na releitura de sua trajetória, é particularmente eloquente nesse sentido: “Aí nasceu minha filha, tudo mudou. Já não era mais uma imigrante que chegou buscando a sorte. Quando chega uma criança, quando tem família e crianças, muda a visão das migrações. Tens que proteger a família e integrar, não só você mesma, mas também seus filhos, mesmo nascendo aqui, há de se ensinar aos filhos a sentirem-se em sua pátria. Entendi então que eu tinha que fazer algo. O que fazer? Iniciei me fazendo conhecer, pois o que as pessoas sabiam de mim era o que viam em meu modo diferente de vestir. Eu tinha minha bagagem cultural sobre a qual contar: ser acolhedora, saber dar, e não só receber, saber me unir com outras pessoas, acolher os estrangeiros como riqueza, dividir tudo o que se tem” (Inf. 23).

Os dois eixos — o protagonismo dos migrantes e refugiados e a reciprocidade nas interações com os autóctones e com agentes do atendimento em contextos de mobilidade humana — se configuram como atitudes, posturas, falas e escolhas operativas que os informantes da pesquisa ressaltam como sendo características intrínsecas das estratégias de atuação que têm probabilidade de serem promissoras, porque se somam aos esforços dos próprios sujeitos em situação de mobilidade.

A perspectiva da reciprocidade e do protagonismo dos migrantes e refugiados permite, também, a identificação de elementos de crítica que as contribuições dos informantes fazem emergir na forma de entraves que se opõem ou freiam as trajetórias de migrantes e refugiados. Tais entraves podem ser encontrados ou identificados transversalmente nos processos e projetos de atendimento da atuação pastoral e sociocultural, assistencial ou promocional em contexto migratório, nos

contextos locais onde foi realizada a pesquisa, na Itália.

Apresento brevemente, a seguir, as principais estratégias promissoras e os principais entraves que a análise dos dados da pesquisa sugere sobre o atendimento em contexto migratório, a partir do ponto de visão e de interpretação dos atendidos escutados neste estudo.

2. Estratégias promissoras

A primeira contribuição do olhar dos próprios atendidos sobre os serviços de atendimento direto em contexto migratório é uma chamada constante à consciência de que a vulnerabilidade que expõe os protagonistas dos fluxos de mobilidade humana à condição de necessidade que demanda ajuda e acompanhamento é uma contingência, não uma condição intrínseca às pessoas e aos processos migratórios como tal.

Migrantes e refugiados quando precisam de alguma assistência, não buscam simplesmente ajuda, querem futuro. Portanto, a atuação tem que se configurar prioritariamente como um auxílio em trajetórias de autonomia, não porque fracassaram, mas para que não fracassem.

O atendimento aos migrantes e refugiados que se encontram em situação de vulnerabilidade se configura como uma contribuição que protege e fortalece seus percursos existenciais e socioculturais, profissionais e espirituais. Por isso, quando a atuação não tem a capacidade de permitir que migrantes e refugiados se apropriem da assistência como uma oportunidade em suas trajetórias, pode paradoxalmente enfraquecer seus percursos, ampliando sua vulnerabilidade.

A superação de crises e fragilidades favorece a reinvenção de projetos migratórios e existenciais, como bem indica a animadora da comunidade étnica que percebe o momento de

focar seus esforços em estratégias de inserção, ressaltando a importância do papel de relações interpessoais sólidas, que podem ser com autóctones ou mesmo com migrantes agentes que atuam como lideranças nos respectivos contextos: “Para viver na emigração é necessário participar do contexto de chegada, é preciso descobrir o novo. Para favorecer processos de inserção no novo contexto local servem pequenos passos, através de relações com pessoas concretas que se encontram e se conhecem, a partir de pequenas coisas. Acredito que ter um ponto de referência em uma pessoa da comunidade ajuda muito a abrir caminho para a interação e a inserção no novo contexto local” (Inf. 5).

A escuta atenta das vozes das mulheres e dos homens informantes ouvidos na pesquisa aponta alguns elementos que podem caracterizar positivamente a atuação em contexto migratório. Destaco a proximidade, a solidariedade entre migrantes, a valorização da individualidade e uma adequada abordagem que favoreça a superação das assimetrias no encontro entre instituições ou sujeitos autóctones e migrantes/refugiados.

2.1 A proximidade entre autóctones e/ou agentes e pessoas atendidas

A busca por percursos interativos e de integração em terra estrangeira se inicia, normalmente, por etapas de pouca ou nenhuma autonomia em que as pessoas migrantes, ou em busca de proteção internacional, atravessam fases de dependência e passam pelas limitações da vulnerabilidade relacionadas com as labutas do deslocamento e das difíceis trajetórias nos emaranhados e nos desafios legislativos e transculturais. Junto à intrínseca dependência inicial, se desenvolvem, entre outras reações, também sentimentos e posturas de gratidão pela escuta e acolhida recebidas e de corresponsabilidade pelo caminho a percorrer.

Quando agentes em serviço e relações de amizade abraçam, acalentam, estimulam, confirmam, orientam, desafiam e acreditam nas pessoas assistidas, a proximidade se configura em articulações interpessoais e em rede, assim como em fortalecimento dos passos nos percursos migratórios e existenciais. E as pessoas se abrem e cuidam das relações, desabrochando para si mesmas e para a sociedade do local de chegada ou de trânsito, onde quer que se encontrem em sua caminhada, como exprime o imigrante do Mali, solicitante de refúgio: “Nos acolheram, abriram a porta para a gente entrar. Alguns italianos têm medo dos imigrantes, mas, frequentando-nos, muda a ideia que tinham dos imigrantes. Se temos a possibilidade de conviver, realizar atividades juntos, comer juntos, tudo muda. Descobrimos familiares aqui entre os italianos. O que mais me marca do X é que confia em nós e nos protege, sem preconceitos, ele cuida da gente e pensa a tudo o que precisamos, ele e os amigos dele. Nunca me faltou a comida aqui” (Inf. 17b).

A proximidade é uma decisão de ir ao encontro, envolvendo-se, e se refere à qualidade e à profundidade do envolvimento na relação interpessoal com alguém que faz irrupção em contextos e interações novas. É um movimento escolhido, decidido, voluntariamente abraçado para desenvolver interculturalidade em contextos onde a alteridade prevalece sobre os elementos comuns e acomodados e tem que ser mútuo, bidirecional. Um desabafo de um líder comunitário da Burkina Faso explica um pouco da frustração quando falta a proximidade: “Eu me sinto parte dessa comunidade, mas eles não me sentem parte deles. Eu posso dizer que me sinto parte desta família, mas se a família não aceita que você pertence a eles, é inútil” (Inf. 6).

2.2 A solidariedade entre migrantes

As falas dos informantes referem sobre a importância de relações envolventes, que fazem congregar e convergir pessoas de diferentes origens e condições pelo desejo e a necessidade de poder contar com alguém, estando longe das pessoas queridas com as quais a vida havia ensinado a conviver e das quais a história havia mostrado apoio e orientação. A fala do imigrante etíope, naturalizado italiano, é reveladora: “Procuramos nos encontrar, realizar atividades para nos unirmos entre pessoas de diferentes nacionalidades. Os contatos entre nós são lindos, porque nos mantemos unidos e, assim, apoiamos também quem não consegue participar conosco por motivos de trabalho” (Inf. 28).

O desejo e a necessidade de comunidade, de grupos com relações que fortalecem, que protegem, orientam e que, ao mesmo tempo, fomentam o associativismo entre migrantes/refugiados e as comunidades étnicas, é sublinhado com insistência pelos informantes, que consideram que “encontros na língua materna, em terra estrangeira, dão sentido de casa, é importante para o bem-estar das pessoas, é muito importante. Encontros entre conterrâneos cria amizades, relações, apoio recíproco e todos precisam muito disso, [apesar de que] nem todos têm interesse e nem sempre sabem quanto relevante isso pode ser para uma pessoa” (Inf. 4 – mulher imigrante do Equador).

A necessidade de comunidade entre migrantes e refugiados é algo diverso da proposta de comunidade que aglutina pessoas de interesses comuns, constituída entre pares, mas comum em grupos que se articulam num mesmo território. Outra imigrante do Equador, também mulher e voluntária no atendimento a migrantes e refugiados, aponta alguns elementos da especificidade da mobilidade humana: “Começamos a organizar a comunidade dos imigrantes de nosso país, devagar,

nós três, para que as pessoas não se percam e para ajudar-nos a nós mesmos. Isso ajuda para que nos integremos” (Inf. 1).

A busca por relações e convivência em grupos contribui criativamente para a construção de laços e agregações novas, algo fundamental especialmente nas fases iniciais da imigração, como mostram algumas reflexões de um casal de imigrantes do Senegal: “Para ser parte tem que participar de fato, também nos espaços de decisão. /.../ A experiência migratória muda a gente. Sentimos falta de comunidade, mas desde que temos este coral intercultural com outros migrantes e italianos, não sentimos falta de comunidade, este coral é comunidade para nós vai fazendo acontecer o encontro de muitas culturas e nacionalidades, a descoberta do outro, algo novo, isso nos transforma. Cada um traz algo de sua cultura, partilhamos momentos de convivência juntos, isso faz mudar os hábitos. O coral é uma comunidade, é uma família, é um instrumento para mostrar a beleza que há entre nós e que existe a possibilidade de estar juntos, partindo das pequenas coisas, cada um com sua singularidade” (Inf. 13).

2.3 O respeito da individualidade

A experiência migratória pode ser muito desafiadora para quem a vive, e quem atua entre migrantes e refugiados não pode prescindir do fato que há que se entender ainda, especialmente no que se refere às políticas públicas, que essa população tem direito a ter direitos e a ser protegida das, senão combater, as desigualdades respeito aos nativos que precisam enfrentam constantemente. As diferentes histórias e culturas dos países de origem, a diversidade e complexidade do fato migratório, a maturidade forjada nos sofrimentos e nos desafios enfrentados nos percursos de deslocamentos internacionais transformam as pessoas. O atendimento precisa saber escutar estes elementos e se adequar num esforço constante para oferecer atendimento personalizado e ser capaz de atuar no respeito da necessidade

de fortalecer, e até incentivar, a autonomia dos migrantes e refugiados que passam por situações de vulnerabilidade. A atuação a serviço de migrantes e refugiados que atravessam situações de vulnerabilidade não pode perder de vista sua riqueza de identidade, valores, fé, saberes e experiência de vida, além de estudos e competências adquiridas em trajetórias profissionais precedentes que trazem consigo.

As contribuições dos interlocutores da pesquisa sublinham também que deve ser assegurado aos atendidos o direito a dizer não aos percursos padrão pensados institucionalmente, normalmente, à medida dos autóctones, considerando que a situação de eventual vulnerabilidade não pode favorecer a humilhação ou o despotismo sobre os sujeitos atendidos. O alerta do jovem solicitante de refúgio do Mali ajuda a esclarecer esse desafio: “Eu estava numa casa de acolhida e, quando a documentação ficou pronta, queriam me obrigar a ir para outra cidade, para onde eu não queria ir. Me disseram que, então, eu tinha que abandonar a casa. Eu não quero ir onde não conheço ninguém, eu só conheço uma pessoa nesse país e ela mora aqui nesta cidade. Foi então que vim pedir acolhida aqui, e em três dias o X fez os passos burocráticos que eu precisava, devo muito a ele. Ele confiou em mim” (Inf. 8a).

Migrantes também se fecham à interação, também se acomodam diante dos desafios, mesmo assim, a atuação em contexto migratório não pode deixar de considerar o investimento em esforços e autossuperação que os próprios sujeitos vivem em suas trajetórias e que determina muitas das situações psicológicas e sociais em que podem vir a se encontrar quando a vulnerabilidade prevalece, como destaca o testemunho da informante originária do Togo: “Falei hoje por duas horas com um imigrante de outro país, ele foi acolhido em uma casa junto com migrantes de outras nacionalidades. Cada fluxo diferente tem necessidades e perfis

muito distintos. Ele não aguentou a pressão e estourou. Escutei-o, sinto que posso e preciso fazer isso por ele, eu o entendo pois também passei por desafios maiores do que eu” (Inf. 23).

A singularidade de cada migrante e refugiado é também a riqueza de seus aportes e a originalidade de sua criatividade que, quando aceita, pode contribuir sobremaneira nos contextos de acolhida. O testemunho do imigrante senegalês é estimulante: “Eu me integrei logo ao chegar na Itália porque fui procurar a igreja, onde eu sabia que podia participar de um coral, pois em meu país eu já fazia isso. O modo de cantar lá não é a mesma coisa do que aqui, por isso, em diálogo com o líder da pastoral, nasceu a ideia de fazer esse coral intercultural” (Inf. 13a).

2.4 Superação das assimetrias entre assistidos e agentes

A inegável assimetria entre pessoas provenientes de outros países e culturas em situação de vulnerabilidade, atendidos por agentes e instituições que contam com poder de recursos e de resposta, é um fato evidente e por vezes necessário, mas a compreensão dos significados e dos riscos de efeitos negativos na relação ímpar ajuda para que as assimetrias não se tornem processos injustos e de exclusão.

O desafio primordial se põe em termos de respeito pelas diferenças, sem descontos para a mesma dignidade entre os interlocutores, contra as desigualdades no tratamento das pessoas, que pode acumular discriminação e até estimular reações perversas (Zanfrini, 2011, p. 4). Por isso, o apoio oferecido e a ajuda dada, se corroborados por acompanhamento personalizado, abrem para relações e para a corresponsabilidade nos passos sucessivos, o que favorece a participação e até o sentido de pertença. Assim, o jovem informante imigrante do Senegal e agente mediador intercultural ousa categoricamente sintetizar que: “a tarefa das instituições

na primeira acolhida é acompanhar imigrantes e solicitantes de proteção internacional em percursos de autonomia” (Inf. 27).

As assimetrias não se superam facilmente e, por vezes, nem são superáveis, mas a reciprocidade permite trajetórias comuns. “Os italianos têm que ajudar os imigrantes, e os imigrantes têm que estudar italiano. Isso faz o futuro” (Inf. 8b – Solicitante de refúgio, do Mali).

Não se pode obrigar o outro a se assimilar ao mundo de chegada para ter direito a ser e a participar. Apesar da aprendizagem do idioma não ser suficiente para neutralizar as assimetrias, migrantes e refugiados tendem a investir esforços para se apropriarem do idioma do local de destino, mas sua identidade, seus valores e seu idioma de origem não podem ser motivo para exclusão nem discriminação. As contribuições dos informantes neste estudo, sublinharam a importância de se escutar e prover meios para responder aos desafios que os migrantes e refugiados vivem por causa do idioma, pois a tarefa de se apropriar do novo idioma requer a colaboração das instituições e da sociedade de chegada para a disponibilidade de meios e estratégias que favoreçam a aprendizagem da língua e da cultura. A catequista imigrante costarricense sublinha essa importância: “Há que se criar momentos e espaços para grupos por idioma, isso é importante para os migrantes, é sinal de abertura e um modo fundamental de acolher o outro em sua alteridade, da mesma forma que aprender o italiano não é tarefa fácil, mas se torna viável se a ajuda existe” (Inf. 9).

O desafio da superação das assimetrias não é só questão de idioma, mas de relações de poder. Profissionais e voluntários, paradoxalmente, podem ajudar o outro transmitindo em modo sutil a ideia de que quem é atendido é inferior, que só consegue sobreviver graças à ajuda recebida, o que de fato se torna uma humilhação que prejudica mais do que favorecer. A relação de ajuda, de fato, inclui um aspecto de poder sobre

quem recebe atendimento, inclusive pelo simples fato de estar na possibilidade de oferecer ajuda. Esse é um aspecto prioritário no atendimento aos migrantes, especialmente na atualidade em que migrantes e refugiados sofrem rejeição e a mídia (e muitos discursos políticos) se inspira em princípios xenófobos. Nessa ótica, a “rebeldia” dos migrantes, a não aceitação do “projeto institucional” imposto, que é visto como “ingratidão” por alguns, é considerado resistência (De Genova, 2015) e resiliência, protagonismo (Marinucci, 2018) e até profecia, por outros.

3. Entraves

As contribuições dos interlocutores da pesquisa que analisam os processos de acolhida, interação e inserção de migrantes e refugiados no contexto italiano, apontam para algumas dificuldades estruturais que se configuram como entraves sistêmicos no atendimento aos sujeitos em mobilidade que atravessam situações de vulnerabilidade e necessitam de algum tipo de apoio ou assistência.

As principais dificuldades podem ser recolhidas em três grupos: a falta de atenção concreta às pessoas, em suas realidades efetivas e complexas; a incompetência ligada à falta de conhecimento da realidade e da experiência migratória; e o assistencialismo, que emite preconceitos e adota padrões de atendimento e até objetivos, prescindindo da escuta e do reconhecimento da realidade, da condição e da subjetividade das pessoas atendidas.

3.1 A redução da pessoa a problema contingente do momento

É necessário pensar os migrantes com seus mundos e seus projetos de vida, não isoladamente como projetos fracassados ou, pior ainda, como objetos mal colocados. A atuação direta entre migrantes e refugiados registra resistências por parte dos

atendidos, que não querem se sujeitar a participar de processos sociais e institucionais que adotam suas vulnerabilidades pontuais como parâmetro de referência para a compreensão da realidade, inclusive para avaliação sobre as pessoas e para a interpretação das dificuldades a superar nas trajetórias da mobilidade humana.

Um desafio crucial é desenvolver a capacidade de pensar a mobilidade humana como um aspecto da realidade em seu conjunto, não só como um problema pontual. “Para nós que estamos aqui, as migrações são um ponto de reflexão sem respostas. /.../ Como podemos dizer: este é um conterrâneo meu, então merece ajuda e esse [outro] não? Vivendo aqui na Itália como migrante e junto a quem atua com migrantes, sinto que esta realidade é também minha, sinto que tenho que lutar junto com os que estão chegando agora. Toda vez que um consegue trabalho, encontra soluções, fico feliz. Me alegro com cada pessoa que resolve suas dificuldades. Eu sei o que é estar em situação de necessidade” (Inf. 1 – mulher proveniente do Equador).

Os interlocutores informantes ouvidos se queixam de falta de interesse e consideração por parte dos agentes com os quais interagem em âmbito de serviços voltados a migrantes e refugiados. Registram a importância e a dificuldade de desenvolver relações personalizadas. A imigrante da Guiné Bissau sublinha com amargura: “Não me vias participar há um tempo, mas também não me chamastes, não me procurastes [referindo-se a lideranças da comunidade cristã]. Falta atenção depois do encontro, para além das atividades programadas” (Inf. 21).

As críticas, normalmente, aludem aos referentes institucionais, mas não faltam indicações de que a individualidade, mesmo na rua, no comércio ou na igreja, entre desconhecidos, assim como entre agentes que atuam nos serviços, podem fazer a diferença: “O que tenho a reclamar é que falta encontrar as pessoas concretamente, ir ao encontro,

conversar, escutar, visitar, dar confiança, mostrar interesse pela vida do outro, oferecer contatos para casos de necessidade, isso é muito importante” (Inf. 1), recorda a imigrante do Equador, na Itália há 18 anos.

3.2 Formação e conhecimento insuficientes por parte dos agentes

A falta de conhecimento das causas estruturais da mobilidade humana e dos percursos de exclusão e discriminação pelos quais os migrantes e refugiados atravessam, induz à abordagens, e até projetos de intervenção, sem atenção efetiva às pessoas, partindo unicamente da pretensão de resolver aspectos problemáticos emergentes, arriscando, assim, implementar atividades que reproduzem preconceitos e geram reações negativas por parte dos atendidos e, sobretudo, nos contextos locais.

Em muitos casos, o que os informantes sublinham é o desinteresse dos agentes em conhecer mais a fundo a realidade migratória que tem como consequência, entre outras, a visão tipificada dos migrantes e a incapacidade de estabelecer relações de reciprocidade. Conhecer as dinâmicas migratórias significa reconhecer sua profunda complexidade, o que deveria abrir as portas para a busca de um conhecimento mais individualizado.

A rejeição dos migrantes e atitudes ingênuas que negam as dificuldades são, ambas abordagens, insuficientes e podem gerar consequências negativas para os sujeitos em mobilidade, assim como para as comunidades de acolhida. Segundo o jovem cristão nigeriano, “só chegar perto não é suficiente, se não se supera os preconceitos que servem para discriminar”. E continua: “Estou tentando me integrar num coral, mas quando um me olha, não me saúda, sinto que me manda a mensagem de que estou no lugar errado. Chegam a me perguntar: o que você está fazendo aqui? /.../ Penso que em alguns anos será

possível para imigrantes e italianos viver juntos como uma família na comunidade. Acredito que um dia será possível que os migrantes tragam suas ideias de como ser cristão em seu país para contribuir à Igreja que está na Itália. Será lindo, mas por enquanto não vejo como realizar esta troca entre as duas experiências eclesiais daqui e do meu país de origem” (Inf. 7).

A falta de abertura dos agentes se torna, de fato, uma barreira nos percursos de migrantes e refugiados em situação de vulnerabilidade. A informação insuficiente, o desinteresse, os preconceitos se somam, por vezes, à falta de formação adequada para uma atuação profissional correspondente às demandas e ao público alvo. A mobilidade humana requer agentes preparados também de um ponto de vista psicopedagógico para lidar com pessoas de outras nacionalidades, culturas, e muitas vezes também de idiomas e religiões diferentes. Ninguém se torna mediador ou mediadora cultural espontaneamente.

Na intensidade dos desafios, as pessoas migrantes e refugiadas devem poder escolher a quais demandas responder e quais problemas enfrentar, ao menos prioritariamente. Quais lutas valem a pena e quando vale a pena assumir certos desafios. As instituições têm padrões de comportamento e metas que tendem a fixar etapas e até mesmo roteiros existenciais, mas as migrações são mais dinâmicas e complexas que os programas e projetos. O desafio é superar a tentação de engessar procedimentos e processos humanos e sociais e assumir a interação que valoriza os aportes dos atendidos, mesmo se desenvolvendo com maior lentidão e complexidade.

3.3 Assistencialismo

Um entrave conhecido, e ainda assim amplamente presente em programas e projetos de atendimento a migrantes e refugiados, é o assistencialismo que não concede dignidade e

identidade aos sujeitos destinatários dos serviços, numa visão do atendimento como atividade provisória e emergencial.

A assistência em situação de vulnerabilidade, obrigatória e necessária, quando não considera a ajuda como uma contingência, contextualizada em processos migratórios e existenciais, pode coisificar os atendidos, o que de fato representa desprezo e não consideração de sua dignidade, de suas potencialidades e da oportunidade que os movimentos de população representam para o país. O grito na voz de informante ítalo-etíope serve de alerta: “Os imigrantes não são objetos, são pessoas, são humanos” (Inf. 28).

Mesmo na emergência, e até na necessidade de padronizar o atendimento, não existe resposta genérica idêntica para todos e todas. O desafio é encontrar meios e assegurar abordagens aos problemas e aos sujeitos de modo a valorizar a vida e a singularidade de cada pessoa, sua particular identidade, bagagem, projeto de vida e sonho de felicidade. Nas palavras do refugiado sírio: “Não é sempre fácil ser quem recebe a ajuda. Neste momento precisamos de ajuda, a situação o requer. Apesar disso, e dessa situação complexa em que as relações também são complexas por causa desse assistencialismo de que estamos precisando, espero que ainda consigamos levantar a cabeça, olhar em perspectiva de futuro e, no futuro, cheguemos a ninguém ter dívida com ninguém e consigamos chegar todos ao mesmo nível” (Inf. 18).

A intensificação de determinados fluxos migratórios levou, em certos contextos nacionais, a aquecer o tema da primeira acolhida, referida à necessidade de assegurar o mínimo, representado na oferta de uma cama em abrigo. A escuta dos sujeitos da mobilidade humana assinala que, além do socorro na emergência, é determinante a importância da ‘casa’, de preparar um espaço de vida e garantir o direito à privacidade como espaço de intimidade, singularidade e reserva para que uma pessoa possa

repartir em seu percurso de vida. O testemunho da senhora ucraniana ajuda a explicar a relevância de uma acolhida para além da oferta de respostas pontuais a necessidades emergenciais: “Depois de uma semana que dormia na rua, fui acolhida para passar uma noite numa família que me acolheu e que ainda hoje faz parte da minha vida. Eu era uma estranha e eles me acolheram. Por isso, depois disso eu ajudei muitas pessoas, inclusive acolhendo em minha casa, ainda hoje. /.../ A acolhida me restituiu dignidade, me fez recomeçar do zero” (Inf. 20). A acolhida que restitui dignidade é aquela que favorece a autonomia e protege a liberdade da autodeterminação responsável.

A formação e a informação indicam que a atuação em contexto de mobilidade humana precisa incluir o compromisso por políticas públicas adequadas e que respeitem direitos humanos e dignidade, como sugere a fala do ítalo-marroquino, residente na Itália há 28 anos: “O compromisso pelos migrantes tem que ser feito bem, com competência e com visão de perspectiva, pois existem discriminações estruturais, aplicadas pelas instituições públicas, que os serviços de atendimento não podem ignorar ou calar. É preciso que a atuação ataque não só as manifestações emergentes que ferem a dignidade dos migrantes, mas igualmente as causas e as injustiças que estão na origem dos problemas” (Inf. 11).

O cuidado que os percursos migratórios podem demandar pelos seus atores é sempre contingente e temporário, por isso precisa se transformar constantemente. Além de pessoas em fuga, em busca de vida com dignidade, migrantes e refugiados são também sujeitos ousados e corajosos, caminhantes e peregrinos, sonhadores e empreendedores, gente que só precisa daquele apoio com características de uma “casa, onde as pessoas podem encontrar acolhida e a valorização da bagagem” (Inf. 20) que trazem consigo para poder prosseguir na vida e participar da construção do futuro de todos e todas.

Outros desafios

À guisa de conclusão, assinalo mais dois desafios que aparecem nas falas dos informantes e que merecem destaque na reflexão sobre estratégias e metas do atendimento à pessoas em situação de mobilidade humana: por um lado, a importância fundamental das lideranças institucionais e a importante função da(s) igreja(s) e, por outro lado, a necessidade de ir além da assistência e pensar modelos de sociedade que determinem qualidade e perfil da atuação concreta em contextos de vulnerabilidade relacionadas com a mobilidade humana.

A imigrante da Guiné Bissau cita uma experiência positiva de atendimento, onde a atuação passa da vulnerabilidade para a convivência, reconhecendo a importância da celebração festiva e intercultural: “Festa dos povos representa momento de encontro, momento para viver nossas cores diferentes, momento para lembrar nossa cultura e nossa pertença. Momento em que apresentamos e mostramos nossa pertença e agradecemos o povo que nos acolhe, momento para ver que somos simplesmente migrantes, gente” (Inf. 21 – Guiné Bissau).

Uma comunidade étnica visitada durante a pesquisa de campo, com a presença de um capelão da mesma nacionalidade, fortaleceu estratégias de participação na realidade local, nutrindo sentimentos e laços de pertença ao território, em nível eclesial e social, como parte de seu processo de construção de comunidade entre conterrâneos em terra estrangeira. A liderança favoreceu, através do acompanhamento, o foco no hoje em que os migrantes vivem e a possibilidade de valorizar as etapas alcançadas em suas trajetórias migratórias e existenciais. O acompanhamento fortalece a convergência em grupos e atividades étnicas, enquanto libera e estimula a inserção nos contextos locais, autóctones ou interculturais. A

participação dos migrantes nas atividades plurais do território e entre os italianos favorece o sentir-se parte, a continuidade entre vida cotidiana e planejamento para relançar projetos migratórios em trajetórias novas, com esperança de futuro, na reinvenção das metas a serem alcançadas.

A atuação em contexto migratório, mesmo quando é distinta e reservada a imigrantes e refugiados, não pode perder a perspectiva histórica e integral da migração como fato total, visando, assim, um futuro comum no contexto local ou nacional em que as pessoas se encontram, antes de tudo, e onde são atendidas em resposta a alguma vulnerabilidade contextual e, espera-se, de contingente.

Para finalizar, um testemunho do representante de uma família síria de 30 pessoas refugiadas na Itália graças aos corredores humanitários: “Quando chegamos havia muita gente para nos acolher e foi lindo, nós não esperávamos isso. Mesmo sem saber ainda o idioma, tivemos a oportunidade de encontrar pessoas que vieram ao nosso encontro e nos ajudaram. Foi muito importante ver as pessoas aqui por nós, mesmo sem nos conhecer e sentir a proximidade deles conosco, sem se importar se éramos muçulmanos ou cristãos; isso nos ajudou muito e nos deu força. /.../ O bispo veio nos visitar e dar as boas-vindas. Foi uma honra para nós recebê-lo aqui e vê-lo brincar com as crianças, que corriam com ele e o acolheram. Isto nos fez sentir logo parte deste lugar... Este contexto da acolhida que recebemos espelha o que mais desejamos, que é poder estar em contato com as pessoas, prescindindo de nossa origem, conseguir instaurar relações significativas e poder viver na paz” (Inf. 18).

Referências

DE GENOVA, Nicholas. As políticas *queer* de migração: reflexões sobre “ilegalidade” e incorrigibilidade. *REMHU, Revista*

Interdisciplinar da Mobilidade Humana, n. 23, v. 45, pp. 43-75, 2015.

DIAS, Gustavo; VETTORASSI, Andréa. Estudos migratórios e os desafios da pesquisa de campo. *Sociedade e Cultura*, v. 20, n. 2, 2017, p. 7-28.

LUSSI, Carmem (Org.). *Incontro che trasforma. Sfide e opportunità della relazione tra Chiesa italiana e le migrazioni*. Collana Quaderni Migrantes n. 11. Todi (PG): CSEM, Fondazione Migrantes e Tau Editrice, 2018.

MARINUCCI, Roberto. *Papa Francisco e as migrações. Um novo discernimento para a erradicação do “cinismo”*. In: LUSI, Carmem; MARINUCCI, Roberto (Orgs.). *Migrações, refúgio e comunidade cristã. Reflexões pastorais para a formação de agentes*. Brasília – São Paulo: CSEM – Paulus, 2018, pp. 87-98.

LUSI, Carmem. Protagonismo. In: CAVALCANTI, Leonardo; BOTEGA, Tuila; ARAÚJO, Dina; TONHATI, Tânia (Orgs.). *Dicionário crítico de migrações internacionais*. Brasília, Editora UnB, 2017.

LUSI, Carmem. Papa Francisco e os refugiados. Texto apresentado no Minicurso sobre o tema, ministrado no Simpósio Internacional “A Virada Profética de Francisco”. Porto Alegre, 21 a 24 de maio de 2018. *No prelo*.

ZANFRINI, Laura (a cura di). *Sociologia delle differenze e delle disuguaglianze*. Bologna: Zanichelli, 2011.

DESAFIOS NO ATENDIMENTO A RETORNADOS JUNTO À FRONTEIRA ENTRE ANGOLA E REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO

ELEMENTOS DE UMA PESQUISA NO UÍGE

*Paulo Inglês**

Introdução¹

No ano de 2015 foi realizada uma pesquisa sobre a Reintegração de Retornados Angolanos vindos da RDC, no âmbito da Pastoral das Migrações e ações da Cáritas Diocesana da Diocese do Uíge, no seu plano de atividades pastorais e sociais com migrantes, onde o acolhimento e reintegração dos retornados adquiriu maior relevância.

Trata-se de uma pesquisa sobre mobilidade e reintegração de retornados angolanos vindos do República Democrática do Congo (RDC), na Província do Uíge. O relatório centra nos

* Angolano. Doutor em Sociologia e Estudos Africanos. Mestre em Ciências Sociais e Políticas. Atualmente é professor visitante de Sociologia das Organizações na Faculdade de Economia da Universidade Católica de Angola e Direito Constitucional e Ciências Políticas na Universidade Jean Piaget em Angola. Colabora com o CSEM como pesquisador.

¹ A primeira parte deste texto, que faz uma introdução sobre a pesquisa, foi extraída do livro INGLÊS, Paulo. *Angola é nossa casa. Reintegração de retornados no Uíge vindos da República Democrática do Congo*. Brasília: CSEM, 2017, com alguns elementos de revisão textual. A segunda parte é um texto do mesmo autor, publicado na Revista REMHU: INGLÊS, Paulo. Credo, crédito e gênero: economia do afeto entre mulheres retornadas (notas de trabalho de campo com mulheres retornadas no Uíge, Angola, julho de 2015). *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 23, n. 45, p. 311-316, 2015.

retornados que, após terem sido expulsos compulsivamente da RDC, foram acolhidos e reintegrados com apoios diretos de instituições da Igreja Católica no Uíge e/ou em colaboração com instituições do Estado e outras organizações. O período estudado é entre 2009 e 2015, embora, como veremos mais abaixo, a expulsão compulsiva fosse apenas entre 2009 e 2010, o resto do regresso poder ser classificado como retorno voluntário.

Essa pesquisa teve como objetivo conhecer a experiência de mobilidade dos retornados — seu percurso de ida, estadia e retorno; obter maior informação sobre o processo de reintegração — estratégias, recursos e *networking* — dos retornados a partir das suas próprias narrativas e conhecer o funcionamento das estruturas de acolhimento e apoio na reintegração dos retornados na Diocese do Uíge. Além desses objetivos, a Pesquisa pretendia, a partir dos resultados obtidos, fazer recomendações e sugestões sobre os desafios e implicações da mobilidade humana nas zonas transfronteiriças, como é o caso da Diocese do Uíge, e também sugerir o tipo de respostas que podem ser dadas e pistas para tornar mais eficientes as estruturas pastorais e sociais que lidam com questões de mobilidade humana.

A pesquisa consistiu na recolha de informação no terreno — através de entrevistas, inquéritos, conversas informais e discussões de grupo, visitas aos lugares de reassentamento de retornados — e de fontes documentais — relatórios, documentos e artigos de organizações nacionais e internacionais e *Assessments* de agências internacionais.

A pesquisa

A coleta de informação no terreno decorreu entre 1 e 31 de julho de 2015. As quatro semanas foram passadas na cidade Uíge, capital da Província do Uíge e sede da Diocese do Uíge. Além do Uíge realizaram-se breves estadias de trabalho nos

municípios da Damba, Songo, Kimbele, Sanza Pombo e Maquela do Zombo. A pesquisa de terreno incluiu também uma ida à Vila de Kimpango, na RDC.

Na visita de campo foram privilegiados os contatos com retornados de várias gerações, com responsáveis da pastoral das migrações da Diocese do Uíge — sacerdotes, Religiosos, catequistas e leigos, alguns responsáveis pelos retornados nas administrações locais, associações e organizações de retornados.

No encontro com os retornados, procurou-se explorar o trajeto do regresso: decisão de regresso, os meios de regresso, locais de assentamento e de transição e locais de destino. Explorou-se também os processos de integração — estratégias, redes sociais e familiares, adaptação e criatividade na reconstrução do quotidiano após o regresso, bem como dificuldades sociais, econômicas e culturais que incluem barreiras burocráticas e políticas. Ainda com os retornados, foram selecionados aleatoriamente indivíduos para entrevistas em profundidade, que trouxeram à luz detalhes sobre o percurso de retorno e estratégias de reintegração; foram selecionados também alguns retornados dos Bairros Papelão (zona I e II), Mbemba-Ngango, Bem-Vindo e Quituma para preenchimento de um inquérito sobre “trajetos e reintegração”.

Nas entrevistas com sacerdotes, religiosos e catequistas, explorou-se o tipo de assistência humanitária prestado aos retornados, especialmente os que foram repatriados compulsivamente em 2009. Além da ajuda inicial, a de emergência, adquiriu-se mais informação sobre os programas e projetos de ajuda para o assentamento e reintegração de retornados.

No encontro com as autoridades administrativas e serviços públicos, explorou-se o tipo de apoio social prestado aos retornados, os planos e estratégias de assentamentos

presentes e futuros: distribuição de terrenos para construção de habitações e para cultivo, apoios na lavoura, documentação, escolaridade das crianças e apoio aos idosos.

Nos poucos contatos com as autoridades policiais e serviço de Emigração e Fronteira, adquirimos informação geral sobre fluxos migratórios e os desafios dos controles das fronteiras. Nas entrevistas com organizações e associações de retornados, tratou-se, além do conhecimento do funcionamento dessas organizações, a sua utilidade como plataformas através das quais os retornados se reintegram.

Na visita ao Kimpango, RDC, manteve-se um encontro com uma equipa que trabalha com refugiados e imigrantes angolanos na diocese de Kinsantu, RDC. Além da partilha e intercâmbio de experiências e informação, o encontro completou a informação que se tinha sobre o processo de retorno dos angolanos, abrindo possibilidade de um follow up entre a partida dos retornados da RDC e a sua integração em Angola.

Embora a Igreja Católica em Angola tivesse prestado de alguma maneira apoios a refugiados e deslocados, especialmente durante a guerra civil, só a partir de 2006 a Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe criou uma Comissão Pastoral para migrantes e itinerantes a nível da Conferência Episcopal. Essa comissão foi impulsionada, em parte, pela presença e trabalho das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, Scalabrinianas (MSCS), cujo serviço com migrantes e itinerantes está no centro do seu carisma e tradição. É também a presença das Irmãs MSCS que está a impulsionar a pastoral dos migrantes na Diocese do Uíge. Esse trabalho de pesquisa sobre a integração dos retornados vindos da RDC vem, em parte, no seguimento que a Pastoral dos migrantes e itinerantes vai adquirindo, ainda que a nível local, no contexto da organização pastoral da Igreja em Angola.

A pesquisa realizada, em termos gerais, evidenciou que a experiência de projetos de apoio à integração dos retornados, ainda que de pequena escala se comparada com as necessidades e os desafios que a mobilidade supõe, mostrou-se eficaz e quase de laboratório: fez notar, por um lado, que é possível desenhar boas estratégias de apoio à mobilidade e que estas estratégias implicariam criar estruturas de serviços de longo prazo mesmo quando tivessem de agir em situações de emergência. Essas estratégias, e as infraestruturas que lhes dariam sustento, estariam ligadas às iniciativas dos próprios retornados, mas, para que isso seja possível, seria preciso reverter a imagem que se tem da mobilidade humana: mobilidade não se trata apenas de expressão de uma crise humana, pode indicar também o dinamismo de uma sociedade ou a iniciativa de lidarem com a adversidade.

Como diz o papa Francisco: “é importante olhar para os emigrantes não somente com base na sua condição de regularidade ou irregularidade, mas, sobretudo, como pessoas que, tuteladas na sua dignidade, podem contribuir para o bem-estar e o progresso de todos, de modo particular quando assumem responsabilmente deveres com quem os acolhe, respeitando gratamente o patrimônio material e espiritual do país que os hospeda, obedecendo às suas leis e contribuindo para os seus encargos”². Essa imagem da mobilidade como possível expressão do dinamismo de grupos ou indivíduos em lidarem com o seu contexto não evita, contudo, a identificação de constrangimentos das consequências não intencionais da decisão de se mover, de crises e de dramas humanos que obrigam, em muitos casos, uma intervenção de emergência. Mas em zonas com histórico de mobilidade, justifica-se a existência de estruturas de

² Mensagem do Papa Francisco para o dia Mundial do Migrante e do refugiado 2016.

apoio de longo prazo. Essas estruturas de apoio têm que estar enquadradas em programas ou iniciativas pastorais de longo prazo que sejam capazes, ao mesmo tempo, de se adaptarem e de identificarem novas formas de mobilidade, os seus contornos e constrangimentos (Inglês, 2017, p. 135-136).

O que se segue é a apresentação de uma das numerosas atividades desenvolvidas pelas Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo, Scalabrinianas (MSCS) com vista à integração no mundo dos pequenos negócios. De fato, a escassez de emprego em Angola, quer na administração pública quer no mercado privado, faz com que se procure a obtenção de rendimentos através de atividades laborais informais, especialmente o comércio. A maioria dos retornados entrevistados se dedica a alguma dessas atividades. O comércio é geralmente efetuado nos mercados populares e praças, como no mercado central do Uíge, da cidade do Uíge, na Praça de Salabonge na Damba e no mercado sazonal do Songo. Nesses mercados, vendem-se diferentes tipos de produtos, desde aqueles de primeira necessidade (farinha, peixe, óleo alimentar, sal, sabão e açúcar) até vestuário, utensílios de cozinha, tecidos para corte e costura. Outras atividades, como alfaiataria, carpintaria, eletrotécnica, trabalho de pedreiro (construção de casas), também são muito comuns entre os retornados. Embora sejam todas atividades informais, pelo seu caráter não-oficial e sem a obrigatoriedade de se pagar impostos sobre os rendimentos obtidos — tirando as taxas simbólicas pagas nos mercados — constituem o principal meio de aquisição de rendimento para muitas famílias (Inglês, 2017, p. 106-107).

Credo, crédito e gênero: economia do afeto entre mulheres retornadas

Maria-Antonieta é uma mulher angolana nos seus discretos 50 anos, de olhos acentuadamente vivos, mas com um

olhar circunspecto e nostálgico. Apresenta-se como retornada; diz essa última palavra com uma quase resignação e algum estoicismo. Fugiu com os pais da guerra anticolonial de Angola contra os Portugueses, no final dos anos 60 do século XX, para a República Democrática do Congo (RDC). Não se lembra do ano, mas era criança, diz num português com acento francês e quicongo, língua falada no norte de Angola e no sudeste da RDC. Como ela, outros milhares de angolanos se refugiaram no Congo ao longo do século XX. “Não foi apenas por motivo de guerra”, corrige-me com afeto. De fato, a rigidez da administração colonial que passava tanto pela usurpação de terras de aldeões no interior, a cobrança de pesados impostos e a obrigação de trabalhos forçados nas plantações de café, fizeram com que muitos angolanos buscassem melhores condições de vida na RDC. No entanto, no início dos anos 60 deflagrou a guerra anticolonial entre os movimentos nacionalistas angolanos e o exército português, que terminou em 1975 com a proclamação da Independência de Angola, seguindo-se outra guerra, desta vez interna e civil, que terminou apenas em 2002, e também pelo retorno de milhares de pessoas. Pode-se falar, portanto, de sucessivas vagas de refugiados e retornados ao longo de um século. No entanto, só a partir de 2002 é que a vaga de retornados se torna mais constante e estável, mas nem por isso menos conturbada e complexa.

Deve ser por isso, ou em parte por isso, que as Missionárias Scalabrinianas, que têm como missão “ir ao encontro dos que estão em caminho”, abriram uma missão na diocese do Uíge; Uíge, cidade capital da província com o mesmo nome, e Zaire, província cuja capital é Banza-Congo, antiga capital do Reino do Congo, constituem a região norte de Angola que faz fronteira com a RDC. A província congoleza, que faz fronteira com a região norte de Angola, chama-se Bas-Congo

(Baixo Congo, nome também de um rio das duas regiões do Congo) e os povos dos lados da fronteira pertencem ao mesmo grupo etnolinguístico, os Bakongo. As duas regiões, a congolês e a angolana, constituem uma zona intensa de movimentação humana, em ambos sentidos da fronteira. E, por acaso, as Missionárias Scalabrinianas têm missões em ambas regiões, isto é, uma no lado angolano, no Uíge, e outra no lado congolês, na província do Bas-Congo. Do lado congolês está a Ir. Marizete Garbin, brasileira e com cerca de 3 anos de missão no Baixo-Congo, na diocese de Kisantu. Do lado angolano estão as irmãs Rita de Cássia Luíz, responsável pela pastoral diocesana das migrações, e Marivane Chiesa, diretora diocesana da Cáritas do Uíge, ambas brasileiras e com experiências em outras cidades africanas. Foi, aliás, a convite dessas últimas, que fui fazer um trabalho sobre o processo de reintegração dos retornados angolanos no Uíge, durante o mês de julho de 2015.

Foi através da Ir. Rita de Cássia Luiz, Missionária Scalabriniana, que conheci um grupo de mulheres retornadas, entre as quais se encontrava Maria-Antonieta. Era uma sexta-feira de inverno tropical, conhecido em Angola como “tempo do cacimbo”, devido à persistente neblina matinal e à diminuição da temperatura. O motivo da reunião com as mulheres naquela sexta-feira não era a trajetória das suas vidas como migrante — refugiadas e retornadas, de si mesmo interessante — mas a negociação e renovação de um crédito financeiro para reforçar a carteira de negócios. Dito assim, sem nenhuma explicação, pode parecer estranho a algum leitor que uma freira em missão em África negocie crédito financeiro com mulheres retornadas! Mas é por aqui onde estas notas deviam ter começado.

Durante o trabalho de campo no Uíge, mulheres retornadas emergiram como categoria que, desde início, chamou a atenção não só pela expressão do número, eram a

maioria, mas também por ser nelas — nos seus corpos e nos seus semblantes — onde o aspecto dramático da mobilidade humana mais transparecia. E também por isso, ou por causa disso, era dos grupos que mais se exigia respostas às situações adversas. Maria-Antonieta contou, por exemplo, que durante o tempo de refúgio em terra estrangeira as mulheres tinham que fazer um esforço de se integrarem na sociedade de acolhimento por uma questão de sobrevivência: tinham que descobrir como funciona a sociedade, as suas regras e normas, o seu quotidiano e, sobretudo, como as mulheres se “arranjavam” para criarem no quotidiano alguma forma de rotina que desse estabilidade aos filhos; e como, no momento de retorno, era inevitável romper com essa rotina e recriar outra nos lugares de retorno, muitas vezes desconhecidos para elas, tinham que começar quase do zero; havia casos em que elas eram abandonadas pelos maridos que, entretanto, se casavam com mulheres dos lugares de destino como forma de se integrarem. Elas ficavam a cuidar não apenas dos filhos, mas também, às vezes, dos netos ou dos seus próprios pais. Ao retornar, o desafio não era apenas chegar a uma terra, praticamente desconhecida, mas a responsabilidade de manter uma família. Aliado a isso estava a representação da mulher na sociedade como aquela que deve dar respostas a situações vitais: alimentação, cuidar da saúde, das crianças e dos idosos. Se ser mulher já era um desafio no contexto da situação de mobilidade, ser mulher-retornada era duplamente desafiador. No que Maria-Antonieta descrevia apenas como “nossa responsabilidade” havia, na verdade, o fator gênero: as dificuldades que elas atravessavam não eram apenas por serem retornadas, mas eram agudizadas por serem mulheres. Esse foi um dos aspectos que sobressaiu na pesquisa.

As Missionárias Scalabrinianas que trabalham com retornados no Uíge intuíram, com grande acerto, que

uma forma de lidar com as imensas limitações com que se deparavam os retornados no dia a dia não consistia apenas em paliar as dificuldades quotidianas, mas em estabelecer estratégias que resultassem em melhorias das condições de vida a médio e a longo prazo. Intuíram também que as famílias se reuniam à volta de um núcleo, a mulher; e, portanto, qualquer estratégia de uma possível intervenção passaria por colocar o foco na mulher. A intervenção tem sempre um risco: ao tentar interferir na estrutura quotidiana das pessoas a fim de melhorar as suas vidas, pode-se destruir o ecossistema social que torna justamente possível o mundo social das pessoas num determinado contexto. Foi para evitar isso, e por uma questão de pragmatismo, que as Missionárias Scalabrinianas observaram o que as mulheres já faziam, conversaram com elas e procuram entender como se desvencilhavam no dia a dia para sustentar os seus. Descobriram que existia o que em linguagem técnica se designa por “economia do afeto”, proposto por Göran Hydén, decorrente de seu estudo sobre comerciantes rurais na Tanzânia. Muito resumidamente, refere-se à economia informal de pequena escala, feita em comunidades pequenas em que a base da interação comercial não era apenas o lucro, mas as afinidades que os intervenientes — compradores e vendedores tinham entre si e que, desse modo, permitia a sobrevivência da própria comunidade. Houve outros desenvolvimentos e críticas ao conceito que agora não interessa discutir. O que nos interessa é ressaltar como funcionava a economia do afeto entre as mulheres retornadas no Uíge.

As mulheres faziam negócios de pequena escala em pequenos mercados urbanos. Vende-se desde gêneros alimentares (arroz, feijão, batata, farinha de mandioca) a utensílios domésticos (toalhas, roupa de cama, sertãs, etc.). Essas vendas não permitiam muita acumulação já que os lucros

eram baixos e desse dinheiro se tirava uma parte para o sustento cotidiano: comida, vestuário, medicamento, transporte, renda de casa, comunicações e material escolar dos filhos e netos. A informalidade do negócio não permitia recorrer a um crédito para reforçar o dinheiro do investimento. Criaram uma espécie de “banco de empréstimo”, conhecido em várias línguas angolanas como “kixiquila”, que podia ser traduzido como empréstimo. Em que consiste? Uma das mulheres, geralmente a mais velha do grupo, é eleita para ser a “banca de depósito”, designada por “Mamã kixiquila” pelas outras mulheres, cerca de dez. As 10 mulheres entregam, “depositam”, à “mama kixiquila” uma quantia certa de dinheiro, por exemplo 25 dólares — que soma o total de 250 dólares. Os 250 dólares são entregues a uma das mulheres do grupo para que o use como crédito. Esse processo é semanal e rotativo. A mama kixiquila recebe todas as semanas 250 dólares da contribuição de 25 dólares de cada uma das mulheres do grupo e entrega, por sua vez, rotativamente, a uma das mulheres; em cada 10 semanas uma mulher tem à disposição 250 dólares, que devolve semanalmente ao contribuir com os seus 25 dólares. O processo não permite acumulação nem prejuízo, já que não há juros. Permite dispor de uma quantia de dinheiro, capital, que pode ser investido num pequeno negócio e, desse modo, dar algum rendimento para as necessidades cotidianas. É um sistema arriscado, vulnerável, e algo rudimentar, mas com eficácia suficiente para remediar o cotidiano.

As Missionárias Scalabrinianas, com experiência de trabalho com retornados, notaram o esforço das mulheres, a eficácia do esquema da entreatajuda, mas também a vulnerabilidade e riscos implicados no esquema e, por isso, decidiram intervir: a intervenção consistia em reforçar o capital que as mulheres possuíam através de um sistema informal de crédito. O objeto do capital era criar uma margem entre o dinheiro que era investido no negócio cotidiano,

o depósito semanal que era feito na mamã kixiquila e o rendimento cotidiano. Trata-se, apenas, de dezenas de dólares, mas que no contexto em que se está, faz uma grande diferença! Assim, através de um programa de ajuda financiada por uma fundação americana, Conrad Hilton Sister Found, que tem a particularidade de financiar apenas projetos para mulheres, as Irmãs Rita, Marivanne e Eidth desenharam um projeto. Consistia em dar um microcrédito, nome técnico do programa, a estas mulheres que investiriam nos seus negócios e devolveriam apenas 80% do total recebido com uma grande margem de tempo. As mulheres receberam formação sobre economia doméstica, elementos básicos sobre finanças e, curiosamente, economia do tempo. As idades das mulheres que participaram no projeto variavam entre os 20 e 70 anos. E participaram cerca de 80 mulheres.

O programa parecia correr às maravilhas. As primeiras avaliações notaram uma taxa de devolução altíssima do microcrédito, sinal de que, em teoria, os negócios corriam bem! Um vendaval, no entanto, veio ameaçar as atividades das mulheres: a crise do petróleo! Angola, segundo maior produtor de petróleo na África, cuja economia depende 90% da indústria extrativa, entrava numa crise econômica devido à queda do preço do petróleo nos mercados internacionais. A inflação tinha disparado, cerca de 10% em julho, com perda considerável do valor da moeda nacional em relação ao dólar, e quebra no consumo interno. Isso afetava o negócio das mulheres: primeiro, os preços dos serviços e produtos para revenda subiram e o nível de poder de compra dos compradores tinha baixado. Precisavam de mais dinheiro para manter o negócio e mais dinheiro para o sustento cotidiano.

As Missionárias Scalabrinianas, que tinham preparado um segundo empréstimo tendo em conta já a situação da crise

econômica, decidiram convocar uma reunião com as mulheres selecionadas para o novo crédito. A reunião foi realizada no dia 24 de julho, nas instalações da Cáritas Diocesana na diocese do Uíge, na qual a Irmã Marivane Chiesa é diretora diocesana. Eu assisti a essa reunião. O novo empréstimo seria concedido a partir do dinheiro que tinha sido devolvido pelas mulheres no primeiro empréstimo. O ponto central da agenda da reunião com as mulheres era a nova modalidade do empréstimo e a data do seu início.

As missionárias Scalabrinianas tinham estabelecido que o novo programa de microcrédito se iniciaria em setembro de 2015, precedido de um programa de formação mais curto em relação ao primeiro. As mulheres, vendedoras na sua maioria, achavam que setembro era muito tarde para se começar o programa e que, até lá, ficariam completamente descapitalizadas em decorrência da crise econômica e financeira. Quanto à formação, sugeriam que se devia encurtar a sua duração por dois motivos: já tinham tido formação quando receberam o primeiro crédito e, portanto, não havia necessidade de uma segunda, e no caso de que fosse necessário, deveria durar no máximo uma semana. Depois de algum debate, e sem excluir alguma tensão, chegou-se a um consenso: o programa se iniciaria já em agosto, precedido de uma semana de formação. As condições do empréstimo seriam basicamente as mesmas: um crédito em dólares correspondente em moeda nacional e a devolução de 80% desse valor em data a combinar. O problema que tinha ficado pendente era se a quantia do crédito seria maior, tendo em conta a taxa da inflação. Para as Missionárias Scalabrinianas o problema era puramente técnico. Aumentando o valor do crédito, de duzentos e cinquenta dólares americanos para quatrocentos, poucas pessoas podiam se beneficiar do crédito, tendo em conta o dinheiro disponível. Se o objetivo fosse beneficiar mais gente então teria que se baixar os valores

do crédito. No momento em que terminei a pesquisa ainda não tinha havida uma decisão sobre este assunto.

O importante para essa nota de trabalho de campo era esse aspecto negocial das mulheres retornadas e, sobretudo, a receptividade e sensibilidade das Missionárias Scalabrinianas; outro aspecto importante foi a extrema vulnerabilidade em que estas mulheres retornadas se encontravam. Algumas eram pessoas formadas, com cursos de nível superior ou de formação profissional e com carreiras profissionais: professoras, enfermeiras, trabalhadoras sociais, decoradoras, costureiras, etc. Por serem retornadas são muitas vezes excluídas do mercado de trabalho e isso faz com que se dediquem ao comércio como forma de conseguir rendimentos. O recurso ao microcrédito é um meio para contornar a vulnerabilidade da situação em que se encontravam, mas também uma maneira ativa e criativa de lidarem com imprevistos no seu cotidiano. Embora o sistema de crédito seja um instrumento fundamental no funcionamento do sistema capitalista, no caso do microcrédito entre as mulheres retornadas parecia um instrumento para manter famílias e comunidades unidas. Uma economia de afeto porque é a confiança, mais do que a possibilidade do lucro, que tornava o sistema eficaz.

No fim da reunião do dia 24 de julho, as mulheres, que no início da reunião estavam tensas e um pouco assustadas, saíram da reunião com um semblante alegre e confiante. Maria-Antonieta disse no final que a reunião tinha corrido bem e todas estavam contentes com o resultado que as Missionárias, por serem mulheres, tinham entendido perfeitamente a situação delas: era uma questão de crédito e confiança, mas também de gênero!

Referências

INGLÊS, Paulo. *Angola é nossa casa. Reintegração de retornados no Uíge vindos da República Democrática do Congo*. Brasília: CSEM, 2017.

_____. Credo, crédito e gênero: economia do afeto entre mulheres retornadas. Notas de trabalho de campo com mulheres retornadas no Uíge, Angola, julho de 2015. In *REMHU, Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 23, n. 45, p. 311-316, 2015.

RECONSTRUINDO VIDAS NAS FRONTEIRAS
DESAFIOS NO ATENDIMENTO A MIGRANTES EM RESSANO
GARCIA - MOÇAMBIQUE

*Paulo Inglês**

Premissa¹

O Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios (CSEM) desenvolveu a pesquisa *Reconstruindo vidas nas fronteiras: assistência e proteção a migrantes e refugiados*, entre os anos de 2015 a 2018, em três regiões de fronteira, a saber: Angola-República Democrática do Congo; Moçambique-África do Sul e México-Estados Unidos.

O Projeto visava identificar estratégias de sobrevivência de migrantes e refugiados e entender as modalidades através das quais os sujeitos em situação de mobilidade lidam com as adversidades que enfrentam em suas trajetórias. Paralelamente, a pesquisa buscava conhecer e analisar as estratégias adotadas nas intervenções humanitárias com este tipo de população e aproximar o foco aos desafios enfrentados e às respostas que vêm sendo dadas pelas Irmãs Missionárias Scalabrinianas em

* Angolano. Doutor em Sociologia e Estudos Africanos. Mestre em Ciências Sociais e Políticas. Atualmente é professor visitante de Sociologia das Organizações na Faculdade de Economia da Universidade Católica de Angola e Direito Constitucional e Ciências Políticas na Universidade Jean Piaget em Angola. Colabora com o CSEM como pesquisador.

¹ Este artigo reproduz os conteúdos apresentados pelo pesquisador Paulo Inglês na Conferência “Reconstruindo vidas nas fronteiras. Desafios no atendimento junto a migrantes e refugiados”, sem revisão do autor.

sua atuação junto a migrantes e refugiados nas respectivas regiões fronteiriças.

A pesquisa na fronteira entre Moçambique e África do Sul aconteceu prevalentemente² na Vila de Ressano Garcia, Moçambique, na fronteira com Comati Porti, África do Sul, onde as Irmãs MSCS desenvolvem ação sociopastoral desde abril de 1994, com diferentes projetos e atividades voltadas, em particular, a repatriados e crianças/adolescentes em situação de mobilidade.

Durante a Conferência “Reconstruindo vidas nas fronteiras: desafios no atendimento junto a migrantes e refugiados” o autor da pesquisa apresentou o texto, que foi transcrito pela Equipe CSEM, e que publicamos a seguir.

1. Dois eixos emergentes

A pesquisa de campo na fronteira entre Moçambique (MÇ) e África do Sul (AS) foi realizada entre setembro e outubro de 2017. Tive diferentes opções sobre como fazer esta apresentação. A primeira era ir muito pela via técnica, isso quer dizer, apresentar toda a questão dos objetivos da pesquisa, a metodologia, o processo de recolha de dados, interpretação e assim por diante. Depois, por sugestão de colegas, entendi que isso podia levar muito tempo. Por isso, sigo a segunda opção: vou fazer esta apresentação com breve introdução sobre objetivos e metodologia, para depois entrar diretamente naquilo que é o importante dessa pesquisa, que são, por um lado o trabalho que as irmãs fazem e, por outro, todo o processo de reconstrução de vidas nas fronteiras. E, antes disso, vou apresentar o contexto em que a pesquisa foi feita.

² Foram também realizadas entrevistas com as famílias nos locais de origem de algumas das crianças e adolescentes encontradas em Ressano Garcia, todavia, neste artigo são apresentados principalmente os resultados do estudo realizado com os próprios migrantes, junto à fronteira Moçambique-África do Sul.

Há dois elementos fundamentais que vou apresentar, dois subtemas que foram emergindo durante o trabalho em que os dados foram recolhidos e no processo de interpretação que fiz desses dados, em conjugação com o trabalho que as irmãs fazem.

Basicamente são dois pilares que tenho a apresentar: as dinâmicas da imigração na fronteira e como as irmãs respondem com seu trabalho aos desafios dessa específica região.

2. O contexto

Em Moçambique a situação social e política é frágil. Muitos moçambicanos buscam melhores condições de vida na África do Sul. As políticas de imigração implementadas pelas autoridades sul-africanas, no entanto, têm dificultado a mobilidade em ambos os lados, mostrando uma face mais dura no lado moçambicano. A fronteira de Ressano Garcia é um exemplo da má gestão das políticas de migração e um desafio para as organizações humanitárias e para o governo. Para além dos migrantes repatriados que chegam e muitas vezes permanecem em Ressano Garcia, muitos moçambicanos vindos do interior ocupam a cidade como caminho para atravessar rumo à África do Sul, transformando esta pequena aldeia num local de transição onde as pessoas partem e chegam. A vila também se tornou um lugar para o comércio informal, a prostituição, a criminalidade e o tráfico de seres humanos. Por um lado, esses aspectos mostram a esperança de uma vida melhor que leva os migrantes a assumirem riscos em suas trajetórias. Nesse sentido, os migrantes lidam com situações pesadas como uma reação ativa a um ambiente adverso, em vez de vitimização³.

Ressano Garcia é uma pequena vila que está na fronteira entre Moçambique e África do Sul, no lado sul da fronteira moçambicana. É uma vila que já tem história. Isso quer dizer

³ Esse parágrafo retoma elementos sobre o contexto do Projeto de Pesquisa, do qual são apresentados parte dos resultados a seguir.

que já em todo o século XX milhares de moçambicanos iam trabalhar para as minas na África do Sul, especialmente em Joanesburgo (JH), passando através de Ressano Garcia. Esta vila era um ponto de acesso para a África do Sul; foi sempre um lugar de transição entre os dois países.

No passado, essa vila tinha uma infraestrutura para suportar a mobilidade de pessoas de passagem. Havia lojas e diferentes tipos de comércio que facilitavam o câmbio entre o Rand e o Escudo, especialmente no tempo colonial. É a que chamo de Fase I da migração através de Ressano Garcia.

Depois houve uma grande mudança a seguir à independência, pois quando Moçambique se tornou independente as relações com a África do Sul não eram as mesmas que existiam entre os dois países, quando os portugueses estavam na administração do país. Após a independência, Moçambique e África do Sul se puseram em dois espectros ideológicos diferentes. Isso trouxe consequências para suas relações e causou impacto na mobilidade das pessoas, marcando assim uma nova fase, que chamo de Fase II.

Outro fator importante que seguiu à independência foi o início da guerra civil em Moçambique. Devido ao conflito, muitas pessoas que eram de Ressano Garcia e do sul do país refugiaram-se na África do Sul, atravessando a fronteira para o país vizinho. Só esse elemento já mostra como mudou a categoria da mobilidade na fronteira entre os dois países. Antes era uma categoria, uma mobilização, ou uma imigração laboral, pelos muitos moçambicanos que iam trabalhar para o país vizinho. Com o início da guerra civil a mobilidade continuou, mas já não era mais migração laboral, emigravam por causa da guerra, portanto, uma categoria nova de mobilidade, causada pelo conflito. Portanto, eles eram refugiados ou configuravam uma migração forçada, se quisermos usar essa categoria.

Assim, Ressano Garcia deixou de ser uma vila de transição relacionada à migração laboral, passou a ser um ponto de passagem para a migração forçada e, depois, quando a guerra terminou, no início dos anos de 1990, vivenciou outro tipo de imigração, que foi o retorno dos moçambicanos que estavam na África do Sul, constituindo assim a Fase III da migração na vila. Portanto, depois da migração laboral, depois da migração forçada, houve a migração que chamaríamos voluntária, embora esse termo seja discutível.

A migração de retorno dos moçambicanos que estavam refugiados na África do Sul se deu, praticamente, ao longo dos anos de 1990. Foi um retorno lento, progressivo, mas as pessoas estavam sempre *in between*, quer dizer, não sabiam bem se a guerra podia recomeçar, então muitos estavam do lado do Moçambique, mas como podiam ainda ir para o lado da África do Sul, ficavam em mobilidade entre os dois países.

Depois desses três períodos de imigração, Ressano Garcia passou por uma outra fase de acolhimento de pessoas, a que chamo de Fase IV. Isso quer dizer que já não eram só moçambicanos que iam trabalhar para as minas da África do Sul, mas eram também moçambicanos que iam trabalhar nos *Farms*, para os campos de produção, inclusive como empregados domésticos. Isso ocorreu em consequência, em parte, da própria mudança política na África do Sul, pois depois do fim do Apartheid muitos sul-africanos negros tiveram melhores condições, sendo que a legislação havia mudado e aquilo que antes era considerada como da mão de obra barata, foi reconfigurado. Então os moçambicanos passaram a fazer aquele tipo de trabalho que alguns sul-africanos não faziam mais, porque era uma mão de obra barata (*cheap labor*). Essa quarta fase de mobilidade levou a uma nova onda de imigração e, portanto, Ressano Garcia passou a ter um novo estatuto de

ponto de passagem. Nesse período, muitos moçambicanos iam, entravam na África do Sul, para trabalhar durante algum tempo, por exemplo, no tempo das colheitas ou para uma obra da construção civil, enquanto durasse a obra eles ficam lá e mal terminava eles voltavam para Moçambique.

Mais recentemente, pelo menos até 2017⁴, houve uma nova situação quanto à migração entre os dois países que infere em Ressano Garcia. Como primeiro fator, houve uma mudança a nível legal, isso quer dizer que os moçambicanos já não precisavam de visto, quer dizer, precisam de visto de trabalho, mas não precisam de visto para entrar na África do Sul se forem para ficar, por exemplo, um mês. Por isso, os moçambicanos costumavam entrar no país vizinho, ficavam um mês, trabalhavam, depois saíam e voltavam. Isso fez de Ressano Garcia um lugar de um movimento frenético, porque se eles ficassem mais tempo na África do Sul do que era permitido, entrariam na condição de “ilegalidade”. E se ficassem menos tempo, poderiam perder o emprego. Por isso os moçambicanos migrantes estavam numa espécie de dilema, tendo que escolher entre a legalidade e a segurança laboral. Essa tensão entre segurança laboral e legalidade teve como consequência um impacto muito grande no modo como os moçambicanos

⁴ Já me perguntei como seria a fronteira de Ressano Garcia, por exemplo, em 10 anos. Eu acho que isso vai depender um pouco do tipo de medidas que tomarem agora. As irmãs já fazem um trabalho que eu acho bom, porque elas fazem uma colaboração com as autoridades. Elas têm um encontro mensal ou trimestral; eu já participei de um desses momentos. Nesses encontros participam os responsáveis policiais, polícia da fronteira, polícia da alfândega, polícia de imigração; também estão presentes alguns juizes da região, tribunal de menores, polícia de menores, procuradores. Há um encontro que é só do lado moçambicano e outro que é do lado sul-africano. Isso é um instrumento excelente para estabelecer políticas, estratégias de prevenção de crimes, etc. A vantagem é que como as irmãs estão diretamente ligadas ao campo, elas podem trazer elementos que podem ajudar a polícia, por exemplo, as autoridades, a redesenharem a atuação sobre como lidar com estes processos na fronteira. Considero que isso poderia ser melhor aprofundado. Esse é um instrumento que, no meu ponto de vista, não foi muito aprofundado porque é muito informativo, eles partilham de informação, mas não muito de desenho de políticas, de ação.

passaram a desenhar a imigração; o modo como eles consideram a ida para a África do Sul.

3. A pesquisa

O meu trabalho foi justamente tentar captar este momento em que os moçambicanos decidem sair de Moçambique, tentam entrar na África do Sul e muitas vezes não conseguem e param na fronteira.

A fronteira se tornou uma espécie de espaço que não é só uma referência fisicamente, geograficamente, politicamente. Ressano Garcia era um espaço moçambicano, mas em termos culturais e sociais se tornou um espaço não definido, porque as pessoas estavam na fronteira, mas com a expectativa de saltarem para a África do Sul.

A minha atenção se concentrou, sobretudo, nos jovens e adolescentes. O perfil das pessoas em situação de mobilidade em Ressano Garcia também foi uma coisa nova, porque até então a grande maioria das pessoas que migravam para a África do Sul eram adultas, ou então as pessoas quando chegavam a uma idade de 17 ou 18 anos, não havendo outras perspectivas, iam para o país vizinho para trabalhar nas minas. Havia um nome específico que se dava a esses migrantes; inclusive, era quase uma espécie de iniciação à vida adulta empreender o projeto migratório para o trabalho nas minas. Como adulto, era suposto ir para as minas.

A minha investigação se concentrou, sobretudo, nas pessoas que estavam em Ressano Garcia. Estive no local durante um mês, da metade de setembro até a metade de outubro de 2017, hospedado na casa das irmãs. As Irmãs Scalabrinianas têm um centro de atendimento a migrantes justamente na fronteira, literalmente, quase que colado na fronteira. E meu trabalho consistia basicamente em primeiro olhar o movimento da fronteira, porque a fronteira não são só pessoas, são também

tráficos, caminhões, sobretudo das minas, entre outros cenários. A presença de intenso tráfego de caminhões se deve ao fato de que o porto mais próximo de Joanesburgo é o de Maputo, que é um porto mineiro, digamos assim. Então estudar aquele corredor com grande movimento é importante. Por exemplo, uma vez eu levantei muito cedo de manhã e fiquei a apreciar: vi passarem por lá dezenas e dezenas de caminhões, aqueles caminhões grandes que saíam da África do Sul para Moçambique. Isso depois vai ter consequência, porque os próprios meninos eram atropelados, como pude constatar mais tarde na pesquisa. Então o meu trabalho foi primeiro observar a fronteira.

Em segundo lugar, tive o contato com os jovens adolescentes. Esses jovens faziam trabalho com as Irmãs MSCS, ou seja, as Irmãs tinham um programa, projetos concretos com esses jovens. Comecei a entrevistá-los. As primeiras entrevistas não foram com os jovens, foram com os ativistas que trabalhavam com esses jovens, pois as irmãs têm um sistema de colaboradores que participam de seus projetos. Em seguida, eu comecei a trabalhar com esses colaboradores, como uma forma de introdução de como eles viam toda essa dinâmica na fronteira.

O passo seguinte foi fazer entrevistas com alguns jovens migrantes. A entrevista consistia em escutar, por primeiro, as histórias deles, histórias de vida. Eles contavam sobre suas vidas e as entrevistas eram gravadas; depois foram transcritas. A proposta era para eles contarem a história de vida desde o momento que saíram das suas terras até o percurso feito e a chegada na fronteira. Muitos deles provinham de regiões situadas geograficamente no centro de Moçambique, mais ou menos a 1000, 1500 km da fronteira. Em segundo lugar, eu também perguntava o que eles faziam na fronteira, qual era a atividade deles. A terceira pergunta era se eles pretendiam ir para a África do Sul e porque queriam ir para lá. A quarta

pergunta era se eles tinham consciência das consequências do que significava ir ao país vizinho. Essas foram mais ou menos as perguntas aos jovens.

Depois disso, conversei também com as autoridades na fronteira. Conversei com o chefe da alfândega, o chefe da polícia de migração, a polícia de fronteira. Conversei com essas autoridades porque elas estavam diretamente ligadas com o processo de migração, porque na fronteira, além desses caminhões que passavam, também passavam mercadorias, muitas delas simples, que os moçambicanos compram da África do Sul e vendem em Moçambique. Então eu quis perceber através do chefe, antes de tudo, a quantidade dessa mercadoria, e depois os mecanismos que giram em torno dessa movimentação.

Foi possível perceber que a fronteira não é só um artefato político que divide dois Estados; é também um lugar de negociação constante. O que se negocia na fronteira? Negocia-se tudo, inclusive a própria lei. Negociar a lei não significa apenas dar dinheiro pra pessoas poderem atravessar, negociar a lei significa que as autoridades faziam interpretações *ad hoc* da lei, de modo a torná-la flexível e permitir passagens que formalmente não deviam ser permitidas. Com isso, o que eu quero dizer é o seguinte: é que a imigração nesse caso não é só de moçambicanos que vão para a África do Sul, é todo um complexo que implica geografia, portanto, mover-se de um espaço para o outro, e implica também relações sociais. Isso quer dizer que os moçambicanos têm relações concretas com os sul-africanos e significa também que os patrões na África do Sul precisam da mão de obra moçambicana, barata. E quer dizer, igualmente, que os agentes fronteiriços também recebem dinheiro. Curiosamente, uma coisa que eu descobri nas entrevistas: os agentes sul-africanos também recebem dinheiro.

De antemão eu havia entendido essa ideia de que moçambicanos pagavam como negociação na fronteira, mas depois eu tive acesso a mais informação e fiquei sabendo que algumas pessoas que iam para a África do Sul sem a documentação podiam passar e passavam pela fronteira se pagassem os agentes. Eu acompanhei uma até um ponto, mas depois não podia passar. Eles me disseram que, neste ponto, eu não tinha visto para ir até a África do Sul, mas eles me diziam que eu podia passar igualmente. E eu disse: — “Não! Se eu não tenho visto, não passo”. E eles falavam que bastava eu ter uns *Rands* que eu passaria. Na altura eu estava com medo que me apanhassem e pusessem na cadeia, eu tinha um medo real, por isso não arrisquei. Mas a informação que eu tive é que há pessoas que passam e o policial não pergunta, pessoas que passam de carro, por exemplo, podem passar sem documentação.

A partir dos elementos que apresentei brevemente, considero que o próprio processo de transição na fronteira é algo muito complexo. É por isso que a palavra *ilegal* é uma palavra que tem que ser questionada. Porque o indivíduo pode passar na fronteira sem documentação, então ele pode passar na fronteira. E as autoridades sabem que esse indivíduo está a passar. Por isso se diz que é ilegal, porque entrou sem documento, mas não se questiona como a pessoa o fez. Para as autoridades, se alguém entrou sem documento é porque não passou pela fronteira, passou por um posto alternativo. Aqui há uma contradição, ou ao menos há que se afirmar que o que é ilegal é subjetivo, passível de muitas interpretações. Por isso que ao afirmar que um migrante é ilegal se diz muito mais do que simplesmente afirmar que a pessoa não entrou com a documentação; quer dizer que o sistema permite a ilegalidade.

Depois, também entrevistei umas pessoas que chamam de *Mareyane*. São pessoas que permitem a passagem na fronteira; eles chamam a si próprios de facilitadores. São pessoas que atravessam pessoas de Moçambique para a África do Sul, passando por percursos diferentes do posto oficial da fronteira. Então há umas passagens, chamadas de caminho curto, apesar de ser longo. Essas passagens ficam ao longo da fronteira, mais ou menos há uns 500m do posto policial, portanto não muito distante. Essas pessoas levam as outras de Moçambique através de um arame farpado que tem um buraco por onde as pessoas passam. Por aquele caminho, depois, há uma zona chamada terra de ninguém, por onde entram na África do Sul. Uma vez neste país, há uns táxis que estão à espera. Portanto, há uma montanha, há Moçambique, há a terra de ninguém, depois há um espaço com árvores e depois há um lugar onde está o transporte com o qual eles vão para a África do Sul.

No meu preconceito, eu concebia esses *Mareyanes* como traficantes de pessoas, aplicando a eles um conceito que é até o termo técnico, pois eles seriam pessoas que traficam pessoas. Mas, depois, eu tive uma entrevista profunda com um deles, mais ou menos uma hora de entrevista, e aí ele me deu um outro conceito do que é o *Mareyane*. Ele me fez perceber ainda mais a complexidade do que é a mobilidade na fronteira. É interessante entender bem o que eles fazem. Por exemplo, um pai sai do Moçambique e vai para a África do Sul e começa a trabalhar, depois cria as condições, aluga uma casa lá na periferia, então manda vir a mulher, a mulher vai e todos permanecem lá sem documentos. Depois chega o momento de chamar o filho. Como o filho vai para a África do Sul? Vai através destes senhores, que se identificam como *Mareyanes*. Segundo o protocolo de Palermo, quando um indivíduo, um adulto, leva uma criança com a qual não tem nenhum laço, isso, em termos legais,

constitui tráfico de pessoas. Se for com um adulto, se levar um adulto contra sua vontade, também é tráfico.

Na entrevista com um *Mareyane* eu perguntei se aquilo não era tráfico:

Mareyane: — Por quê?

Inglês: — Você não tem nenhuma relação com o menino.

Mareyane: — Sim, mas eu tenho relação com os pais dele, eu conheço os pais do menino.

Inglês: — Conhece como?

Mareyane: — Através do telefone, o pai me telefona para levar o filho e eu o levo.

Mareyane: — Você prefere que o filho fique no Moçambique sozinho sem os pais?

Inglês: — Bem... claro que eu preferia que os filhos ficassem com os pais, mas há muitas maneiras de levar os filhos⁵.

4. Elementos de análise dos principais resultados

Os dados coletados sobre as estratégias e as dinâmicas da fronteira de Ressano Garcia, entre o Moçambique e a África do Sul, chocam com a ideia de “ilegal” que é entendida tradicionalmente e com a preocupação do que deve ser feito. Eu não afirmo se aquilo é bom ou mal, só estou a dizer aquilo que me desafiou durante a pesquisa. Então, isso me traz à mente que a questão da imigração não pode ser lida só como a pobreza que causa a migração.

A temática é muito mais complexa e muitas vezes nem é a pobreza que está na origem do processo de mobilização. Por exemplo, às vezes, algumas mulheres deixavam seus empregos para se juntarem aos maridos. Então nesse caso

⁵ O protocolo de Palermo não leva em conta o tipo de relações familiares que existem, por exemplo, o que são laços diretos familiares. Por exemplo, um tio, irmão do pai, naquele contexto é também chamado de pai e a irmã da mãe é também chamada de mãe. Muitas vezes até um vizinho se torna familiar. Em muitos casos, quando os pais emigram, os vizinhos assumem as responsabilidades parentais; há até uma expressão em xangani, que diz que o vizinho é quase como família. A relação é, às vezes, tão estreita que muitos dos que ficam com o vizinho são como que adotados circunstancialmente. Então esse vizinho, que é quase como família, assume o papel de família de fato.

não é a pobreza. Às vezes a mulher ganha muito mais que o homem em Moçambique, mesmo assim ela decide juntar-se ao homem. Nos estudos sobre migração há uma categoria que descreve isso, mas os estudos falam em termos legais e a realidade pode divergir dos parâmetros padronizados pelas leis e pelos estudos acadêmicos. Por exemplo, se o indivíduo estiver legalmente na África do Sul pode requerer legalmente que a sua família se junte a ele. Mas quando a pessoa não está “legalmente” no país, então, cria-se um sistema alternativo de junção de famílias. Isso torna a imigração um processo ainda muito mais complexo.

Eu pensei, durante a pesquisa, que seria importante fazer um trabalho com os *Mareyanes*, porque eles concebem sua função como uma ajuda à mobilidade. Eles consideram que seu serviço é tornar a mobilidade segura. Essa é a interpretação deles. Mas logo há questões de violências e outros problemas, mas o que eu entrevistei disse: “não, esses que recorrem à violência são outros; nosso serviço é levar as pessoas de Moçambique para a África do Sul”. Então a pergunta é: como criar um sistema, ou um tipo de serviço dos dois lados da fronteira, em que este processo seja de fato seguro? Os *Mareyanes* dizem que são facilitadores, mas que são comerciantes, porque eles ganham muito dinheiro com isso.

Para levar pessoas de um lado para o outro se paga muito e bem; é uma profissão complexa, eles estão ligados com transporte e tecnologia e têm que ter contato com os taxistas e com os *chapa*⁶, que trazem as pessoas do interior do Moçambique até a fronteira. Na fronteira há uma infraestrutura que recebe essas pessoas, que podem passar a noite; tudo isso é combinado através do telefone. Depois, há todo um sistema de pagamento

⁶ *Chapa* é um sistema de transporte público em “mini ônibus”.

entre Rands e Meticais. Por isso, na fronteira há também casas de câmbio e tecnologia para uso do telefone entre Moçambique e África do Sul e a polícia, porque há o ponto de passagem. Na passagem alternativa também têm policiais. E uma vez eu fui lá, cheguei próximo — não podia ir muito próximo porque eu tinha medo. A palavra medo é importante, pois o medo é também um recurso de proteção. Mas quando se inflige o medo ao outro, pode ser uma forma de controle social. Tive oportunidade de ver que os policiais negociavam com os facilitadores e havia uma disputa, uma competição, então, muitas vezes os policiais saiam do seu posto no momento de passagem. Quando eu fui lá, por exemplo, não havia polícia. Outras vezes os policiais estavam e eles passavam igualmente.

Voltando a refletir sobre os meninos entrevistados, notei que eles saiam das suas terras, com o objetivo de ir para a África do Sul, mas quando eles chegavam à Ressano Garcia, paravam. Porque às vezes o dinheiro não chegava, inclusive para atravessar, mesmo que fosse por vias alternativas. Outras vezes porque não havia garantia de trabalho no outro lado da fronteira, ou por outros motivos ainda. Então eles ficavam aí na fronteira e se dedicavam ao comércio ambulante. Criou-se uma outra infraestrutura.

A organização do comércio ambulante se estruturou da seguinte maneira: há umas senhoras, quer dizer famílias, que vivem na fronteira e que se dedicam ao negócio, ao comércio informal. Quem pratica de fato a atividade desse comércio são os meninos migrantes, engajados pelas senhoras comerciantes de Ressano Garcia. Quando os meninos chegam, eles procuram até encontrar as tais senhoras, que são conhecidas como “patroas”. É curioso: não o patrão, mas a patroa. Ou seja, as grandes empregadoras são mulheres. Quando lá estive, eles vendiam sobretudo bolinhos, refresco, sumo, vendiam também cartões

para recarga de celular, que chamam de saldo, e água fresca. Os três principais produtos vendidos são cartões de telefone, água e bolinhos, que são os itens consumidos pelas pessoas que vão e voltam do Moçambique. Portanto, esses meninos e sua atividade comercial são uma espécie de recurso do caminhante. As pessoas precisam beber, porque é uma zona muito quente, precisam de comunicação e precisam comer. Então esses meninos trabalham para essas senhoras vendendo na rua e essas senhoras pagam mensalmente uma quantia.

A pesquisa foi em parte tentar perceber todo esse processo em que os meninos saem de suas terras, chegam até aí, onde muitos ganham dinheiro. A ideia era ganhar dinheiro para depois ir para a África do Sul, mas para alguns o negócio era tão bom que paravam na fronteira e ficavam definitivamente. Quando eu cheguei, encontrei um grupo de meninos que estavam em Ressano Garcia e que disseram nas entrevistas individuais e em grupo que já não iam para a África do Sul, preferiam ficar por aí porque eles faziam parte de um movimento migratório bem estruturado. Para deixarem suas terras os meninos tinham contato com pessoas que já estavam lá em Ressano Garcia a trabalhar, e se telefonavam. Quando uma patroa está precisando de alguém mais um menino sai do interior do país e vai até a fronteira para trabalhar.

Há também meninas. Mas as meninas não foram meu foco de pesquisa, porque aí precisava de uma outra metodologia, uma outra porta de entrada. Primeiro porque as meninas são mais fechadas, eu preferia ter uma auxiliar mulher, inclusive, porque há certas coisas que elas não dizem se estão diante de um homem. E há também uma questão de respeito e dignidade para poder saber porque saíram de casa. Por exemplo, há pessoas que às vezes fogem por causa de violência ou por violação, e elas não contam isso a um homem.

Então não entrei nesse ponto; é um campo que precisaria de uma outra pesquisa. São centenas de meninas que saem das suas aldeias e trabalham para essas senhoras, trabalham como empregadas domésticas, muitas em idade escolar, com 13, 14 ou 15 anos, e trabalham para cuidarem de outras crianças, das filhas das patroas. Depois, muitas chegam até os 18 e se casam, ou seja, têm marido⁷.

4.1 A terra de origem dos meninos

Quando eu descobri que esses meninos iam para Ressano Garcia através de chamadas (quando descobri que há um efeito chamada), o meu interesse foi perceber qual era a dinâmica no ponto de partida. Então fiz uma viagem e fui visitar as famílias de uns 10 deles em Inhambani, de onde a maioria vinha. Fica mais ou menos a mil km de Ressano Garcia. Visitei e entrevistei essas famílias e lá descobri 4 coisas: a primeira é que, em muitas dessas famílias, havia já uma tradição de migração de um tio, avô, ou de algum familiar que tinha trabalhado nas minas da África do Sul nos anos de 1970 ou 1980. Portanto, há uma história do ir, do sair da aldeia como uma espécie de um recurso.

Em segundo lugar, vi também que nem todas as famílias eram pobres no sentido de serem pessoas com muita necessidade. Inclusive, visitei uma família que tinha boas condições; numa das famílias o senhor tinha uma padaria, uma caminhonete, tinha empregados. Nesses casos eu perguntei porque o menino decide

⁷ Ressano Garcia é uma região com muito movimento, onde há também um índice elevado de portadores de HIV. Mas essa parte eu não explorei na minha pesquisa; precisaria de outro tempo. Na fronteira há também muita prostituição. São milhares de caminhoneiros que passam aí, e eu próprio vi, de manhã, de tarde, de manhã muito cedo, meninas que ficam à beira da estrada e os caminhoneiros que vão ao encontro delas. Eu não entrei na questão do HIV, mas sei que o número é elevado e cada vez maior. E há um risco, sobretudo, dessas meninas que trabalham para essas senhoras em Ressano Garcia que, muitas vezes, para conseguirem mais dinheiro se colocam na prostituição. Há um risco muito grande. Pode-se fazer um trabalho conjunto na fronteira dos dois lados, no lado de Ressano Garcia e no lado sul-africano.

sair da família e ir para Ressano Garcia ou para a África do Sul. Isso me fez questionar o tema da pobreza como causa da mobilidade.

O terceiro elemento que eu descobri foi que a imigração era também uma maneira desses jovens se tornarem autônomos de suas próprias famílias. Pode acontecer que em uma casa principal, onde vive a família, está o pai, a mãe e os irmãos. Então, quando o menino vai atingindo uma certa idade ele constrói o seu quarto fora da casa principal. Aquele processo de construir o seu quarto fora da casa do pai tem uma relação quase íntima com o processo de imigração. O que eu intuía através das entrevistas é que eles ampliam isso, eles ampliam o processo de sair. Quando estão a sair de casa, ou da casa grande para o quartinho, eles vivem um processo de se tornarem adultos, digamos assim. Eu acredito que o construir a casa perdeu um pouco o valor simbólico do que é ser adulto, então o ir fora emergiu como um valor maior do que o construir o quartinho.

E eis o quarto elemento: quando os meninos vão trabalhar, eles compram coisas que enviam para a família, compram mesas, cadeiras e enviam dinheiro para a família. Aquilo de enviar dinheiro para a família era uma coisa muito importante para os meninos, porque quando nós fomos visitar essas famílias, os meninos tinham ficado em Ressano Garcia, mas nos pediram para levar coisas para os pais. Eles compraram mesas, peças de roupa e enviaram dinheiro para os pais.

Já antigamente, no tempo colonial, quando as pessoas iam para a África do Sul, compravam artefatos, por exemplo rádio, lençóis, sapatos e outros bens, e levavam para a família, especialmente no natal. Há toda uma literatura e todo um trabalho feito sobre o fato de que eles compravam bens para levar para suas famílias, criando impacto nas aldeias. No caso dos meninos acontecia muito isso. Eles compravam algo para enviar aos pais e esse envio era uma maneira de mostrar que

já eram adultos, que “eu sou homem”. Nesse caso, a imigração ganha uma reconfiguração diferente. A imigração é uma espécie de recurso para essas pessoas, como se fosse um dispositivo que eles usam para a sua afirmação. Nesse contexto, o conceito de combater a imigração não é muito bem usado. Porque aquilo é a vida deles. O que se pode fazer é controlar as consequências não intencionais da migração. É aqui onde as irmãs entram.

4.2 A atuação das Irmãs MSCS

Essa foi outra parte da pesquisa. Então qual era o trabalho das irmãs na casa de acolhida? Vários, mas eu destaco alguns deles.

O primeiro era o seguinte: os meninos que saíam das aldeias para Ressano Garcia iam sem nenhuma documentação. As Irmãs MSCS tratavam da documentação deles, inclusive do registro. As Irmãs pegavam os meninos da vila e levavam para o registro, para obterem a certidão de identidade num município chamado Muamba, que fica mais ou menos a 40km de Ressano Garcia, e lá registravam os meninos. Então os meninos passavam a ter pela primeira vez uma documentação. Alguns já tinham 15, 16, 17 anos. Depois eles voltavam e tratavam do bilhete de identidade, e depois o passaporte. No primeiro dia que eu cheguei à Ressano Garcia, fui com as Irmãs levar os meninos que iam tratar do bilhete de identidade. Esta é uma maneira de lidar com as consequências não intencionais da imigração. Muitos projetos que as irmãs tinham eram justamente para pagar os custos do processo de documentação dos meninos.

Isto aqui tem relação com a própria administração local. Isto é, a administração sabia que as irmãs faziam esse trabalho de ajudar na documentação. E este é um modo de as irmãs interferirem no próprio processo de imigração, para de alguma maneira humanizar o processo, ou ao menos controlar possíveis

danos. Isso quer dizer que se um menino tivesse o bilhete de identidade poderia conseguir o passaporte, e assim poderia ir à África do Sul e voltar mais protegido.

O primeiro ponto é a definição de migração. Eu diria que é um recurso que as pessoas usam para lidar com contexto adverso, para lidar com uma adversidade. A adversidade não significa necessariamente pobreza. Pode significar conflito familiar, pode ser, por exemplo, para aumentar a formação, outros vão trabalhar por um tempo e com aquele dinheiro vão depois estudar. Pode significar dificuldade; por exemplo, houve um menino que engravidou uma menina, como não podia lidar com aquilo, fugiu. A imigração pode ser também uma maneira de lidar com algum tipo de adversidade. Adversidade não significa uma coisa má, pode significar um desafio novo, ou então uma situação que a pessoa não pode resolver... então a imigração é um recurso que a pessoa tem para usar. É como se fosse uma conta bancária que a gente não sabe o quanto de dinheiro tem, então está ali e ele diz: — Ok! Eu me ponho a caminho e sempre haverá uma solução. O único problema é que desde o momento que a gente decide se mover a gente não controla as consequências que a mobilidade tem. Portanto, quando a gente diz que a imigração é boa ou má, ou perigosa, não está no desejo que a pessoa tem de se mover, está na consequência que o indivíduo pode não controlar nesse processo. Este é o grande desafio da imigração interna dos países, da imigração transfronteiriça e da migração transcontinental. As pessoas dizem: “eu vou para aquele sítio porque eu quero chegar lá!”, mas não controlam todo o processo. Esse é o desafio maior.

O Segundo ponto é que esses meninos ganhavam dinheiro, trabalhavam com as patroas e recebiam dinheiro. As irmãs abriram uma conta onde cada menino podia depositar o seu dinheiro no banco. Isso significa que o menino, no final do mês, recebia uma quantidade de dinheiro e ele próprio ia

no banco e punha na conta X e trazia um ticket, um número, e entregava para as irmãs. Elas organizaram um sistema de arquivo, faziam uma cópia para documentar o depósito de cada um dos meninos. Daí eles trabalhavam todo o ano, por mês punham uma quantidade e no final do ano pegavam esse dinheiro e compravam coisas para enviar para os pais. Desse modo, há todo um processo de intervenção na imigração através do que as irmãs fizeram. No fundo, a atuação delas não foi do tipo “olha, tu está cá em Ressano Garcia, volta pra tua família”. Elas escutaram o que os meninos tinham em mente e pegaram essa ideia que eles tinham na cabeça, positiva, e transformaram numa porta de entrada para intervir na imigração, no processo migratório daqueles meninos. Então nas entrevistas que eu fiz com os meninos, quando eu perguntava por que desistiram de ir para África do Sul, eles davam esse testemunho sobre as irmãs, falavam das irmãs como mãe, como anjo, usando essas metáforas. O ideal é que houvesse uma relação entre as famílias, as patroas, sobretudo no caso das meninas, e o centro de acolhida ao qual eles estão ligados.

Há um terceiro ponto. Além dos meninos, a questão do tráfico humano também era parte da minha pesquisa. Antes de ir para Moçambique havia a ideia do tráfico de pessoas e do tráfico de órgãos. Mas isto era uma pesquisa muito específica e precisaria de um tempo e de uma outra metodologia. Conversei com o chefe da polícia de fronteira de Moçambique sobre o tema e ele me disse que é muito difícil detectar tráfico de pessoas em Ressano Garcia. Todo processo começa, inclusive, a partir de onde se trata o passaporte. Ele disse que as pessoas que são traficadas passam pela fronteira legalmente, não passam “ilegalmente”. É difícil detectar uma pessoa que está sendo traficada, que está sendo levada à força. E naquela fronteira passam milhares, chegam a passar 30 mil pessoas entre ir e vir. Ele disse que é impossível controlar tudo isso,

quem está sendo traficado e quem não está; seria necessário um dispositivo especial. E também disse que isso engloba uma grande quantidade de dinheiro, porque muitas dessas pessoas vão para a África do Sul para exploração sexual ou laboral, e outras pessoas, inclusive, atravessam com a intenção de ir para a Europa — porque a África do Sul é uma espécie de ponto de passagem para ir para a Europa. São diversos os motivos pelos quais as pessoas passam por aquela fronteira. Então para captar isso, precisaria de outra metodologia. A CEMIRDE, onde também as irmãs atuam, em Maputo, trabalha muito sobre isso, sobretudo a questão do tráfico de órgãos. Mas isto é outro aspecto.

E há o quarto ponto da atuação das irmãs, que tem a ver com a educação. As irmãs tratam de fazer com que os imigrantes jovens voltem a estudar⁸. Elas tratam de ajudar, sobretudo, aqueles mais novo a continuarem seus estudos, especialmente as meninas. A dificuldade era que as patroas, isto é, as senhoras na casa de quem elas estavam, não permitiam que as meninas estudassem. Esse é um desafio para o trabalho das irmãs. Por um lado, as próprias meninas acham que tem que trabalhar, mas muitas estão em idade escolar. Como conseguir conciliar as duas coisas?

Outro aspecto dessa intervenção é a atividade ligada à produção de pão — naquela zona, a padaria é praticamente a atividade principal. No Centro é produzido o pão e depois esse pão é distribuído em pontos de venda com o preço mais acessível. Com isso, ajudam de fato, em primeiro lugar, na

⁸ Quando as irmãs chegaram em Ressano Garcia, depois de tratarem dos retornados e da questão do HIV, que lá é bastante acentuada, puseram-se na questão da educação, inclusive abriram uma escola secundária muito conhecida na região, praticamente a principal. Depois de algum tempo as irmãs acharam que deveriam deixar aquela escola e dedicar-se ao que era específico de seu carisma. Por isso passaram a escola para o Estado mantiveram sempre uma relação com a direção da escola, porque muitos, inclusive professores, também trabalharam com as irmãs.

questão alimentar, porque o pão é uma coisa fundamental, mas também possibilitam a questão do negócio para aquelas pessoas que podem fazer a revenda. Lembro uma vez, muito cedo, pelas 5h30min da manhã, que a superiora, Ir. Lisete, tinha saído com um carrinho para distribuir pão. Quando ela voltou eu disse: “onde é que a irmã esteve?”, e ela respondeu que havia ido distribuir pão, mas como eu acabava de chegar não estava dentro do contexto, eu tive que perceber qual a relação entre a superiora e a distribuição de pão pela vila, e ela me explicou que isso é parte de estratégia delas de inserção no meio.

Há outro trabalho também que as irmãs fazem com as meninas. Pelo menos uma vez na semana elas vão até o Centro e ali têm um encontro em que aprendem a costura. O mais importante é que elas dispõem, no Centro, de um espaço de convívio onde podem falar das suas dificuldades. Eu cheguei a entrevistar 4 dessas meninas e lhes perguntei como era o trabalho, o que elas faziam, de onde tinham vindo. Considero esse um campo de trabalho muito importante. Eu também acho que elas eram as mais vulneráveis em certos aspectos. Vulneráveis no sentido de que mais facilmente podiam ser exploradas.

Seria muito interessante, e poderia ser frutuoso, intensificar a colaboração transfronteira entre as comunidades das irmãs em Moçambique e na África do Sul e também, porque não, em Angola. Tal colaboração poderia poupar recursos humanos e financeiros, e até recursos psicológicos. Para explicitar o porquê, vou dar um exemplo. Moçambique tem um sistema de constante repatriamento de pessoas. Os moçambicanos que vem para a África do Sul quando são apanhados pela polícia ficam detidos durante semanas e quando o número é razoável, então, eles pegam essas pessoas, põem no autocarro e os enviam para Moçambique. São simplesmente deixados lá. No ponto onde eles são deixados estão as Irmãs MSCS. Ou seja, há uma senhora

moçambicana, que está aqui presente, que o serviço dela é, assim que vê um autocarro chegar, ir logo no posto da polícia que fica a 50m da casa de acolhida, e fazer o registro de todos que chegaram. Depois é oferecido algum dinheiro para que eles (os repatriados) possam acompanhar o comboio de Ressano Garcia para voltarem para suas terras de origem. Outras vezes dão alguma alimentação e, sobretudo, é feita uma espécie de sensibilização para que tenham os documentos. Nesse sentido a polícia sul-africana é muito rigorosa, eles apanham e ficam detidos e depois há uma ordem administrativa de expulsão. Se houver um trabalho de colaboração com a polícia moçambicana, com a polícia sul-africana também, eu acho que se poderia controlar. Por exemplo, no caso de mulheres que também são detidas e depois são repatriadas, ou nos casos em que elas são apanhadas quando estão fora de casa, além das vezes em que, quando repatriadas, os filhos ficam para trás. Se houver um trabalho comum entre as irmãs dos dois países seria possível controlar isso.

Enfim, a imigração é uma maneira para restabelecer a ordem. Quer dizer, a imigração não é sinônimo de desordem, é um esforço para reconstruir o cotidiano. E, às vezes, para reconstruir o cotidiano implica em as pessoas saírem. Pode ser pela pobreza, conflito familiar, clima, guerra, etc. As pessoas consideram que seu cotidiano foi interrompido, então se movem com desejo de reconstruir, pode ser num outro espaço, distante, quer dizer, num outro estado, em outros países, num outro continente. Nesse sentido posso afirmar que a imigração é uma espécie de dispositivo, porque no fundo o que eles querem é ordem, só que passa por esse processo. Mas essa não é a única maneira. Há várias. Há pessoas, por exemplo, que sentem que no local onde trabalham sofrem violência, por isso deixam de trabalhar, porque é uma maneira de criar ordem em outro lugar.

Há pessoas que às vezes separam uma relação familiar, porque acham que aquela relação é de violência e de agressividade, etc. O que pretendo afirmar é que há muitos exemplos de como criar uma ordem diante das dificuldades e dos desafios que encontram na vida, e a imigração é uma delas.

RECONSTRUINDO VIDAS NAS FRONTEIRAS
BOAS PRÁTICAS NO ATENDIMENTO A MULHERES E CRIANÇAS
MIGRANTES NA FRONTEIRA NORTE DO MÉXICO

*Tuila Botega**

*Igor B. Cunha***

*Nathália Vince E. Fernandes****

*Delia Dutra*****

Introdução

O programa de pesquisa Reconstruindo vida nas fronteiras: atendimento e assistência a migrantes e refugiados, do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM, buscou analisar as formas com que migrantes e refugiados vivem e enfrentam situações adversas, de riscos e incertezas, em três regiões de fronteiras: Angola e República Democrática do Congo, Moçambique e África do Sul e México e Estados Unidos, bem como as ações sociopastorais desenvolvidas nessas regiões em resposta aos desafios migratórios.

Especificamente, neste capítulo, apresentaremos a etapa da pesquisa *Reconstruyendo la vida en la frontera: asistencia y*

*Mestre em Ciências Sociais pelo Departamento de Estudos Latinoamericanos (ELA) da Universidade de Brasília. Pesquisadora do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios.

** Graduando em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Assistente de pesquisa do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios.

*** Doutoranda no programa de pós-graduação em Estudos Comparados Sobre as Américas – ELA/UnB, pesquisadora do Grupo de Estudos Comparados México, Caribe, América Central e Brasil (MeCACB).

**** Doutora em sociologia. Pesquisadora colaboradora do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios – CSEM.

atención a migrantes en la Frontera Norte de México, realizada em Tijuana, que objetivou analisar as ações sociopastorais que as Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo - Scalabrinianas (MSCS) levam a cabo na cidade de Tijuana, a partir do Instituto Madre Assunta (a partir daqui, IMA), ressaltando as boas práticas, isto é, os modelos de ação e/ou programas que se mostraram exitosos para responder a determinadas necessidades dos migrantes (Padilla, Portugal, 2007). Para além das boas práticas, apresentaremos alguns desafios que podem abrir perspectivas futuras de atuação e levar à reflexão, avaliação e ao aprimoramento do atendimento a mulheres e crianças migrantes em Tijuana.

A cidade de Tijuana, localizada na fronteira Norte do México com os Estados Unidos, é considerada um dos principais corredores migratórios do mundo, seja pelo volume dos fluxos que recebe, seja por suas implicações. Ainda que possa ser considerada uma cidade receptiva e cosmopolita, a migração muitas vezes é associada a problemas sociais, especialmente no caso dos que foram deportados, como alcoolismo, criminalidade, consumo de drogas e pessoas em situação de rua. Esse contexto propicia uma atmosfera hostil para as pessoas em mobilidade e, conseqüentemente, implica um ambiente controverso para as instituições que trabalham em prol dos migrantes.

Dito isso, para refletir sobre a reconstrução de vidas de mulheres e crianças migrantes na fronteira Norte do México, iniciamos o texto fazendo uma aproximação ao contexto da pesquisa, os caminhos percorridos e a metodologia. Em seguida, apresentamos o perfil das mulheres migrantes atendidas no Instituto Madre Assunta, o que é fundamental para compreendermos as boas práticas e os desafios elencados nos pontos três e quatro. Por fim, nossas considerações finais.

1. Caminhos da pesquisa

O CSEM conta com um Núcleo Duro intitulado Protagonismo dos migrantes e refugiados, que reúne uma série de conceitos que fundamentam cientificamente suas atividades de estudos, em geral, e de forma específica a proposta teórico-metodológica da pesquisa. Nesse sentido, prevalece a compreensão da pessoa em mobilidade (migrantes e refugiados) como sujeito de direitos, como ator social que contribui ativamente na construção de sua própria história. Isto é, não simplesmente uma vítima de processos macrossociais, mas uma parte ativa dos eventos, que confere significados aos acontecimentos aos quais está relacionado (CSEM, 2018).

Enfatizar as características que se referem à capacidade que indivíduos têm de incidência, protagonismo, emancipação, capacidade de mudança social, criatividade etc. (Haas, 2009; Inglês, 2015; Pedreño, 2017) é particularmente importante porque apresenta os fundamentos teóricos e metodológicos da pesquisa e a insere em um contexto mais amplo de reflexão, que se refere à identidade institucional do CSEM e sua missão.

A pesquisa se desenvolveu metodologicamente a partir de duas instâncias principais, ambas marcadas por uma interação entre a parte teórica e a empírica. A primeira fase, chamada de exploratória, se deu através de contatos e entrevistas com irmãos que exerceram algum trabalho no IMA anteriormente. O objetivo foi estabelecer uma aproximação ao objeto de estudo e levantar elementos para o desenho da segunda etapa, que chamamos de fase de aprofundamento. Essa, por sua vez, envolveu a pesquisa de campo, a partir da imersão de dois pesquisadores por um período de cinco semanas em Tijuana, entre os meses de janeiro e fevereiro de 2018.

A pesquisa de campo envolveu dois momentos concomitantes, uma imersão etnográfica *dentro* do IMA, a fim

de observar as dinâmicas do atendimento, o funcionamento da casa e para acompanhar as migrantes atendidas ali; e *fora deste*, com atores, instituições e organizações que prestam atendimento a migrantes em Tijuana e que dialogam de alguma forma com o IMA e com a realidade migratória. Um olhar sobre as atividades desenvolvidas por casas de acolhida semelhantes auxiliou a compreensão da dinâmica em que se inserem tais instituições, assim como as especificidades das ações sociopastorais desenvolvidas no IMA.

Em geral, a metodologia adotada envolveu a observação e conversas informais dos pesquisadores com as Irmãs, funcionários/voluntários e migrantes no IMA enquanto participavam das atividades diárias da casa (ajuda na preparação e distribuição de alimentos, limpeza, celebrações internas, etc.); e entrevistas formais, realizadas após alguns dias de convivência, em que a presença dos pesquisadores passou a ser sentida de forma mais integrada ao cotidiano do IMA.

Todo esse percurso metodológico possibilitou a identificação de boas práticas, de desafios ao atendimento e também a reflexão sobre o “reconstruir a vida na fronteira”, tema abordado nesta conferência e que diz respeito, em última instância, às ações desenvolvidas na casa de acolhida e sua incidência nas relações de autonomia, protagonismo e dependência das mulheres migrantes atendidas no IMA.

2. O Instituto Madre Assunta: um lugar seguro para “mulheres em fuga”

A presença das Irmãs Scalabrinianas em Tijuana teve início em 1985, a partir de colaborações nas atividades da Casa do Migrante, dos padres scalabrinianos, que até então se configurava como um albergue misto, isto é, que recebia homens e mulheres cujo principal objetivo era a migração econômica para os Estados Unidos (Durand, 2000). A partir do incremento de registros de situações de abusos e importunações sexuais contra mulheres foi se percebendo a necessidade por um local

específico para acolher mulheres e crianças migrantes, o que se concretizou em 1994, quando as Irmãs MSCS inauguraram o Instituto Madre Assunta.

O IMA foi o primeiro albergue dedicado especificamente ao atendimento de mulheres e crianças migrantes em Tijuana e se destina às pessoas recém-chegadas. Desde a sua fundação, estima-se que mais de 20 mil mulheres já passaram pela casa. Dados mais recentes, de 2015 a 2017, indicam uma média de 1.431 pessoas atendidas anualmente pelo IMA, havendo diferenças entre um ano e outro, a depender de “ondas migratórias”, como a dos migrantes haitianos em 2016, ano em que foi registrado mais de três mil migrantes atendidas na casa.

Segundo dados do próprio IMA, entre as pessoas atendidas, a grande maioria é solicitante de asilo político (66%), seguido por deportadas (22%). Além desses perfis, chegam migrantes com o objetivo de cruzar a fronteira e ir aos Estados Unidos por motivos econômicos; migrantes internas que buscam encontrar emprego em Tijuana; e mulheres com problemas familiares, fugindo de violência doméstica ou de violência na comunidade de origem.

As mulheres chegam ao abrigo encaminhadas pelo Módulo de Atendimento Migratório do governo mexicano existente na guarita *El Chaparral* — por onde chegam pessoas deportadas dos EUA, e/ou por outros espaços de circulação migratória. Cada caso é avaliado individualmente, salvo algumas situações emergenciais, a partir da realização de uma entrevista para identificar o perfil de cada migrante e suas necessidades. Caso alguma pessoa não se encaixe nos critérios da instituição, é feito um direcionamento para outros albergues da rede de atendimento de Tijuana¹.

¹ O IMA não recebe mulheres em situação de drogadição ou alcoolismo. Também não

Durante a pesquisa de campo no IMA, foram escutadas um total de 15 mulheres migrantes, que contribuíram de modo a permitir diferentes níveis de análise: com seis delas foram realizadas conversas espontâneas durante as tarefas cotidianas da casa, com oito foram realizadas entrevistas formais orientadas pelos interesses do estudo. As mulheres entrevistadas configuravam um perfil de mulher migrante-mãe, ou seja, das 15, apenas três relataram não ter filhos, e 5, das 12 que eram mães, estavam com pelo menos 1 de seus filhos junto a elas no momento da pesquisa. As outras deixaram os filhos nos EUA ou em seus lugares de origem, geralmente aos cuidados de um parente. Isso resultou em uma média de 2 crianças por entrevistada, sendo que 6 delas tinham 3 ou mais filhos.

A idade dessas mulheres migrantes variou entre 22 e 58 anos, com uma concentração mais elevada entre 26 e 35 anos. 7 eram mexicanas deportadas, 6 centro-americanas (Honduras e El Salvador), uma do Haiti e uma tinha dupla nacionalidade por ter nascido em uma cidade na fronteira entre o México e a Guatemala. Entre elas, 8 já haviam sido deportadas, 3 eram solicitantes de asilo e as demais afirmaram ter tentado cruzar os EUA mas decidiram ficar em Tijuana. Sobre a religião professada, 7 das entrevistadas disseram que eram católicas, 4 eram evangélicas, 1 se declarou não religiosa e as demais não informaram.

As histórias são bastante semelhantes entre as migrantes entrevistadas e refletem o contexto mais amplo dos fluxos de pessoas que passam pela cidade de Tijuana. São mulheres que se colocaram no caminho “em fuga”, seja da violência e do crime organizado (gangues) presentes em seus países de origem, como as centro-americanas, seja em alguns casos específicos, por situações de violência doméstica ou para salvar seus filhos

são recebidas no caso de já estarem vivendo por algum tempo em Tijuana ou se possuem família na cidade.

e maridos ameaçados; ou ainda, como algumas mexicanas provenientes principalmente dos estados de Guerrero, Chiapas, Oaxaca e Michoacán que ali estão, para pedir asilo político, nesses casos, fugindo do narcotráfico.

Destacamos ainda o perfil da migrante haitiana, que representa uma situação particular que é a fuga de um contexto de crises políticas, econômicas e ambientais que o Haiti sofreu na última década, sendo que várias chegaram ao México depois de terem passado pelo Brasil em busca de uma vida melhor. Por fim, há também aquelas mexicanas que foram deportadas dos Estados Unidos, várias vezes, tanto pelas tentativas sem sucesso, como por causa da dificuldade de atravessar a fronteira. Todas as migrantes, independentemente da nacionalidade e do projeto migratório, buscam segurança, oportunidades de emprego e uma vida mais digna para si e/ou suas famílias.

3. Reconstruindo vidas na fronteira: boas práticas na atuação do IMA

O IMA é uma casa de primeira acolhida para mulheres e crianças migrantes recém-chegadas a Tijuana, em situação emergencial e de vulnerabilidade. As atividades ali desenvolvidas se adequam à grande rotatividade de beneficiárias, tendo em vista que se trata de uma casa de passagem, com um tempo médio de permanência de 15 dias. Ainda que seja uma estadia prevista para ser de curta duração, busca-se durante esse período oferecer um atendimento mais amplo possível, cobrindo as mais diversas necessidades, inclusive, flexibilizando o tempo de estadia para aquelas que precisam ficar mais tempo, como no caso de mulheres grávidas, com filhos doentes, entre outros.

Quando as mulheres chegam ao abrigo, normalmente acompanhadas de seus filhos, após toda a viagem até a fronteira, passando por um trajeto migratório muitas vezes marcado por

perigos e violações, ou depois de terem sido deportadas, têm de enfrentar a difícil questão de decidir o que farão a seguir. O Instituto Madre Assunta figura como ambiente onde elas podem encontrar as condições básicas para conseguirem “se refazer” e partir daí decidir os próximos passos. Em outras palavras, as mulheres encontram um lugar onde podem se alimentar, dormir, cuidar de seus filhos, dividir suas histórias, angústias e necessidades mais imediatas. Além disso, inserem-se em um ambiente no qual elas têm as condições mínimas — abrigo, comida e informações — que lhes permite recomeçar, independentemente de sua decisão migratória. Durante sua estadia estão protegidas, têm teto e comida para poder pensar sobre o que fazer a seguir.

O trabalho das irmãs, das assistentes sociais, da psicóloga e do advogado é muito importante naquele momento, pois dá as informações necessárias e orientações adequadas sobre cada caso. De acordo com as entrevistas, somente o fato de proporcionar um local seguro, cama, comida, orientação de vários tipos, inclusive espiritual, já seria importante para que as migrantes que chegam ao IMA pudessem pensar como reconstruir suas vidas. Isso as ajuda na dor que carregam e lhes fornece conforto e serenidade para continuarem seus caminhos. Quando saem do albergue as migrantes estão visivelmente mais fortalecidas e cheias de esperança, além disso, recebem mantimentos, comida para viajar, casacos etc. para darem seguimento aos seus projetos.

3.1 Boas práticas

O objetivo da pesquisa foi analisar as ações sociopastorais desenvolvidas no IMA junto a mulheres e crianças migrantes, isto é, as ações sociais desenvolvidas pelas Irmãs MSCS em favor dos migrantes, especialmente os mais pobres e

vulneráveis, baseadas nos princípios do Evangelho e nos direitos fundamentais da pessoa humana (CNBB, 2001). Diante desse serviço de recuperação emocional e física, a seguir, destacamos as principais boas práticas identificadas durante a pesquisa:

a) *Foco de atuação*. O fato do IMA ser uma casa de acolhida para mulheres e crianças contribuiu para que essas pessoas vejam a casa como uma referência e entendam que ali suas necessidades específicas são atendidas, o que incrementa o sentimento de segurança e confiança no trabalho das Irmãs MSCS e demais funcionários;

b) *Atendimento integral*. Oferecer um atendimento integral significa acolher as migrantes e tratá-las como seres humanos. Isto é, apoiá-las de todas as formas possíveis em tudo que necessitarem. Dessa forma, para além de oferecer um lugar para dormir e se alimentar, o IMA promove por meio de funcionários, voluntários e projetos o acompanhamento espiritual, atendimento médico, orientação psicológica, assessoria jurídica, acesso a meios de comunicação para poderem entrar em contato com a família, doação de vestimentas e objetos de higiene pessoal, direcionamentos a outras instituições se necessário e introdução às possibilidades de empregos oferecidas por alguns órgãos públicos e serviços da cidade.

c) *Serviço de escuta*. Em uma casa de acolhida para mulheres e crianças, fornecer atendimento integral perpassa por atender às necessidades específicas dessas pessoas. Após muitas passarem por experiências traumáticas, tudo o que precisam é de um espaço, ainda que temporário, onde possam ser escutadas e atendidas em suas necessidades. É esse serviço de escuta que faz com que cada migrante se sinta acolhida e acredite que suas histórias importam. Isso porque cada caso particular é acompanhado, mesmo quando a migrante fica por um período curto de tempo. Essa ‘escuta’ que a equipe de trabalho do IMA busca sistematicamente realizar, aliada

à experiência das irmãs com o atendimento direto a migrantes e refugiados, e ao carisma scalabriniano, é o que permite ao IMA oferecer seu serviço e intervir nos percursos de mobilidade e de vida dessas pessoas atendidas, sempre respeitando suas decisões migratórias. É esse método de trabalho que particulariza o trabalho das Irmãs MSCS e se refere a um saber acumulado de referência para aqueles que trabalham na linha de frente no atendimento a migrantes e refugiados.

d) *A disciplina e a ordem* no cotidiano do IMA foi destacado como um elemento positivo por algumas das migrantes entrevistadas. A ordem interna prevê que as migrantes “cuidem da casa”, auxiliando na organização das refeições e de limpeza, por exemplo, o que é particularmente importante por possibilitar a interação entre as pessoas atendidas durante a realização de atividades corriqueiras, favorecendo espaços de partilha e ajuda mútua, e, indo além, pode ajudá-las em sua própria organização mental e interior, algo valorizado pelas migrantes atendidas, ainda que tenha um efeito imediato de adiar o acesso dessas migrantes a outras possibilidades de inserção laboral em Tijuana.

e) *Religiosidade como fator de reconstrução*. Após passar por processos traumáticos, muitas pessoas que estão em situação de mobilidade sentem a necessidade de “se agarrar em algo”. Nesse sentido, o desempenho de atividades religiosas foi considerado importante pelas migrantes para cultivar, ou até mesmo resgatar, a fé. Sendo, portanto, algo importante no processo de recuperação psíquica delas. Nesse sentido, o fato de ser uma casa religiosa, na qual as migrantes são atendidas pelas Irmãs MSCS — destacando aqui o carisma e a espiritualidade scalabriniana — é simbolicamente relevante para compreender como este fator religioso contribui na reconstrução de vidas, especialmente no contexto mexicano, onde prevalece a religião católica.

f) *Respeito às formas de viver a religiosidade* não apenas das migrantes, como também dos/as funcionários/as e voluntários/as. Ser uma casa católica que acolhe mulheres e crianças migrantes não obriga as pessoas a participarem de celebrações ou práticas católicas em seu cotidiano no IMA.

g) *Estímulo à pesquisa e produção de conhecimento científico*. No IMA, estudantes e pesquisadores, ou voluntários interessados na temática migratória, encontram uma abertura para a colaboração e produção de conhecimento sobre o tema migratório, o que, por um lado, valoriza o trabalho ali desempenhado e, por outro, pode contribuir para a melhoria dos serviços ali prestados, para a divulgação do trabalho das Irmãs MSCS e para a sensibilização da sociedade em geral sobre os direitos das pessoas migrantes.

h) *Articulação em rede*. O IMA integra a *Coalición Pro Defensa de los Migrantes*, uma rede conformada por alguns dos albergues mais tradicionais da cidade², o que é uma importante estratégia de fortalecimento institucional, além de possibilitar uma ampliação do alcance de atendimento, uma vez que se pode redirecionar os diferentes perfis migratórios para os albergues que compõem a rede, dividindo as demandas para, assim, focar no seu específico, que é atender mulheres e crianças migrantes. Além disso, trata-se de uma presença estratégica em âmbito institucional, uma vez que integrar essa rede possibilita acessar editais governamentais e redes de intercâmbio de experiências e auxílios diversos no âmbito do atendimento ao público, atividades de sensibilização como seminários, palestras envolvendo outras ONGs e associações civis, entre outras ações. A rede *Coalición*, da qual o IMA faz parte, possui, inclusive, um escritório no Módulo

² Fazem parte as Irmãs e os Padres Scalabrinianos — com suas casas Madre Assunta e Casa Del Migrante, e também várias instituições religiosas ou que tiveram seu surgimento como religiosas em Tijuana, como o Ejército de Salvación e a Casa YMCA para Menores Migrantes. Em Mexicali, integram a rede o Albergue del Desierto, o Centro de Apoyo al Trabajador Migrante e o Centro de Derechos Humanos y Educación Cívica.

do Governo Federal Mexicano na fronteira, onde é feita a primeira acolhida e a triagem de pessoas recém-deportadas que precisam de alguma assistência — como informações sobre documentações e albergues disponíveis — sendo possível, portanto, encaminhá-las para os albergues pertencentes à rede.

4. Desafios no atendimento a migrantes

A seguir, serão destacados alguns desafios encontrados no atendimento a migrantes em Tijuana, em geral, e no IMA, especificamente.

a) Saúde emocional de quem presta o serviço

Um ponto importante sobre o atendimento direto a pessoas em vulnerabilidade é a questão da saúde mental de quem exerce a função de acolher, escutar e prover. A escuta gera emoções. Muito foi relatado nas entrevistas sobre como é difícil lidar no dia a dia com histórias tão difíceis. Com frequência, as entrevistadas se emocionavam e não tinham muita certeza de como responder à pergunta “*como aguentar a carga emocional?*”. Para manter um serviço personalizado de qualidade, se torna fundamental que as instituições se preocupem com a saúde emocional de todas as pessoas envolvidas. Não apenas as migrantes precisam do apoio psicológico, mas também as irmãs, funcionárias(os) e voluntárias(os).

Sem dúvida, a espiritualidade scalabriniana dá sentido à toda doação que as irmãs empenham em seu incansável serviço aos migrantes, entretanto, é de suma importância ter momentos em que se possa aliviar a carga emocional.

b) Novos fluxos na migração: população LGBT

Trabalhar com o público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) pode ser uma questão relativamente nova para algumas instituições, o que traz desafios para o serviço prestado

não só pelo IMA, mas também por outras casas de acolhida humanitária. Segundo o Guia para migrantes LGBT³, realizado pela Fundação Arco Íris, instituição que atende exclusivamente esse público, nos últimos anos o fluxo migratório de pessoas LGBT tem aumentado. A razão para o aumento se deve à perseguição que essas pessoas enfrentaram em seus países de origem, por causa de sua identidade de gênero e orientação sexual, forçando-os a buscar proteção e melhores condições de vida. O contexto social dessas pessoas é violento e discriminatório, mesmo dentro do México, sendo este o caso dos migrantes LGBT que chegam a Tijuana para tentar asilo nos EUA.

Os próprios albergues percebem a necessidade de ter um espaço específico para dar atenção adequada à comunidade LGBT e, principalmente, às pessoas que se identificam como transsexuais, travestis ou transgêneros — como a divisão é feita entre locais masculinos ou femininos, muitos agentes não sabem onde pessoas da sigla “T” podem se encaixar, além de reportarem casos de preconceitos e rechaço por parte dos outros migrantes abrigados, o que torna ainda mais delicado estabelecer uma acolhida de forma inclusiva.

Como a maioria dos albergues tem grandes quartos coletivos com beliches, poucas casas conseguem separar esse público a fim de evitar situações de discriminação, abusos e violência. Durante a pesquisa foi observado que com relação às mulheres trans, alguns albergues apenas as recebiam mediante sua permanência nos locais masculinos (não correspondente à sua identidade de gênero), com a condição de vestirem roupas masculinas, sendo proibido o uso de maquiagem, do cabelo solto, de próteses e de roupas femininas.

³Cf. <<http://www.fundacionarcoiris.org.mx/wp-content/uploads/2018/02/Gui%CC%81a-para-personas-migrantes-LGBT-interactivo-PDF.pdf>>.

Em entrevista à COCUT (Comunidade Cultural de Tijuana LGBTI, A.C.), uma ONG que advoga sobre direitos LGBT em Tijuana, foi dito por ativistas que a população LGBT geralmente prepara seu projeto migratório já ciente que deverá ficar fora dos albergues que acolhem migrantes, pois muitos têm medo de sofrer discriminação, principalmente a população transexual. Dessa forma, acabam por conformar redes de apoio entre si mesmos para enfrentar o trajeto migratório e, caso necessitem de uma ajuda maior, se dirigem a organizações propriamente LGBT que geralmente não estão preparadas para o atendimento emergencial a migrantes, e acabam por ficarem hospedados em casas de ativistas, ou dependem de doações particulares.

Nesse sentido, consta um grande desafio ao atendimento a migrantes, que é a ampliação do entendimento da categoria gênero para além do masculino e feminino, de forma a incluir outras identidades. O IMA poderia ser o primeiro a estabelecer uma orientação institucional mais direcionada para o atendimento das mulheres migrantes LGBT, como por exemplo, a partir da criação de um quarto em separado para acolhê-las.

c) Cooperação institucional

Apesar da grande importância que as atividades da *Coalición Pro Defensa de los Migrantes* trazem para o contexto, o trabalho em rede para obtenção de resultados de maior incidência e força institucional permanece um desafio, não apenas para o IMA. Claramente, albergues que atuam “sozinhos” têm mais dificuldades na obtenção de recursos financeiros, humanos e de financiamentos para projetos que visem o empoderamento da pessoa em mobilidade, com uma abordagem que vá além do básico e do emergencial para pessoas que necessitam acessar informações e assessoria jurídica, como no caso dos deportados e solicitantes de asilo,

ou desejam uma reinserção social e laboral, no caso das pessoas que decidem permanecer em Tijuana.

Dito isso, fortalecer o trabalho com as redes de cooperação e com as instituições ligadas ao serviço de atendimento a migrantes de forma mais abrangente, sejam elas públicas ou da sociedade civil, é estrategicamente importante e deve ser priorizado no momento de tomada de decisões sobre a distribuição do trabalho e no estabelecimento de prioridades. Nesse sentido, estreitar as ações com outras instituições da própria congregação das Irmãs Scalabrinianas, por exemplo a missão da Cidade do México, para que possam atuar em conjunto e se apoiar mutuamente para a captação de recursos e desempenho de atividades, poderia ser uma alternativa interessante.

Outro aspecto a destacar é que as demandas que chegam ao IMA, como por exemplo o caso das migrantes LGBT ou de mulheres vítimas de violência doméstica, que são urgentes e necessitam de uma resposta imediata e humanizada, são casos concretos que podem ser repassadas para a rede e, de uma forma mais articulada com a sociedade civil organizada, poderia ser levada às instâncias governamentais. Nesse sentido, investir no fortalecimento das redes de cooperação é também investir na incidência política em busca de melhores políticas públicas para a população migrante.

d) Projetos e captação de recursos

O IMA é uma instituição de longa data e respeitada pelo governo e por organizações locais pelo fato de se constituir como um trabalho concreto da missão scalabriniana de atenção a mulheres e crianças potencialmente vulneráveis. No sentido de elaborar estratégias para o incremento da força de trabalho dentro do Instituto, há grande possibilidade de captação de recursos,

principalmente levando em consideração o crescente apelo que esse público-alvo têm nas comunidades locais e internacionais.

Na ausência de um profissional especializado em captação de recursos para a elaboração e submissão de projetos que financiem atividades com esse público — procedimento fundamental para subsistência de organizações não governamentais e sem fins lucrativos como é o IMA — a sustentabilidade da instituição e do próprio serviço de atendimento a mulheres e crianças migrantes fica suscetível/vulnerável. Sendo, portanto, algo que urge ser priorizado.

Durante a pesquisa de campo foi possível perceber uma facilidade para conseguir doações de alimentos e roupas, ou seja, para os itens mais emergenciais pensando nas migrantes recém-chegadas. Entretanto, estabelecer um atendimento integral, que contemple um período maior de acompanhamento para essas migrantes e que as permita se reinserir no mercado laboral mexicano, por exemplo, exigiria uma maior capacidade de captar recursos para custear projetos específicos. Isso é também um elemento importante para a “reconstrução de vidas” das mulheres migrantes atendidas, bem como um passo importante para sua autonomia e empoderamento, causando um efeito em longo prazo. Nesse sentido, desenvolver estratégias que promovam um equilíbrio entre as atividades de cuidado interno no IMA e oferecer outras oportunidades de atividades alternativas ao cuidado da casa e ao ato de cozinhar lhes permitiria quebrar o ciclo da divisão sexual e racial do trabalho, favorecendo a reinserção laboral das mulheres. Para conseguir isso, é fundamental ampliar a capacidade de captação de recursos e de articulação institucional para pautar a promoção de cursos em Tijuana que abram outras possibilidades de inserção laboral para as mulheres, bem como ocupar o tempo livre das crianças enquanto suas mães possam se capacitar.

Com frequência o México enfrenta ondas de migração,

consequentemente, com aumento súbito no número de atendidos — como ocorreu em 2016 com os haitianos e como vem ocorrendo com as caravanas migrantes da América Central desde 2018 — situações que forçaram toda a comunidade de atenção aos migrantes a se reinventar para conseguir suprir as demandas. Ter uma capacidade institucional de aproveitar tais emergências para angariar fundos, a partir da elaboração de projetos que sejam capazes de dar respostas rápidas, fortalecerá a incidência e o impacto do trabalho da missão.

Considerações finais

Esse texto buscou apresentar algumas reflexões oriundas da pesquisa *Reconstruyendo la vida en la frontera. Asistencia y Atención a migrantes en la Frontera Norte de México*, destacando boas práticas e os desafios no atendimento a mulheres e crianças migrantes no Instituto Madre Assunta, em Tijuana, Fronteira Norte do México com os Estados Unidos.

O serviço de atenção integral levado a cabo pelo IMA é fundamental, tanto historicamente como na atualidade, diante de uma situação cada vez mais desafiante, frente ao incremento permanente da demanda por atendimento a migrantes e refugiados em uma realidade tão complexa como a de Tijuana.

Refletir sobre a reconstrução de vidas nesse contexto implica considerar a assistência emergencial e imediata como elemento fundamental para a recuperação física e psicológica de mulheres e crianças que passam por situações adversas e que têm seus projetos de vida interrompidos seja pela deportação, seja por estarem fugindo de situações de abusos, violências e/ou de um contexto de poucas perspectivas de melhoria de vida para si e suas famílias. Por outro lado, envolve também mirar o desenvolvimento de ações mais duradouras a fim de possibilitar a reinserção laboral e social dessas mulheres na sociedade de

Tijuana, se assim quiserem. Independente das escolhas que elas façam sobre seus percursos migratórios e de vida, o atendimento brindado no IMA reflete o carisma scalabriniano e busca, em última instância, uma intervenção no sentido de promoção da autonomia e do protagonismo das migrantes.

Referências

BOTEGA, Tuila; DUTRA, Delia; VINCE, Nathália; CUNHA, Igor B. *Reconstruyendo la vida en la frontera. Asistencia y Atención a migrantes en la Frontera Norte de México*. Brasília: CSEM, 2018.

BOTEGA, Tuila; LUSSI, Carmem; MARINUCCI, Roberto; CUNHA, Igor B.; MOURA, Luiza; RUSSI, Pedro. *O protagonismo de migrantes e refugiados(as): Núcleo Duro dos Estudos e Pesquisas do CSEM*. Brasília: CSEM, 2018.

CNBB, Setor Pastoral Social. *O que é Pastoral Social? Textos organizados por Alfredo José Gonçalves*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2001. 74 p. (Cartilhas de Pastoral Social, 1).

DURAND, Jorge. Tres premisas para entender y explicar la migración México-Estados Unidos. *Relaciones* n. 83, 2000.

MASSEY, Douglas S.; PREN, Karen A.; DURAND, Jorge. *Nuevos escenarios de la migración México-Estados Unidos. Las consecuencias de la guerra antiinmigrante*. Papeles de población, n. 61, 2009.

PADILLA, Beatriz; PORTUGAL, Rui. *Saúde e migrações: boas práticas na União Europeia*. *Revista Migrações - Número Temático Imigração e Saúde*, setembro 2007, n.º 1, Lisboa: ACIDI, pp. 143-153.

HAAS, Hein de. *Mobility and Human Development*. Human Development Research Paper, United Nations Development Programme, April, 2009.

INGLÊS, Paulo. *Globalização, mobilidade humana e criatividade: desafiando categorias a partir de três casos de migração forçada em Angola*. Brasília: CSEM, 2015.

PEDREÑO, Andrés C. Agência (Capacidade de). Verbete. In: CAVALCANTI, L.; BOTEGA, T.; TONHATI, T.; ARAÚJO, D. *Dicionário crítico de migrações internacionais*. 2017, p. 58-63.

**EXPERIÊNCIAS EXITOSAS DE
ATUAÇÃO NO ATENDIMENTO
A MIGRANTES E REFUGIADOS**

**SCALABRINIANAS: MISSÃO COM MIGRANTES E
REFUGIADOS - SMR
CASA MAMBRÉ, CIDADE DO MÉXICO – MÉXICO**

*Ir. Ana Silvia Zamin, mscs**

Introdução

A cada ano, mais de 450.000 pessoas transitam de maneira irregular pelo México, provenientes principalmente do Triângulo Norte da América Central (Honduras, Guatemala e El Salvador); no entanto, os demais continentes começam a contribuir de maneira significativa nos fluxos migratórios no México.

Durante os últimos dez anos, as causas da migração na região mudaram. A principal causa em 2012 eram os motivos econômicos; enquanto a partir de 2016 a violência assumiu um papel central no fenômeno migratório, obrigando milhares de famílias a deslocar-se em busca de proteção internacional.

O Triângulo Norte da América Central, por exemplo, região responsável por 90% das solicitações de refúgio no México, continua sendo berço da violência provocada pelas *pandillas* e o crime organizado, a qual, entre 2016 e 2017, representou 68% dos motivos de saída dos migrantes de seus

* Brasileira, Missionária Scalabriniana há 25 anos. Tem Mestrado em Políticas de Migrações Internacionais pela Universidad de Buenos Aires, Argentina. Atualmente é Diretora da SMR, Scalabrinianas: Misión con Migrantes y Refugiados - Casa Mambré, Cidade do México.

países de origem.

O deslocamento forçado se incrementa ao mesmo tempo em que a política migratória restritiva do governo dos EUA deporta milhares de pessoas, as quais, enfrentando riscos em caso de regresso a seu país, encontram no México um país de destino.

Segundo dados do ACNUR, (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados) as solicitações para reconhecimento da condição de refugiado no México aumentaram consideravelmente nos últimos anos. Em 2015, por exemplo, foram apresentadas 3.424 solicitações perante a Comissão Mexicana de Ajuda a Refugiados (COMAR), representando um incremento de 162% com relação a 2013. A tendência se mantém e o número de solicitantes de refúgio em 2016 aumentou para 8.800, equivalente a um aumento de 262% em relação ao ano anterior. Em 2017 as solicitações ascenderam a 14.596.

A falta de informação da população migrante sobre seus direitos e prerrogativas aumenta a vulnerabilidade e faz do corredor migratório México-EUA um espaço onde o crime organizado, o narcotráfico e até as próprias forças do Estado abusam e cometem delitos graves.

É neste marco que nosso trabalho e o de muitas organizações nos percursos migratórios se tornam eventualmente a única resposta humanitária às múltiplas necessidades e vulnerabilidades que as pessoas migrantes enfrentam. Necessidades tão amplas nos levaram, como Irmãs Missionárias Scalabrinianas, a priorizar populações migrantes específicas. De maneira particular definimos o trabalho com três populações:

- Pessoas Migrantes vítimas de delito grave (PMVD), (delito grave: sequestro, tortura, violação, detenção extrajudicial, etc.)

- Pessoas solicitantes de proteção internacional (PSPI) ou da condição de refúgio no México.
- Pessoas defensoras de direitos humanos de migrantes (PDDH), que por seu trabalho e compromisso se encontram em situação de risco no país.

A missão definida é, essencialmente, a de ressarcir parte dos direitos fundamentais dessas pessoas, a segurança e a justiça. É neste marco que se constrói nossa metodologia, um modelo de provisão de serviços que não estão assegurados pelos atores políticos responsáveis de provê-los.

Através da Organização Scalabrinianas Missão com Migrantes e Refugiados (SMR) – Casa Mambré oferecemos alojamento, alimentação e artigos de uso pessoal. De maneira interdisciplinar, asseguramos acompanhamento jurídico-legal, psicossocial, médico, saúde dental, reinserção sociolaboral e espiritual, entre outros.

Nossa atuação, através da acolhida na Casa Mambré, conta com uma equipe composta por advogados, assistentes sociais, psicólogas, médica, odontóloga, socióloga, religiosas, administradora e voluntários de diferentes disciplinas. O processo de permanência de cada residente na casa é de 3 meses aproximadamente, e em alguns casos pode chegar até a 6 meses ou mais. Mensalmente a Casa acolhe aproximadamente 60 pessoas, provenientes de diferentes países, como Honduras, El Salvador, Guatemala, Cuba, Venezuela, Nicarágua, Haiti, Congo, Nigéria, Afeganistão, Síria, entre outros.

Também contamos com uma área que proporciona às PDDH e a 7 albergues da região, através de nossa atuação em rede e articulação com instituições afins, serviços de apoio, análise de risco, fortalecimento institucional, elaboração de protocolos de segurança, gestão de recursos, além de diálogo

com autoridades locais e federais e com a sociedade civil.

Identidade/gênero das pessoas acompanhadas

Acompanhamos mulheres, homens, crianças, adolescentes e é o único albergue na Cidade do México que recebe pessoas migrantes da comunidade LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Intersexuais).

A discriminação contra pessoas da comunidade LGBTI, nos casos que acompanhamos, levou várias pessoas a tomar a decisão de deixar seus locais de origem. O aumento da presença de pessoas da comunidade LGBTI sugere um aumento da violência contra essa população nos países de origem, impulsionada em grande parte pelo desejo de punir aqueles que se considera que desafiam as normas de gênero (CIDH, 2015, p. 8).

A importância de conhecer a identidade sexo-genérica está em poder oferecer um acompanhamento diferenciado e especializado voltado ao propósito de inclusão, diminuição das discriminações, ataques, exclusões e violações de seus direitos devido à sua identidade de gênero.

Principais estratégias de intervenção

A missão institucional busca contribuir a dignificação dos processos migratórios, mediante o acompanhamento integral a PMVD, PSPI e PDDH. Partimos de uma análise do contexto que adverte sobre a crescente violência existente nas nossas sociedades. A xenofobia, a delinquência, a corrupção e a falta de compaixão no trato em relação ao outro constituem condições de vulnerabilidade. O objetivo geral é que PMVD, PSPI e PDDH sejam reconhecidas, assumam a si mesmas como sujeitos sociais com capacidade para exercer seus direitos e

contribuir, dessa forma, na construção de relações humanas que reconheçam a dignidade de todas as pessoas.

Neste sentido, foi criado o Centro Pastoral de Direitos Humanos (CPDH), espaço responsável pelo acompanhamento direto e cuja natureza interdisciplinar permite desenhar, aplicar, monitorar e avaliar a estratégia de Acompanhamento Integral a PMVD e PSPI.

Na atenção de PDDH se define as ações de apoio e acompanhamento de defensores em risco de sofrer agressões, e são tomadas medidas para incrementar capacidades e reduzir ameaças, em seu próprio entorno territorial.

Acompanhamento integral

A missão que realizamos através do Centro Pastoral de Direito Humanos (CPDH) é o rosto mais visível do ser de SMR: acolher as pessoas, escutá-las, acompanhá-las e, junto com elas, caminhar para sensibilizar, humanizar e buscar justiça, apoiando a continuar seus planos e projetos de vida, com um exercício permanente de dignidade.

Cada pessoa migrante que chega no SMR- Casa Mambré é uma irmã, um irmão, que reconhecemos como lugar teológico, onde vivemos o encontro face a face com Deus Pai e Mãe, o Deus da vida. Na pessoa do migrante, vivemos um encontro fraterno, com quem temos a oportunidade de dar o melhor do que somos: a caridade, a acolhida, a inclusão, a aceitação, a orientação, a esperança, na busca por devolver a confiança no ser humano, a comunhão, a comunidade, a paz.

As pessoas migrantes, refugiadas e seus defensores/as são para nós a ocasião para humanizar e ser humanizados. Ao mesmo tempo, elas e eles se encarregam da tarefa de corresponder: “façam vocês o mesmo” (Lc 10, 37), o que quer dizer: “sigam vocês humanizando e se deixem humanizar em

sua travessia”. Somente dessa maneira, acreditamos que as marcas deixadas pelas situações violentas que machucaram as pessoas migrantes e seus defensores/as, podem ser curadas.

O acompanhamento integral considera as pessoas migrantes como sujeitos sociais, promotoras de uma nova humanidade, capazes de transformar sociedades. Dessa transformação se sustenta também o funcionamento adequado das instituições que respeitam os direitos das pessoas e que asseguram seu exercício. É por isso que trabalhamos ao lado das pessoas migrantes e com quem as defendem na construção de um Estado de direito, baseado em princípios democráticos.

A experiência adquirida contribuiu para a criação de um protocolo de acompanhamento integral, que está estruturado pelas seguintes áreas de trabalho:

- Canalização e traslados
- Serviço social, constituído por uma equipe de assistentes sociais, que se encarregam da primeira aproximação às pessoas migrantes e do acompanhamento durante sua permanência na Casa Mambré.
- Atenção médica, que presta atenção imediata, elabora os diagnósticos correspondentes e determina se é necessário encaminhar as pessoas para uma instância em que possam receber outra atenção, caso necessitem.
- Atenção à saúde dental, em que as populações têm acesso a esse serviço de maneira gratuita.
- Acompanhamento jurídico, que oferece toda assessoria jurídico-legal e administrativa necessária para a regularização migratória ou de outra índole e o acesso à justiça, conforme cada caso.
- Acompanhamento psicossocial, em que uma equipe de

psicólogas/os oferece os primeiros auxílios psicológicos, além de outras atenções que possam necessitar.

- Alojamento e formação, onde aproveitamos o tempo que as pessoas passam conosco para dar-lhes a mensagem vivida de relações humanas empáticas e inclusivas e fortalecer sua formação em questões de migração e outras temáticas que lhes interessam.
- Reinserção sociolaboral, através da qual as pessoas são apoiadas na elaboração de um *Curriculum Vitae* (CV) e no processo para encontrar emprego. A elaboração de acordos e convênios com empresas e a capacitação para o emprego são tarefas constantes de uma área específica.
- Acompanhamento espiritual, através do qual convidamos as pessoas a aprofundar o sentido de suas vidas a partir de uma visão transcendente que ajuda a integrar as experiências que tiveram durante o trajeto migratório e a projetar sua vida dentro de um projeto de realização pessoal e social. E, assim, perceber a dimensão mistagógica da migração.

É importante ressaltar que a elaboração de um protocolo de acompanhamento integral é o resultado da sistematização das ações, procedimentos e atenções realizadas em favor das pessoas PMVD, PSPI e PDDH durante os últimos cinco anos. Durante esse período, identificamos as ferramentas e os procedimentos para um acompanhamento integral adequado ao contexto jurídico e às políticas públicas vigentes no México.

Rota de acompanhamento

O processo proposto para atender o migrante que decide aceitar expressamente o acompanhamento do CPDH é implementado a partir do encaminhamento e da transferência, e continua até a elaboração do projeto de vida.

O primeiro momento é a acolhida. Com base no princípio de que as pessoas decidem sobre suas próprias vidas e suas decisões são respeitadas, neste estágio identificamos suas aflições, avaliamos a relevância e a pertinência da intervenção do CPDH e propomos as melhores estratégias de acompanhamento. Nesse primeiro momento, privilegiamos o direito da vítima à verdade e à justiça.

Uma vez que se identificam os danos sofridos, e se define as estratégias a seguir, passamos para o segundo momento, que é o da atenção às vulnerabilidades urgentes. Considerando que a maioria das pessoas que acompanhamos tem sido vítima de delito (em seu local de origem ou durante o trânsito), é necessário que, antes de continuar qualquer processo, sejam feitos esforços para resolver os danos mais prementes. A duração desse momento depende do tipo de dano sofrido e implica as primeiras etapas de acesso à justiça. Nessa etapa, quando aqueles que são acompanhados estão em situação migratória irregular, se inicia o processo de regularização migratória. Além disso, privilegiamos a continuação de processos judiciais. Neste segundo momento, privilegiamos o direito da vítima à indenização e à justiça.

Concluída a atenção aos danos urgentes, entramos no momento de recuperação e da atenção às vulnerabilidades que não são de urgência imediata e que podem ser acompanhadas pela organização ou encaminhadas para alguma outra instituição. Procuramos fazer com que, quando a pessoa supera algumas de suas vulnerabilidades imediatas, ela se torne mais consciente de ser sujeito de direito e que o acompanhamento contribua para a redução de sua condição de vulnerabilidade.

Uma vez que tenhamos resolvido as necessidades e os danos sofridos urgentes da pessoa migrante e tenhamos apoiado sua recuperação e compreensão de ser sujeito de direitos, é hora de realizar um fortalecimento de suas habilidades. Esse

fortalecimento pretende contribuir para que a pessoa possa continuar seu caminho, seja para retornar a seu país, continuar seu trajeto para o norte do México ou, se assim o desejar, repensar sua vida em território mexicano. Chamamos a este momento de Projeção Futura. Ansiamos que os migrantes que acompanhamos possam visualizar alternativas reais de vida e planejar o futuro com a plena consciência de que são sujeitos de direito. Para aquelas pessoas que estão realizando a regularização migratória, que compreende desde o momento em que recebem a notificação de aprovação do processo migratório, ou a rejeição caso não sejam aceitos, até o de receberem seu documento de migração. Para as pessoas que estão em processo de refúgio, vai desde o momento em que lhes entregam o documento migratório por razões humanitárias, até receberem o reconhecimento do *status* de refugiado. Nessa fase, privilegiamos os direitos da vítima à verdade e à indenização.

Quando o acompanhamento fornecido pelo CPDH estiver prestes a ser concluído, preparamos a saída das pessoas migrantes com um Plano de Acompanhamento, com o propósito de que retomem seus projetos de vida de maneira prática e resiliente.

Em cada momento de nossa rota de acompanhamento as áreas do CPDH assumem diferentes responsabilidades e critérios para continuar com a atenção. Dessa forma, a partir de uma intervenção de trabalho interdisciplinar, garantimos que a abordagem integral que propomos tenha um impacto real no desenvolvimento humano da pessoa.

Impacto dos acompanhamentos

O maior impacto é que se faça efetiva a imagem da pessoa coadjuvante e que as autoridades de nível federal e estadual admitam a gravidade dos delitos que são cometidos contra migrantes vítimas

de delito (PMVD), para que essas sejam reconhecidas como vítimas e tenham seus direitos respeitados, com a emissão de um visto por razões humanitárias até chegar a indenização.

O trabalho constante e o diálogo com as autoridades permitiram o reconhecimento da gravidade dos incidentes de segurança contra pessoas Defensoras de Direitos Humanos de Migrantes e a adoção de medidas de proteção adequadas ao seu nível de risco, bem como a criação de uma rede de albergues para criar uma frente comum diante das violações dos direitos humanos das pessoas migrantes e de seus defensores/as.

Um resultado importante se refere às pessoas que procuram refúgio, 60% das quais tiveram sua solicitação aceita ou receberam proteção complementar de uma residência permanente no México. Igualmente se alcançou, através de estratégias de acompanhamento, que os migrantes residentes na Casa Mambré tenham assistência sanitária gratuita, com o apoio de voluntários para prestar assistência médica dentro das instalações de Mambré.

Das pessoas que acompanhamos entre 2013-2017, mais de 80% obtiveram uma permanência regular no México: 360 pessoas com regularização por razões humanitárias, 121 receberam ofício de saída da estação migratória e abandonaram o processo perante o INM (Instituto Nacional de Migrações), 67 pessoas obtiveram residência permanente, 11 em substituição de documento por razões humanitárias e 45 se encontram em espera.

Nos casos de acompanhamento a pessoas migrantes vítimas de delito, temos cooperado com as autoridades e, graças ao trabalho de coadjuvante, mais de 5 grupos criminosos pertencentes a um cartel de drogas foram presos e dois desses grupos foram condenados (com sentenças: de 57

anos e outra 50 anos) a pagar mais 162 mil pesos mexicanos de indenização.

Proteção e capacitação para defensores e defensoras de direitos humanos de migrantes

Concebemos o fortalecimento do trabalho dos defensores de forma integral, o que inclui capacitação em temas relevantes e a promoção de um ambiente de segurança que lhes permita realizar seu trabalho. Nossa perspectiva também inclui trabalhar com servidores públicos. As principais ações que realizamos foram:

Capacitação: 1) monitoramento da rota migratória e da situação de segurança; 2) análise de riscos e planos de segurança; 3) Desenho e implementação de medidas de proteção; 4) melhoria da gestão e administração, busca de justiça e atenção psicossocial; e 5) Vinculação entre diferentes atores, para fortalecer a articulação das ações de incidência. Entre as atividades mais relevantes, realizamos um workshop sobre litígio estratégico e dois workshops sobre o procedimento para encaminhar denúncias de crimes e delitos das pessoas migrantes. Os participantes eram organizações do CODEMIRE (Coletivo dos Defensores dos Migrantes e Refugiados).

Coordenações de apoio

Uma tarefa tão complexa requer várias estruturas de suporte ou coordenações de apoio. Uma delas é a necessidade permanente de incidir para que as autoridades encarregadas da atenção e proteção, atendam e respeitem os direitos das populações que atendemos e acompanhamos. A coordenação da incidência é responsável pela materialização desse esforço.

Contamos também com uma coordenação administrativa e de sustentabilidade, que concentra os esforços para a sustentabilidade da missão.

Desafios

Um dos desafios que encontramos é a barreira do idioma. Como os fluxos migratórios dos últimos anos se tornaram intercontinentais, em 2017 tivemos 50% de pessoas da África, de países como Camarões, República Democrática do Congo, e em 2018, Venezuela, Colômbia, Iraque, Marrocos, Cuba, entre outros. Enfrentamos este desafio com o apoio do trabalho voluntário que acompanha os complexos processos de gestão da regularização migratória e atenção psicoemocional com pessoas de diferentes idiomas.

A inserção sociolaboral é um grande desafio, pois continuamos a viver em nossa sociedade a discriminação contra a população migrante e, sobretudo, a comunidade LGBTI, que é discriminada por causa de sua aparência e orientação sexual.

É comum que muitas empresas não reconheçam os documentos temporários emitidos pelo Instituto Nacional de Migração, embora o artigo 52, seção V, da Lei Geral de Migração, reconhece que podem trabalhar com uma remuneração econômica.

Outro desafio é a manutenção da permanência em abrigos das pessoas acompanhadas, já que a partir de 2016 fica clara uma política de segurança, que prioriza a deportação e, portanto, destina menos recursos para outras alternativas. A demora no processo de regularização migratória e sua recusa são preocupantes e isso gera uma grande pressão sobre as instituições que proporcionam alojamento aos solicitantes por até quase um ano.

A atenção psicossocial exige longos processos de

atenção para aliviar os altos níveis de violência sofridos. Aproximadamente 65% das pessoas que acompanhamos trazem traumas por ter vivido algum evento de violência. As sequelas são enormes e pouco se resolve dos problemas adicionais, como a violência familiar em que vivem crianças, adolescentes e mulheres, traumas de separação familiar e separação de seus costumes ou vícios.

Perspectivas de curto e médio prazo:

- Há esperança no México em relação a uma mudança no enfoque principal que a questão da migração teve nas últimas décadas. As organizações civis e acadêmicas há muito apontam para a necessidade de políticas públicas que deixem de se concentrar na abordagem de segurança nacional e sejam substituídas por uma abordagem dos direitos humanos. Essa possível mudança atacaria as causas estruturais que ocasionam a vulnerabilidade das populações atendidas. No entanto, essa mudança poderia estar limitada pela relação bilateral com os Estados Unidos.
- Para nós, ainda é incerto o escopo das mudanças que poderiam ser verificadas quando a conjuntura do planejamento nacional se encerra no primeiro trimestre de 2019.
- O fenômeno da migração se torna mais complexo e agrava na medida em que os países não têm políticas de desenvolvimento justas e inclusivas. A massificação se deve a condições de violência estrutural que respondem a uma dinâmica de exploração global. Não vemos uma solução para estas tensões a médio prazo, já que não esperamos que os fluxos migratórios massivos sejam reduzidos a médio prazo.
- Em resposta a ambas as considerações, se prepara, consolida e sistematiza nosso trabalho para encontrar espaço para a continuidade do trabalho e, porque não, também um espaço para compartilhar o que foi aprendido com outras pessoas e

organizações que podem se unir à ampla resposta social que esses problemas exigem.

SMR–Casa Mambré é uma instituição que procura assegurar a todos que por aqui passarem a acolhida, promoção, proteção e integração nos processos migratórios. Queremos apoiar a construção de um mundo onde existam condições éticas, civis e econômicas que garantam a vida humana com dignidade para todos, e “vida em abundância” (Jo 10,10), mesmo em meio aos conflitos enfrentados ao longo das travessias. Urge expressar os mesmos sentimentos e ações do Mestre Jesus, “Era migrante e me acolheste” (Mt 25, 35), para cada ser humano que se aproxima nos caminhos da vida.

“JÁ NÃO SOIS ESTRANGEIROS NEM FORASTEIROS, MAS CONCIDADÃOS DOS SANTOS E MEMBROS DA FAMÍLIA DE DEUS” (Ef 2, 19)

UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO COM MIGRANTES E REFUGIADOS NA DIOCESE DE ROTTENBURG-STUTTGART

*Thomas Broch**

1. Em todo o mundo, nos dias de hoje, os povos em fuga e as migrações são tópicos que afetam quase todas as nações, embora de maneiras diferentes. Aproximadamente 70 milhões de pessoas estão desabrigadas dentro de seus próprios países, buscaram refúgio em países vizinhos ou empreenderam jornadas perigosas para terras distantes. Em todos os lugares, os países que os recebem são confrontados com enormes problemas. Aqui na África do Sul, eu dificilmente preciso entrar em detalhes sobre isso. No entanto, quero salientar aqui que não são realmente os países que os recebem, mas os próprios refugiados que enfrentam os maiores problemas. Enfatizo que, quando as pessoas na Europa falam sobre a “crise dos refugiados”, geralmente têm em mente a ideia de que a catástrofe consiste na imigração — alguns falam em “invasão” — das

*Thomas Broch vive próximo a Freiburg, no sudoeste da Alemanha. Doutor em Teologia, representante da diocese de Rottenburg-Stuttgart para questões de refugiados e responsável pelas relações públicas do Departamento sobre a Igreja, da mesma diocese. Traduzido do inglês por Carmem Lussi.

nações europeias por um grande número de refugiados. Não! A verdadeira catástrofe é o destino dos próprios refugiados: eles fogem das condições de vida catastróficas em suas terras natais e dificilmente encontram melhores condições; na maioria das vezes, se deparam com situações ainda mais catastróficas nos lugares onde chegam, onde esperavam encontrar um futuro melhor.

A migração é um fato. Os países que recebem os refugiados não podem se fechar completamente. Eles não podem impedir que as pessoas cheguem até eles na esperança de encontrar um futuro mais decente. Assim, a questão decisiva é como os países anfitriões reagem a tais pessoas: respondem com uma atitude fechada, defensiva e exclusiva, ou adotam uma atitude aberta, construtiva e inclusiva.

Nesta palestra, quero descrever um exemplo: como a diocese de Rottenburg-Stuttgart enfrentou esse desafio. Em jogo está o compromisso humanitário básico da Igreja Católica, mas implícito é uma visão social mais abrangente: em que tipo de sociedade queremos viver? O que devemos nós fazer, como cristãos e como Igreja? Assim, como exemplo de inúmeras outras iniciativas, quero descrever o trabalho do chamado “Centro de Integração” numa cidade de médio porte — Weingarten, em Baden Württemberg, não muito longe do Lago de Constança — a reserva de água que alguns de vocês conhecem sob seu apelido bem-humorado, de o “Mar da Suábia”.

2. Em Weingarten há um complexo de mosteiros beneditinos de mil anos, que os monges, por falta de vocações, infelizmente, tiveram que abandonar há 12 anos. Desde então, os edifícios permaneceram vazios. No ano 2013 em que começaram os primeiros relatos sobre os refugiados que estavam se afogando no Mediterrâneo, nosso bispo, Dom

Gebhard Fürst, decidiu abrir esse complexo vazio de mosteiros para servir de refúgio a tais refugiados. O mosteiro, como toda a diocese, está sob o patrocínio de São Martinho de Tours, um santo que viveu no quarto século, famoso por ter cortado pela metade seu manto de soldado para vestir um mendigo que estava com muito frio.

O que o exemplo de São Martino significa hoje? Como nosso bispo já apontou, dividir nossos mantos hoje significa compartilhar com os outros o nosso espaço de vida, nosso tempo, nossos talentos, nossos bens materiais, nossos valores, nossas experiências sociais e culturais e, por último, mas não menos importante, as experiências que temos de nossa fé. Em Weingarten, ficou logo claro que nossos esforços para compartilhar um com o outro tinham que ir além da simples colocação de edifícios vazios à disposição. Compartilhar nossos bens aqui significava cooperar em uma tarefa comum. Para o projeto ter sucesso, toda a comunidade precisava se envolver; a cidade inteira precisava crescer. Além disso, ficou claro que uma comunidade municipal pode crescer nessa tarefa com sucesso na medida em que conseguir alcançar um envolvimento o mais abrangente possível. Desta forma, o alcance dessa meta, dentro dos limites mais estreitos de uma única comunidade municipal, pode servir de modelo para a maneira como a sociedade como um todo pode ter sucesso em lidar com os desafios impostos pelas migrações e a situação difícil dos refugiados que buscam ajuda devido às situações desumanas que vivem.

Por essa razão, o Centro de Integração Weingarten, que descreverei agora com mais detalhes, é apoiado por várias instituições, entre as quais estão a diocese de Rottenburg-Stuttgart, a Cáritas, que é a agência humanitária da Igreja Católica, as paróquias católica e evangélica-luterana da cidade, a Congregação das Irmãs Franciscanas de Reute, o município de Weingarten e vários órgãos governamentais e outras agências

do Estado Federal de Baden-Württemberg.

3. Este Centro de Integração é, antes de tudo, uma “casa”, isto é, um edifício em um sentido físico real. Tem teto e paredes: é dividido em salas e, nessas salas, homens e mulheres de diversas origens e experiências de vida podem se reunir, aprender a se conhecer e obter aconselhamento e assistência. Nessa “casa”, as pessoas encontram ajuda para lidar com seus problemas pessoais, recebem ajuda para procurar trabalho e encontrar alojamento e podem frequentar cursos no idioma alemão. Sob o telhado do edifício, as pessoas podem participar de celebrações festivas dos diferentes grupos e de todos os tipos de eventos. Há uma oficina bem equipada, onde crianças e jovens locais e refugiados podem aprender habilidades técnicas trabalhando juntos. Acima de tudo, no entanto, essa “casa” serve como um ponto de encontro para todos aqueles que querem se unir. E, de fato, muitas pessoas — moradores locais e migrantes — regularmente se reúnem na casa. Em suma, essa “casa” não só oferece abrigo rudimentar, mas também — assim é a intenção — sempre mais serve como uma casa confortável e amigável, onde os moradores locais e os migrantes desfrutam de hospitalidade.

4. O Centro de Integração, no entanto, não é apenas um edifício, é também uma ideia que incorpora uma visão de união humana, na qual as perguntas “de onde você vem?”, “qual é a sua cor de pele?”, “a qual comunidade religiosa você pertence?” deixam de ter relevância. Sob esse teto, a questão decisiva é simplesmente “quem é você?”. Em outras palavras, o que conta aqui é o caráter único e os dons de cada pessoa. O que conta não são os rótulos demarcados que estamos acostumados a atribuir aos outros, nem os preconceitos que estamos inclinados a usar quando categorizamos outras pessoas, distinguindo entre aqueles que são como nós e aqueles que são diferentes de nós. Em suma, o que está em jogo é a visão de uma sociedade “inclusiva”, da

qual ninguém é excluído e em que todos podem encontrar o seu lugar. Para que tal visão não seja uma mera utopia sonhadora, um “não-lugar”, é necessário que as pessoas vivenciem essa realidade visionária - ainda que imperfeitamente — no contexto de um lugar real — um lugar onde homens e mulheres de diferentes origens são convidados a se reunir. É necessário um local de encontro físico, um lar, para que as pessoas possam entrar e se sentir “em casa”. Um lugar real no qual as pessoas se sintam livres para manifestar seus diferentes estilos de vida. É por isso que eu enfatizo o papel do Centro de Integração Weingarten como um lugar real, onde se torna possível “localizar” algo que se originou como uma visão ideal, de abrangência mundial.

5. Há muitas razões pelas quais, ao longo da história até os nossos dias, homens e mulheres pelo mundo afora foram e estão vivendo em situação de mobilidade por terem sido colocados na necessidade de fugir. Mas, comum a todos esses motivos está a experiência central de todos os refugiados de que a terra natal em que originalmente estavam radicados — por um motivo ou outro — deixou de apoiá-los e alimentá-los. Quaisquer que sejam os motivos concretos para fugir, todos compartilham uma experiência semelhante de não poder mais viver onde queriam morar. E nós, europeus, e nossas sociedades, devemos reconhecer que, através do colonialismo, da exploração comercial e de falsas promessas, temos uma grande parte da responsabilidade em promover, ou pelo menos não evitar, os diversos processos que hoje colocam milhares de homens e mulheres em risco de vida por enfrentarem, muitas vezes, aventuras fatais na esperança de encontrar uma vida melhor do que aquela que eles deixaram para trás. Muitos desses refugiados acabaram chegando até nós na Europa, na Alemanha, e agora eles vivem entre nós na esperança de finalmente descansar e recuperar um mínimo de segurança e prosperidade. Eles esperam criar raízes em um

solo que irá apoiá-los novamente e capacitá-los a realizar suas expectativas de vida. Estou convencido de que teremos que conviver com essa situação por muito tempo.

6. Esse é um lado da moeda; o outro é o fato de que, diante de tantos refugiados que chegaram na Europa e na Alemanha, muitas pessoas autóctones ficaram ansiosas por sua própria segurança social e mais ainda pela identidade cultural da sociedade em que cresceram. Não pretendo criticar aqueles que experimentam tais ansiedades; suas preocupações precisam ser levadas a sério. Mas eu critico severamente aqueles que exploram e alimentam tais ansiedades e que abusam das inseguranças dessas pessoas para promover suas próprias agendas políticas e sociais, muitas vezes desumanas. Na Alemanha, hoje, estamos testemunhando surtos violentos de xenofobia e ódio aos estrangeiros. Em nossa sociedade, hoje, precisamos desesperadamente de um diálogo aberto e equilibrado sobre essas questões, um diálogo no qual tentemos entender as posições e os medos uns dos outros, e comuniquemos uns com os outros, de maneira honesta e imparcial, quais são nossas prioridades e quais valores influenciam nossas decisões.

7. A atual problemática de povos em fuga e de migrações trouxe à luz uma profunda divisão em nossa sociedade. Eu falo aqui deliberadamente sobre a nossa situação na Alemanha, embora eu esteja bem ciente de que em outros países também estão sendo enfrentados fortes conflitos sociais e políticos semelhantes. É importante perceber que as atuais controvérsias sobre os povos em fuga e as migrações se tornaram símbolos das muitas divisões, e por vezes muito profundas, que há tempo vêm lacerando o tecido de nossas sociedades alemãs e europeias. Aqueles que evocam a ficção de uma identidade cultural de faz de conta no passado que está agora sob cerco

são ignorantes ou deliberadamente ignoram os sinais de fragmentação severa de nossas sociedades, que já se registrava ainda muito antes da atual crise migratória. Eles reduzem a desintegração de longa data que marca nossas sociedades a um fator único e facilmente discernível, simbolizado por diferenças evidentes na cor da pele, na vestimenta e no comportamento. Este fator é altamente carregado emocionalmente e, portanto, promove facilmente polarizações. Ao mesmo tempo, esse fenômeno deixa claro como a decência humana e a empatia podem se perder facilmente em uma sociedade fragmentada e com quanta facilidade animosidades e rancores podem crescer e se fortalecer.

Para combater tais animosidades, os apelos morais são de pouca ajuda e as explosões de moralizações hipócritas são ainda menos úteis: servem apenas para endurecer o confronto. A única coisa que realmente ajuda é pacientemente lutar pela integração, ou seja, investir esforços para superar a divisão promovendo encontros interpessoais, a sensibilidade interpessoal e, acima de tudo, agindo responsabilmente com outros seres humanos — apesar do fato de que toda pessoa humana tem seu próprio conjunto de forças e potencialidades. Entendida desta forma, a integração não é, de forma alguma, uma via de mão única, na qual apenas um grupo de pessoas, ou seja, os “estranhos” e “intrusos”, é chamado a “integrar-se”. A integração exige esforços mútuos; todos os lados têm seu papel a desenvolver, pois requer um compromisso honesto de todos os envolvidos na formação do tecido social. Isso significa que a forma de nossa sociedade mudará inevitavelmente no processo de integração, assim como se transformou várias vezes no passado durante períodos históricos marcados pela imigração.

Nos debates atuais, fala-se muito sobre a coesão da

sociedade, o que mantém uma sociedade unida. Promover essa coesão pode ser uma tarefa importante para as igrejas. Ao mesmo tempo, porém, é bom alertar sobre o risco de superestimar nossas habilidades. Os grupos e tendências rivais de nossas sociedades são heterogêneos demais e, acima de tudo, a globalização dessa problemática e de suas causas limitam nossas capacidades. As igrejas não são mais um fator de poder em nossas sociedades, e é bom assim. O mais importante é, portanto, que as igrejas assumam a liderança em um debate justo e diferenciado sobre a identidade social, livre de ideologias. Identidade não é uma posse estática como algum objeto material; é, antes, uma imagem dinâmica de uma vida bem-sucedida, algo que sempre buscamos e que podemos facilmente perder de vista, assim que começamos a pensar que podemos nos apegar a ela como a uma posse permanente. Por esta razão, o nosso Centro de Integração em Weingarten é concebido como um lugar onde homens e mulheres podem fazer a experiência que viver e trabalhar juntos é sempre o melhor caminho, e que é melhor promover eficazmente a construção da identidade do que trabalhar independentemente uns dos outros ou, pior ainda, trabalhar em desacordo uns com os outros.

Para mim, não há dúvida de que os valores bíblicos, que ajudaram a forjar o conceito de humanidade na Europa nos últimos 2000 anos, são mais do que meros lugares comuns para o sermão dominical. Eles representam uma base sólida e um desafio constante. Entre esses valores estão:

- o valor inviolável de todo ser humano,
- o direito de todo ser humano de viver em segurança e desfrutar de integridade física e mental intacta,
- o dever do mais forte de ajudar e proteger os mais fracos,
- a solidariedade com os que estão às margens da sociedade,

- a proteção do casamento e das famílias contra forças que ameaçam separá-las.

Esses valores não são arbitrários. Eles são partes integrantes da lei constitucional em muitos países e, como provisões da Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada — exatamente 70 anos atrás — pelas Nações Unidas, gozam de validade internacional vinculante.

Mais uma vez: em que tipo de sociedade queremos viver? É suficiente simplesmente equilibrar, de um modo ou de outro, os mais poderosos interesses em disputa? — Interesses individuais versus coletivos, interesses econômicos, sociais e políticos rivais. É suficiente apenas colocar verificações mínimas na tendência dos fortes a cair sobre os fracos como lobos? Não deveríamos, ao contrário, nos inspirar na convicção de que, onde os seres humanos estão envolvidos, cuidar do destino de cada pessoa é uma tarefa política essencial, que envolve um apelo à humanidade elementar que pessoalmente me desafia e desafia a todos os outros membros dos grupos aos quais eu pertencço?

8. Chegando ao fim, volto mais uma vez ao Centro de Integração Weingarten — tanto à construção quanto à visão que o inspiram. Ao fazê-lo, lembro-me de uma palavra surpreendente da Bíblia, escrita por São Paulo em sua Carta aos Efésios 2, 19. Lá ele escreve: “Vocês não são mais estranhos e estrangeiros, mas são concidadãos com os santos e membros da casa de Deus”. Esta bela metáfora — membros da casa de Deus —, que remonta aos primórdios da Igreja, não é menos relevante para a Igreja em nossos dias. Então, como agora a identificação e a exclusão estão em questão: quem pertence e quem não pertence? Não só para os cristãos e as igrejas, mas também para as incontáveis miríades dos que pertencem a outras religiões ou a nenhuma religião, esta metáfora bíblica,

estou convencido, não se aplica a nenhum grupo em particular, mas sim à humanidade como um todo: na casa de Deus não há estranhos e estrangeiros. Existem apenas “membros da própria casa de Deus”. Que imagem maravilhosa! Embora, nunca seremos capazes de compreender as profundezas do seu significado, ele nos fornece um padrão incontestável e

vinculativo para medir nosso pensamento e nossa atuação.

**ESTRATÉGIAS DE ATUAÇÃO ENTRE OS RETORNADOS
EM ÂNGOLA
PERÍODO 2002 - 2007**

*Ir. Marivane Chiesa, mscs**

Perfil das pessoas atendidas e contexto

A Congregação da Irmãs Missionárias de São Carlos - Scalabrinianas iniciou sua presença em Angola especificamente em 7 de novembro de 2000, quando uma Irmã chegou em Luanda para assumir a Direção Nacional do Serviço Jesuíta aos refugiados. Eram os últimos momentos de cerca de três décadas de guerra, período “durante o qual quase um milhão de pessoas havia morrido por causas relacionadas com o conflito. Para além das muitas pessoas que tinham deixado Angola como refugiados, mais quatro milhões tinham sido deslocados dentro do país, muitos deles concentrando-se na segurança relativa de Luanda e de outros centros urbanos¹.

Com o final da guerra, em 2002, foi celebrado um acordo entre os governos dos países de acolhida, o Governo de

* Brasileira, membro da congregação das Irmãs Missionárias Scalabrinianas. Tem graduação em Teologia. Atualmente é a Diretora do Bienvenu Shelter, for Migrants and Displaced Women and their Children, em Joanesburgo.

¹ Cf. ACNUR. Avaliação do Programa de Reintegração de Refugiados do ACNUR em Angola, 28 abril de 2008. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/4978881f2.pdf>>.

Angola e o ACNUR, e se estabeleceu um plano de repatriamento voluntário e organizado para os angolanos em exílio, sobretudo dos países vizinhos da República Democrática do Congo, Zâmbia e Namíbia. Internamente à Angola também foi organizado, sobretudo pelo próprio Governo angolano, um plano de retorno dos deslocados internos para suas áreas de origem.

É importante notar que uma parte significativa dos refugiados que regressavam à Angola, tinha, na verdade, nascido no exílio e nunca anteriormente havia estado no seu suposto país de origem. A maioria deles vivendo na Zâmbia, República Democrática do Congo e Namíbia falavam outras línguas além do português, língua oficial usada em Angola.

No período entre 2003 a 2007 regressaram para Angola mais de 400.000² dos seus refugiados. Desses, cerca de 225.000 repatriaram de forma organizada e com assistência do ACNUR³.

A presença das Irmãs MSCS, portanto, se deu em meio a essas populações retornadas e deslocadas que estavam recomeçando a vida no, assim dito, “lugar de origem”, de onde na maioria das vezes tinham estado ausentes por décadas ou que nem conheciam. Haviam perdido membros de suas famílias na guerra, muitos eram viúvas ou órfãos e muitas eram vítimas de minas (mutilados). Aquela população era, em sua grande maioria, desprovida de quase tudo.

Estratégias de intervenção

Desde o início, a presença se deu através de serviços de direção e coordenação em outras Instituições: Serviço Jesuíta aos Refugiados – JRS (Direção Nacional), Arquidiocese de Luanda

² Algumas fontes falam de 450.000 pessoas repatriadas.

³ Cf. ACNUR *Avaliação do Programa de Reintegração de Refugiados do ACNUR em Angola*.

(Coordenação da Comissão Arquidiocesana de Pastoral para os Migrantes), Conferência Episcopal de Angola e São Tomé e Príncipe - CEAST (Coordenação da Comissão Episcopal de Pastoral para os Migrantes e Itinerantes), Cáritas de Angola (Direção Nacional), e mais tarde na Diocese do Uíge, ao norte do país, com a Direção Diocesana da Cáritas e Coordenação Diocesana da Pastoral para os Migrantes. Essa estratégia nos permitiu participar do processo de repatriamento, reintegração e desenvolvimento das comunidades angolanas, mesmo não dispondo de muitos recursos enquanto Congregação, dependendo da captação de recursos através de projetos e otimizando infraestruturas e conhecimento cultural e geográfico local das instituições parceiras.

As Irmãs MSCS buscaram estar em espaços e desenvolver ações com abrangência nacional e provincial. Foi uma opção estratégica para garantir maior incidência nos ambientes de planejamento sobre o uso dos recursos e das decisões sobre o atendimento a estas populações. A mesma estratégia também permitiu que as ações beneficiassem, ainda que por vezes indiretamente, um maior número de pessoas.

As escolhas operacionais tentaram responder às necessidades básicas das pessoas retornadas em vista de uma reintegração no ambiente de chegada: habitação, educação e educação para paz, saúde, documentos de identificação, profissionalização e assistência pastoral específica. A escolha dos beneficiários seguiu o critério de maior vulnerabilidade, priorizando as mulheres e crianças.

A formação e capacitação de líderes — multiplicadores foi outra estratégia adotada desde a primeira hora, que contribuiu muito na formação da consciência, organização e empoderamento das comunidades de repatriados.

Em vista da otimização de recursos e capacidades, o trabalho em rede e as parcerias com outras Instituições foi

sempre priorizado, inclusive com as instituições públicas, com quem diversos acordos e convênios foram celebrados ao longo daqueles anos.

A atuação incluiu também a atenção de passar aos repatriados informação jurídica e de advocacia como ferramentas nas relações e negociações com as autoridades locais em casos de conflitos, riscos de violações de direitos e risco de deportações indevidas, porque as autoridades não queriam reconhecer a identidade angolana dos retornados.

Na construção e reconstrução de infraestruturas as irmãs optaram pelo método da autoconstrução dirigida que envolve a comunidade local na construção naqueles serviços que não exigem qualificação, como a fabricação manual de tijolos; a limpeza do espaço a ser construído; o carregamento de água, etc. Esta estratégia, para além de otimizar custos, também ajuda na sustentabilidade da obra enquanto a comunidade se sente responsável pela conservação da infraestrutura.

Principais atividades desenvolvidas

Apresento a seguir as principais atividades realizadas, como congregação ou em colaboração com as instituições parceiras, com essa população:

1. Cursos de língua portuguesa: pelo fato de terem estado por longos anos longe de seu país de origem, ou terem nascido no país de exílio, os repatriados, ao chegar em Angola, já não conheciam a língua portuguesa; no máximo conheciam as línguas tradicionais de origem. Por isto esta atividade foi essencial para sua reintegração. Esses cursos também foram fundamentais para a integração de crianças e jovens no sistema educacional angolano. No período de 2004 a 2007 foram atendidos mais de 70.000 crianças e adultos nos cursos organizados, sobretudo ao leste (México) e norte (Uíge) de Angola.

No caso das mulheres, elas eram integradas nos cursos de alfabetização ou língua portuguesa e, a seguir, recebiam formação em gestão de pequenos negócios e cursos profissionalizantes de culinária e pastelaria, ou então podiam participar de programas de microcrédito. Na Diocese do Uíge, por exemplo, o microcrédito, inclusive na atualidade, se coloca no âmbito de uma atividade de apoio a mulheres retornadas que se dedicam às atividades de geração de renda para as famílias ligadas ao comércio⁴.

2. *Programas de educação para a paz*: essa atividade envolve cursos de resolução de conflitos e comunicação não violenta, direitos humanos para professores, polícia de fronteiras, militares, líderes comunitários, entre outros. Inclui também atividades de sensibilização como teatro, palestras, distribuição de folders, etc., nas comunidades; atividades recreativas para crianças e jovens e seminários sobre direitos dos retornados, direitos humanos, legalização de documentos e formação.

3. *Projetos de construção e reconstrução* de infraestruturas foram de suma importância no processo de reintegração das famílias repatriadas: casas para pessoas de maior vulnerabilidade, como viúvas com crianças pequenas, pessoas idosas ou deficientes físicos; inúmeras escolas públicas foram reconstruídas para garantir que as crianças retornadas, que participavam dos cursos de língua portuguesa, pudessem ser integradas no sistema público de educação. No caso das escolas, eram celebrados acordos entre o Ministério da Educação local e a Instituição envolvida, que incluía também cursos de atualização dos professores contratados para as referidas escolas. Um Centro de reconciliação e educação para paz foi construído na Província do Moxico ao Leste de Angola.

⁴ Cf. Paulo Inglês. *Angola é nossa Casa. Reintegração de retornados angolanos no Uíge vindos da República Democrática do Congo*. Brasília: CSEM, 2017, p. 108-110.

4. *Registro de nascimento para crianças retornadas:* Através de um acordo entre o Ministério da Justiça, o JRS e o UNHCR, nos anos de 2005 e 2007, foram concedidos 22.000 registros de nascimentos para crianças em idade escolar para permitir sua integração no sistema de ensino.

5. *Agricultura sustentável:* sobretudo através da Cáritas foram, e continuam sendo desenvolvidos inúmeros projetos de agricultura sustentável que consistem desde a entrega de insumos e ferramentas, negociação de terrenos junto às autoridades locais e o treinamento em técnicas de conservação do solo, nascentes, fabricação de adubos orgânicos e repovoamento de animais nas comunidades. Vale citar, em especial, a Plataforma de Desenvolvimento Rural, que até hoje conta com o apoio da Misereor.

6. *Saúde:* Foram realizados muitos cursos de medicina alternativa que, administrados nas comunidades, beneficiavam, sobretudo, mulheres repatriadas. Estes grupos treinados, para além de favorecerem suas próprias famílias com os conhecimentos que recebem, atendem as pessoas que vivem ao seu redor nas comunidades. Os programas de Saúde materno infantil fornecem subsídios para os cuidados materno infantis em situações de extrema vulnerabilidade, treinam as mães em técnicas de assistência e cuidados com as crianças usando produtos naturais e a experiência das próprias mães, organizam cursos sobre alimentação básica aproveitando os produtos acessíveis e disponíveis na própria comunidade para preparar dietas saudáveis e prevenir desnutrição. Essas atividades, na maioria dos casos, continuam até hoje.

7. *Atenção pastoral aos retornados:* é importante ressaltar a criação da CEPAMI (Comissão Episcopal de Pastoral para

Migrantes e Itinerantes) da Conferência Episcopal CEAST⁵, que organiza e forma grupos de animadores, líderes que cuidam da acolhida aos novos que chegam, criam consciência sobre o fenômeno da mobilidade humana e garantem uma atenção específica às necessidades religiosas dos repatriados e migrantes em geral nas comunidades cristãs, organizando, quando convém, celebrações em idiomas próprios e favorecendo o encontro e a reintegração.

Principais dificuldades

O repatriamento voluntário desta grande população refugiada foi um feito importante, devido aos níveis de destruição e deslocamentos populacionais que ocorreram ao longo dos 30 anos de guerra em Angola.

A dimensão imensa do país, as muitas áreas para onde os refugiados regressaram, o estado extremamente precário das infraestruturas, sobretudo a inexistência e degradação das estradas e pontes de acesso, habitações, infraestruturas públicas etc.⁶, dificultaram não só o processo de retorno, mas também a atuação das instituições sociais, religiosas e públicas na primeira hora e também nos anos sucessivos, e de certa forma, ainda hoje.

As populações que retornaram encontraram diversas e grandes dificuldades, algumas que foram superadas parcialmente depois de algum tempo e outras que permaneceram por anos e que, por vezes, nunca se resolveram. Citamos algumas:

- As dificuldades de subsistência e sustento familiar no primeiro momento do retorno;
- O fato de não conhecer a língua portuguesa, para facilitar a comunicação no dia a dia e o acesso a serviços e

⁵ Conferência Episcopal de Angola e São Tomé.

⁶ Cf. ACNUR. Relatório de avaliação e repatriamento, p. 1, abril de 2008.

oportunidades;

- A situação socioeconômica do país que dificulta ainda mais a já difícil tarefa de conseguir emprego;
- O alto custo de vida e o precário funcionamento das instituições públicas;
- As dificuldades para obter o reconhecimento dos diplomas profissionais conseguidos no tempo do exílio;
- A obtenção de documentos de identificação pessoal, que continua sendo um dos enormes problemas para muitos repatriados;
- A discriminação e violação aos seus direitos pelas autoridades e a população em geral, etc.

Principais resultados

- No âmbito da educação, as crianças que aprenderam a língua portuguesa foram integradas no sistema de ensino básico. As mais de 50 escolas construídas e reabilitadas continuam em funcionamento e são geridas pelo Ministério da Educação. Os professores que receberam cursos de atualização, reintegrados no sistema de educação, continuam integrando o corpo docente de Angola. Como mencionamos anteriormente, continuam em várias partes os cursos de gestão, profissionalizantes, para mulheres e os programas de microcrédito.
- As ações de educação para a paz foram fundamentais durante o período e nos anos seguintes de reintegração para a redução de conflitos nas comunidades entre retornados e locais, para amenizar a xenofobia e favorecer a integração. Tais ações tiveram fundamental importância na defesa de direitos dos retornados e comunidades locais diante das polícias de fronteira, polícia de imigração, autoridades

públicas em geral e para o processo de obtenção de documentos de identificação.

- Os programas de agricultura, que continuam sendo levados adiante nas comunidades, sobretudo o programa de agricultura sustentável da Cáritas de Angola, foram, e são até hoje, a fonte de sustento de milhares de famílias, seja para a alimentação como para a aquisição de renda através da venda de produtos.
- Os programas de saúde favoreceram uma melhora significativa na situação sanitária das famílias e comunidades, a redução da desnutrição nas crianças e a diminuição das mortes, sobretudo materno-infantis.
- As centenas de líderes comunitários formados em temáticas de atenção aos retornados e migrantes em todas as Dioceses de Angola mudou significativamente um clima de certa forma hostil diante dos estrangeiros e é hoje uma estrutura que garante uma primeira acolhida digna para os novos chegados.

Perspectivas

As Irmãs MSCS em Angola, atualmente, estão presentes em duas comunidades, uma em Luanda e uma na Diocese do Uíge, norte de Angola. Continuam atuando na Coordenação Nacional e Diocesana da Pastoral dos migrantes, na Direção Diocesana da Cáritas, na Coordenação de um Centro de atenção à mulheres retornadas e migrantes na periferia de Luanda, e na formação de candidatas que aspiram à Vida religiosa Scalabriniana.

Em sua atenção, as Irmãs MSCS consideram de fundamental importância a formação das lideranças e das comunidades locais

e dão prioridade à formação e empoderamento das mulheres retornadas e migrantes. Consideram importante também, em vista da sustentabilidade das ações desenvolvidas, a organização das ações em rede com outras instituições e em parceria com importantes atores locais e internacionais.

No âmbito do processo de reorganização em curso na Congregação, as comunidades de Angola, em conjunto com as demais comunidades da África, passam neste momento por um processo de avaliação e reflexão sobre sua atuação para os anos vindouros, considerando inclusive, as recomendações da avaliação e investigação realizada na Diocese do Uíge, da qual participaram ativamente e que aqui foi apresentada nesta Conferência pelo Dr. Paulo Inglês.

Referências

ACNUR. *Avaliação do Programa de Reintegração de Refugiados do ACNUR em Angola*, 28 abril de 2008. Disponível em: <<https://www.unhcr.org/4978881f2.pdf>>.

INGLÊS, Paulo. *Angola é nossa Casa. Reintegração de retornados angolanos no Uíge vindos da República Democrática do Congo*. Brasília: CSEM, 2017.

**ESTUDO E INTERVENÇÃO EM SITUAÇÃO DE TRAUMA
EXPERIÊNCIA DE ATUAÇÃO JUNTO A SOLICITANTES DE REFÚGIO
E REFUGIADOS QUE SOFRERAM TRAUMAS
POR VIOLÊNCIA E TORTURA**

*Marivic Garcia Mall**

Introdução¹

Eu sou migrante proveniente das Filipinas, mas migrei por amor. É uma grande mudança de vida, não é? Eu trabalho em um centro que estuda sobre violência e reconciliação. É uma organização não governamental, com sede em Joanesburgo. Nós viemos da Universidade de Witwatersrand como um projeto do Departamento de Psicologia, por isso, nossa organização tem um começo muito clínico e de pesquisa. Isso foi um desafio para mim quando vim trabalhar com a organização, em janeiro de 1998, pois eu venho de uma comunidade que faz trabalhos em campos de refugiados nas Filipinas, em Hong Kong e na Tanzânia.

* Ela é originária das Filipinas. É uma profissional psicossocial sênior do Centro para o Estudo da Violência e a Reconciliação (CSV). Desde janeiro de 1998 trabalha com refugiados e solicitantes de refúgio em Joanesburgo. Traduzido do inglês por Igor B. Cunha.

¹ Este texto reproduz os conteúdos apresentados por Marivic Garcia Mall na Conferência “Reconstruindo vidas nas fronteiras. Desafios no atendimento junto a migrantes e refugiados”, transcritos da gravação áudio, sem revisão da autora.

Eu vou falar sobre o contexto com o qual trabalho. Trabalhamos para estudar a violência com intervenções que produzam uma reconciliação em diferentes contextos, mas hoje eu vou focar no trabalho com refugiados e solicitantes de asilo. Nós também trabalhamos com migrantes indocumentados, o que é um desafio para quem atua diretamente no atendimento a essa população. Quando as mulheres indocumentadas chegam a um albergue pedindo assistência é um grande desafio, não por culpa delas, mas porque o nosso Departamento de *Home Affairs* é muito lento quando se trata do processo de concessão de asilo para as pessoas que buscam proteção no país. Nosso trabalho no setor de refugiados surgiu em 1998 com o nosso envolvimento no *Green paper*, que mais tarde progrediu com o *White paper*, eventualmente conhecido como o ato do refugiado número 130 de 1998.

O trabalho na Clínica de Trauma, dentro do programa que se concentra no trabalho com refugiados, solicitantes de asilo e outros migrantes, foca-se no aconselhamento. Mas nossa seção de aconselhamento no cenário clínico não é suficiente, as pessoas que migraram forçadamente perderam seus sistemas naturais de apoio e chegaram a um país que não é muito amigável com estrangeiros, especialmente os indocumentados, então precisávamos de uma intervenção que também funcionasse com comunidades. Foi isso que Jean Marie V. Uwimana ajudou a criar, com diferentes grupos de refugiados, em 1998. Trabalhamos com grupos de mulheres, grupos de jovens e, eventualmente, grupos de homens, pois eles insistiam dizendo: “por que você conversa com nossas mulheres sobre abuso doméstico? Elas estão dizendo que estamos batendo nelas?”. E nós falamos: “Ah, as coisas acontecem na comunidade e nós temos que discuti-las”.

Então, de onde vem o trabalho que fazemos?

Especialistas em psicologia explicam sobre comunidades traumatizadas como sendo aquelas que têm experimentado uma degeneração psicobiológica. O que isto significa? Afeta a mente, o psicológico, as emoções, mas também afeta o ser físico. O que é isso, concretamente? Na verdade, é observada a perda da confiança, não apenas no indivíduo, na família, no grupo, na comunidade, mas no tecido social. Por exemplo, há dificuldades no luto. Como você se lamenta por alguém que perdeu, mas não tem certeza se a pessoa morreu?

Tivemos beneficiários com membros da família e entes queridos que morreram, mas não puderam enterrá-los ou dar os rituais apropriados exigidos por suas culturas, porque tinham que ir embora por questões de segurança. Nessas comunidades há um problema em se reverberar o sentimento de impotência e humilhação, pois há desamparo e humilhação. Em situação de guerra o inimigo destrói sua psique, é um método horrível de guerra. Há 35 anos que venho trabalhando em campos de refugiados, ouvi as histórias mais horríveis, mas toda vez que converso com um refugiado ou um solicitante de asilo, ouço que coisas ainda piores estão acontecendo. Violência entre parentes, pais estão estuprando suas filhas, filhos estão estuprando suas mães, e é assim que o inimigo está tentando destruir o tecido de uma comunidade. Então o que acontece? Os padrões sociais surgem dessa situação, há muita agressão, muita violência doméstica, prostituição acontece, há muito estupro, sequestros, até mesmo em Joanesburgo crianças são raptadas de suas famílias como vingança por algo que aconteceu no país de origem. Gangues de jovens começaram a surgir e a criminalidade organizada começou a ocorrer, a moralidade começa a se tornar flexível.

Quem define a moralidade? Quando trabalhei na Tanzânia, no meu primeiro mês de atuação, fiquei bastante chocada: em uma manhã de segunda-feira entrei e minha equipe sobre

refugiados disse: “Marivick, uma criança de 8 anos foi estuprada no fim de semana”. Eu disse: “Então o homem está preso?”, me responderam que não. Eu disse: “Por que não?”. “Oh, o homem fez uma cerimônia, arroz, vinho e bananas foram oferecidos à família, bens e dinheiro. Os líderes trocaram um aperto de mãos e o problema acabou”. E eu disse: “O que aconteceu com a pobre menina?”. Minha pergunta era: “É isso que você faz em casa no seu país? As crianças são estupradas? E é isso que as pessoas fazem? As pessoas bebem vinho e tudo fica bem?”. E eles disseram: “Não, há um sistema de justiça”. Então, o que aconteceu, o que o mundo fez para nós? O que aconteceu com a nossa moralidade?

E, além disso, há pensamentos sobre magias que também ocorrem. É bastante interessante que nos campos de refugiados, se um homem morre durante o sono isso significa que a esposa o amaldiçoou. Se uma mulher morre durante o sono, foi uma doença natural ou algo aconteceu. Bem, talvez você possa olhar para as relações de gênero aí, mas isso é porque o pensamento sobre magias tem sido usado para lidar com o trauma extremo que as pessoas têm sofrido. Conflitos violentos de longo prazo dão origem a novos padrões sociais, o patriarcado se entrincheirou e a violência doméstica ocorre em larga escala; esse é um problema que enfrentamos em Joanesburgo e na África do Sul.

A violência vivenciada por grupos específicos reforça o senso de identidade das pessoas entre o “eles” e “nós”; conflitos de seus países de origem são transportados para o país onde conseguem asilo, como em Joanesburgo. Por exemplo, isso acontece com a divisão da comunidade congolosa: pessoas do oeste moram em Yeoville, pessoas do leste moram em Bertrams, e houve uma vez que o conflito foi tão grande que um médico do leste, que estava operando em Yeoville, teve sua clínica incendiada. É assim que os problemas étnicos surgiram no país, e a África do Sul olha e diz: “não queremos este povo”.

Isso alimenta a violência xenófoba e o pensamento xenófobo.

Há também a história do trauma escolhido, que é atribuído pelas pessoas, pela família, pelas comunidades. Vamos pegar, por exemplo, o genocídio em Ruanda. Todo mundo fala sobre a morte dos Tutsi, mas e quanto aos assassinatos por vingança que ocorreram quando a RPF (Frente Patriótica Ruandesa) entrou no país para libertar os Tutsi? As pessoas mal falam sobre isso, e isso deu origem a um sentimento de trauma não resolvido que é mais intenso. É esse grupo ou o outro grupo que está traumatizado?

O problema de não contar a história de todo mundo se torna um combustível para novos conflitos nas comunidades. O trauma não processado é um golpe para o senso de identidade e autoestima das pessoas. Porque a minha dor não recebe importância, então me sentirei mais magoada. E onde está o espaço para eu lamentar minhas perdas? Onde está o espaço para eu sentir minha dor? O doutor Fonder Cock e o doutor McFaling falaram sobre esse custo de inativação do trauma na sociedade, o custo do abuso infantil, do abuso doméstico, da violência contínua e da falta de produtividade nas comunidades de refugiados, e esse é o desafio que todos enfrentamos.

O efeito intergeracional do trauma, quando indivíduos, famílias, comunidades e sociedades não conseguem lidar com os efeitos do seu trauma passado, dá origem a uma alta probabilidade de que esse trauma passe para a próxima geração. Judy Barcelo, do Instituto de Paz dos EUA, quando escreveu sobre trauma e justiça de transição em comunidades divididas, falou sobre sociedades transformadas por conflitos de longo prazo e como essas sociedades se envolvem em dinâmicas políticas altamente destrutivas, e então ficam presas em um conflito sem fim com seus inimigos odiados. É assim que eu tentei explicar porque grupos de pessoas em

Joanesburgo não podem trabalhar juntos, porque esse ódio é usado para se recusarem a se unir e trabalhar em conjunto, em iniciativas de cura.

A reconciliação não pode ser alcançada apenas pela assinatura de tratados de paz, são necessários ajustes que precisam ser feitos em um nível muito básico, em um nível individual, no nível da família e da comunidade. Assim, o trauma transgeracional, que algumas pessoas chamariam de trauma histórico, requer processos de cura específicos, e é sobre isso que nós, do Centro para o Estudo da Violência e Reconciliação, fomos bastante desafiados. O trabalho de aconselhamento que fazemos com indivíduos, grupos, famílias e comunidades não é suficiente, tivemos que procurar outras formas de fazer a nossa cura, o que significa que a cura não é um ponto, a cura é um processo.

O que fizemos foi embarcar no processo de cura da comunidade usando as oficinas psicológicas de bem-estar. Quando trabalhamos com comunidades, trabalhamos com voluntários que treinamos para fornecer apoio emocional em suas próprias comunidades. Mas isso não foi suficiente, porque para ajudar alguém, é preciso se ajudar primeiro. Acreditamos que a cura começa com o “eu”. Em nossas oficinas de bem-estar psicológico, olhamos para o contexto de onde a pessoa vem, depois observamos como elas estão assumindo a responsabilidade por quem elas estão sendo chamadas a atuar. Essas oficinas são feitas em cinco fases, cada fase dura três dias. A fase três é sobre a cura de coisas do passado e a fase quatro olha para a “minha finalidade, as histórias que conto para mim mesma”. A fase cinco é apenas avaliação e feedback — como forma de prestar contas aos financiadores.

Para avaliar como o processo tem impactado a vida das pessoas, temos um questionário de inteligência emocional que examina cinco áreas: primeiro é olhar para a autoconsciência; segundo é gerenciar emoções; terceiro é se motivar quarto é

sobre habilidades sociais; e o quinto, e último, é empatia. Através das oficinas, os participantes recebem ferramentas sobre como lidar com os desafios que enfrentam.

Este processo provou ser bastante útil. É por isso que trouxemos o programa para o Sudão do Sul, trabalhamos agora em Uganda e treinamos organizações de serviços religiosos que fazem a construção de capacidades psicossociais. Isto é, estamos incorporando as ferramentas e o workshop no trabalho que eles fazem. Se é pastoral, usamos as ferramentas no trabalho pastoral que eles fazem, nós não mudamos a missão deles, nós os ajudamos com as ferramentas que usam. E isso provou ser útil, especialmente em situações em que temos indivíduos muito traumatizados no processo de treinamento. Tivemos pessoas saindo do Sudão do Sul com a morte da família, com irmãos e irmãs sendo mortos, e os ajudamos a administrar suas emoções, a administrar suas reações em relação a isso.

Temos trabalhado também com os grupos de mulheres somalis e tem sido um grande desafio, porque diferentes grupos têm diferentes necessidades de cura, e temos que ser bastante sensíveis às necessidades das pessoas. Junto a isso, temos tido a exigência dos financiadores que querem provas de que temos práticas baseadas em evidências ou intervenções. Fazer pesquisa baseada em evidências leva tempo e as pessoas precisam de uma ação imediata, elas são seres humanos, elas não são estatísticas. Eles têm necessidades com as quais temos de lidar agora. Sobre a clínica, temos uma base de dados e um sistema de monitoramento e avaliação.

Na clínica, inicialmente estávamos usando o modelo de Witstrauma, porque viemos do Departamento de Psicologia da Universidade de Witwatersrand, mas ao lidar com a traumatização que as vítimas da guerra e da tortura passam, esse modelo não foi suficiente. Então, o que temos que fazer é montar

um modelo de prática que tenha sido avaliado em indivíduos que trabalham. No ano passado, começamos a formular um modelo de trabalho com famílias nas comunidades. Temos um modelo comunitário de trabalho com pessoas que sofreram traumas extremos e violência. Muito disso é trabalho em progresso, nós nos esforçamos para fazer pesquisas com o trabalho que fazemos, mas sempre nos equilibrando com as necessidades das pessoas das comunidades com as quais trabalhamos, como o processo de documentação.

Tudo isso depende muito também dos desafios quanto à disponibilidade ou a falta de recursos. Por exemplo, nos informaram, há dois meses, que um financiador reduziu em 40% nosso orçamento para o ano que vem. Nós tivemos que deixar uma comunidade de fora. O trabalho é bastante precioso, é valioso e, felizmente, é preciso capital. Nós trabalhamos em comunidades como a Maricana — provavelmente vocês ouviram falar dessa comunidade, sobre o massacre que aconteceu em 2012. Trabalhamos lá, temos voluntários na comunidade e, agora, o que fazemos é montar uma clínica satélite, uma clínica de trauma para lidar com a traumatização. Nossa clínica é acessível aos refugiados e solicitantes de asilo em Joanesburgo, mas a intensa traumatização que a população de nossos clientes experimentou precisa mais do que o aconselhamento de primeira linha, precisa de estratégias de tratamento mais intensivas, e esse é o desafio que temos. Estamos tentando fazer com que o Departamento de Saúde preste atenção ao nosso projeto, no qual estamos tratando da saúde mental usando voluntários nas comunidades. Ter que negociar com a burocracia também é um desafio. Todos nós entendemos a linguagem, todos sabemos quais são os desafios.

Tortura não é algo discutido em comunidades na África do Sul ou em qualquer outro lugar do mundo; há silenciamento em volta da tortura. Sobre isso, nossa organização tem programas

onde realizamos campanhas de conscientização comunitária em diferentes comunidades para falar sobre tortura. Na África do Sul a tortura foi pensada como sendo apenas durante o apartheid e agora, porque temos uma nova democracia, é como se nenhuma tortura ocorresse, o que é errado, a tortura ainda ocorre, por exemplo, em comunidades de refugiados, com mulheres, por causa de questões de gênero. O estupro é frequentemente usado como um instrumento de tortura, é muito difícil fazer com que as mulheres se apresentem e falem sobre o que lhes aconteceu, ou até mesmo fazer com que procurem ajuda.

Nós dirigimos um programa de reabilitação psicossocial na Clínica de Trauma em Joanesburgo e em Pretória, e levou anos para conseguirmos a confiança da comunidade para falar sobre isso. Poder falar sobre sua experiência de tortura durante suas entrevistas com *Home Affairs* é muito importante, porque é uma forma de provar que eles foram perseguidos em seus países, mas muitas vezes as mulheres chegam até nós tarde demais e já tiveram seu status de refugiada rejeitado, então o que acontece é que nós fazemos relatórios psicológicos, encaminhamos para organizações legais para que possam apresentar recurso sobre seus casos. Também trabalhamos com outros provedores de serviços para informar ao departamento de *Home Affairs* que a tortura não é algo que as pessoas fariam aleatoriamente, não é algo apenas sobre estupro, não apenas com mulheres, homens também são estuprados na situação de tortura, é um modo de humilhação à pessoa. Temos que lembrar que a tortura é usada pelos governos, por partidos políticos. para destruir os assim chamados 'inimigos', para destruir o opositor a pessoa é destruída pelo torturador. Então, para reconstruí-la, uma abordagem holística é necessária, não apenas psicológica. A tortura afeta a maneira como uma pessoa acessa o emprego; ela até mesmo fica desempregada por causa da efeitos psicológicos

desse ato. Então é um grande desafio. Temos visto pessoas que passaram pela reabilitação e que conseguiram superar. Entrando nos casos em tribunal, isso é um desafio. Vocês devem ter ouvido falar do famoso caso do Gabriel Schubert. Ele havia processado o governo do Zimbábue por tortura — ele ganhou o caso. Seu terapeuta estava conosco na Clínica de Trauma, então nós custeamos o que foi necessário para o processo de cura; há esperança de que algo possa ser feito com o que temos trabalhado.

A União Africana assinou este ano um acordo que dizia que a reparação faz parte do que seria feito. Por isso estamos trabalhando com os governos também. O nosso sindicato de advocacia no Centro trabalha com a União Africana e com todas as diferentes organizações para obter os direitos de vítimas de tortura, para que sejam honrados e reconhecidos.

OBSERVADORES

**A DIMENSÃO PASTORAL EM UMA PERSPECTIVA
DE REDE**

**A ATITUDE ACOLHEDORA DE JESUS E SEUS SEGUIDORES:
A COMPAIXÃO POLÍTICA**

*Conrado Bonifácio Zepeda Miramontes, sj**

Uma das principais características de todos os seres humanos, em diferentes épocas, tem sido a mobilidade de grandes populações de um lugar para outro, no exercício de um direito inalienável de todo ser humano: o de livre trânsito. Desde sempre nós, homens e mulheres, migramos em busca de novas oportunidades, fugindo de situações de fome, guerras, movimentos armados, falta de oportunidades, deslocamentos forçados motivados por macro -projetos ou catástrofes ambientais — trânsito. Antes dos estados-nação, tais movimentos eram quase sempre livres e sem restrições. Com a consolidação dos estados-nação, as fronteiras foram definidas cada vez mais e a passagem de grupos humanos que se deslocam de uma nação para outra pôde ser registrada, considerando-se com isso o início das migrações internacionais.

Essas migrações internacionais podem ser chamadas,

* Bacharel em Filosofia e em Ciências Sociais; Bacharel em Teologia; Graduado em Ciências Teológicas; Mestre em Antropologia Social. Membro da Província dos Jesuítas do México. Atualmente é membro do Serviço Jesuítas a Migrantes e do *Jesuit Refugee Service* (México). Traduzido do espanhol por Carmem Lussi.

atualmente, de mobilidade humana e esse fenômeno é gerado por múltiplas causas. Pode haver mobilidade humana devido a causas da própria vontade, mas também por causas que forçam os seres humanos a fugir de seus lugares de origem, embora não queiram isso. As migrações forçadas são atravessadas por diversas formas de violência: a falta de oportunidades, a pobreza, a falta de emprego ou ameaças de grupos criminosos, de algum grupo político, governo ou gangues que cobram *derecho de piso*¹ ou procuram recrutar crianças de suas famílias. As pessoas fogem de toda essa violência que enfrentam.

Nessas migrações forçadas, sofridas por milhões de seres humanos, é onde nos concentraremos, aqueles de nós que se chamam cristãos, uma vez que esta situação não é indiferente ao coração do Deus de Jesus e ao coração de seus seguidores. Nesses grupos de migrantes forçados que se encontram em situação de vulnerabilidade, encontramos os crucificados da história atual. É nos migrantes e refugiados, entre outros grupos, onde podemos reconhecer mais claramente a face viva de Deus. Nesses homens e mulheres, crianças expulsas e rejeitadas por seus países de origem e, em muitos casos, também por países de trânsito ou destino, que atravessam situações de vulnerabilidades, existe um chamado de Deus que nos convida a transformar a realidade.

Essas pessoas trazem consigo um sofrimento histórico e atual, cheio de injustiças e violências, mas também trazem seus ensinamentos, alegrias, culturas, esperanças e sonhos, que contribuem para os lugares onde buscam residir, temporária ou permanentemente. Isso representa novos desafios para aqueles que os recebem, como são pessoas, grupos e comunidades

¹ Ndt: Expressão em espanhol, idioma original do texto, que se refere “ao fato social estabelecido de ter que suportar alguns abusos ou injustiças quando uma pessoa começa a desenvolver um trabalho dependente”. Cf. <<https://elcomercio.pe/opinion/habla-culta/martha-hildebrandt-significado-derecho-piso-308779>>.

com uma diversidade cultural, religiosa, política e até sexual, que nos convidam a adaptar-nos a esta enorme diversidade humana, repleta da presença de Deus, e a sermos compassivos e misericordiosos para seguir o próprio Jesus do Evangelho.

Essa compaixão é entendida como o sentimento-ação do ser humano diante do contato e da compreensão do sofrimento de outro ser, onde o que importa é tentar experimentar o que as outras pessoas estão sofrendo, e através dessa empatia entrar em ação procurando o melhor para os outros. A compaixão é uma característica fundamental do evangelho e podemos encontrá-la em várias passagens bíblicas onde Jesus a experimenta, como é o caso de Mt 15, 32: “E Jesus, chamando os seus discípulos, disse: Tenho compaixão da multidão, porque já está comigo há três dias, e não tem o que comer; e não quero despedi-la em jejum, para que não desfaleça no caminho”.

A compaixão de Jesus e seus discípulos leva à ação de respeitar o direito humano de possuir alimento para o sustento diário. Dando comida a uma multidão para que ela não desfaleça no caminho, e em um ambiente onde a fome dos mais pobres era comum, exigir o direito de comer tinha uma reivindicação evangélico-política transcendental. Onde os potentes não se importavam com a fome das pessoas, a importância dada por Jesus e seus discípulos à fome das pessoas era algo vital para evidenciar esse direito humano. Jesus, através de sua compaixão, convida os outros à compaixão, a uma compaixão que leva à ação. Essa ação inclui defender o direito humano do outro de ter comida, de estar bem, de recuperar suas forças para continuar seu caminho, mas também de recuperar sua dignidade e ser capaz de atenção e de lutar em favor da comunidade faminta.

Mas a compaixão não pode permanecer apenas em “sentir pena do outro”, como repeti várias vezes. Em muitos momentos os cristãos entendem mal esta característica fundamental do

Evangelho, transformando-o em um sentimento sem ação. A compaixão não pode ser uma posição distante ou ingênua; precisa ser marcada pelo amor evangélico e, em linguagem atualizada, precisa ser marcada pela defesa e promoção dos direitos humanos, onde os fundamentos básicos de todo ser humano são assegurados, o que permite que as pessoas se desenvolvam como tais, sem carências.

Compaixão política

Então, a compaixão não pode ser ingênua, repito, precisa ser carregada com uma forte dose de direitos fundamentais, direitos humanos. Os direitos humanos que se inscrevem no político, entendido como político o que se refere aos interesses de todos os seres humanos no espaço público.

Politikós significa civil, relativo à organização da cidade e aos assuntos do cidadão. Migrantes e refugiados são também um assunto de cidadania, porque são cidadãos em trânsito, apesar de parecer que não são sujeitos de direitos. Os migrantes e refugiados são também uma questão de política, um tema para os cidadãos, e têm seus direitos humanos, o que não se pode duvidar.

Do ponto de vista do Evangelho, a compaixão não pode ser desconectada dos assuntos dos cidadãos, uma vez que os seguidores de Jesus também são cidadãos. Então, nos seguidores de Jesus, como um de seus traços essenciais do seguimento do Mestre, está a compaixão. Se esta compaixão está incerta no campo dos cidadãos, isto é, do político, então, compaixão é política.

A compaixão precisa ser necessariamente política para não tirar sua força que leva à ação, pois a abordagem do sofrimento dos outros leva a ações em que os direitos humanos e políticos dessas pessoas sejam respeitados. Compaixão política

se refere a uma herança do evangelho, mas com uma dimensão que é concretizada no estrito respeito aos direitos negados: segurança, vida, comida, educação, trânsito livre, trabalho, moradia, etc., pois todos nós temos o direito de possuir esses elementos fundamentais como base para a sobrevivência.

Então, essas linhas apenas mencionam basicamente o que queremos refletir sobre o Espírito, sobre outras narrativas que são construídas, não apenas a partir dos dados duros e terríveis que os imigrantes e refugiados experimentam, mas também a partir das visões dos cristãos, que vemos esses fenômenos com uma compaixão que não é ingênua. Trata-se de uma compaixão política, que ajuda a empoderar os sujeitos na linha da defesa de seus direitos humanos e que reflete uma perspectiva evangélica, a qual nos impele a dar vida e que a vida seja em abundância, atendendo, assim, ao que Deus quer para todos e todas.

Deste lugar teológico onde os vulneráveis, os migrantes e refugiados estão no centro, participei, convite das Irmãs Scalabrinianas e do CSEM, como observador a serviço, refletindo em profundidade durante e depois da Conferência “Reconstruindo vidas nas fronteiras. Desafios no atendimento junto a migrantes e refugiados”. Estas e outras questões surgiram depois de ouvir as palavras e reflexões dessa conferência, com a maioria dos participantes sendo crentes em Jesus: Como Jesus experimentou o encontro com os mais vulneráveis? Como deve a Igreja viver pastoralmente o trabalho com migrantes e refugiados, os mais vulneráveis, à maneira de Jesus?

Conferência “Reconstruindo vidas nas fronteiras. Desafios no atendimento junto a migrantes e refugiados”

O que vivenciamos nesta Conferência (Joanesburgo, dezembro de 2018) tem sido um processo mais acadêmico, mas baseado na experiência de trabalho de campo com migrantes

e refugiados. É uma combinação muito boa entre reflexão e prática: reflexão-prática, prática-reflexão. A reflexão sistemática de uma experiência, problematizada a partir de uma pesquisa pertinente, do ponto de vista de uma empatia experimentada pela compaixão política, produz resultados muito mais consolidados e aderentes à realidade e responde às necessidades de migrantes e refugiados em todos os âmbitos possíveis, mesmo onde foram negados direitos básicos como alimento, educação, moradia, segurança jurídica, livre trânsito, entre outros.

A experiência de encontro de Jesus com os mais vulneráveis

Jesus tinha uma atitude de compaixão pelos outros, perante seu sofrimento. Os Evangelhos nos mostram muitas passagens onde os doentes, os endemoniados, as viúvas, entre outros, eram destinatários de ações que surgiram da compaixão de Jesus e de seus discípulos, que assim tentavam encontrar soluções às situações em que os mais vulneráveis se encontravam.

Em Efésios 4, 32 a Bíblia nos fala sobre a atitude fundamental de todo cristão, que é a compaixão: “Antes sede uns para com os outros benignos, misericordiosos, perdoados uns aos outros, como também Deus vos perdoou em Cristo”. A compaixão é um traço fundamental de todo cristão. Jesus, ao reafirmar essa característica, se compadece de um leproso e o cura, é o que o evangelho de Marcos 1, 40-43 nos diz: “aproximou-se dele um leproso que, rogando-lhe, e pondo-se de joelhos diante dele, lhe dizia: Se queres, bem podes limpar-me. E Jesus, movido de grande compaixão, estendeu a mão, e tocou-o, e disse-lhe: Quero, sê limpo. E, tendo ele dito isto, logo a lepra desapareceu, e ficou limpo. E, advertindo-o severamente, logo o despediu”. A compaixão leva Jesus a curar o leproso; da compaixão Jesus se coloca em ação.

A atitude de Jesus em ver a necessidade do outro o afeta emocionalmente, mas não permanece sem fazer nada. Ao sentir

a compaixão, se colocada em ação, procurando maneiras para resolver o que acontece com o outro. No caso do leproso, ele não só foi segregado pela comunidade judaica por sua doença e o possível contágio a outros, mas foi colocado fora do grupo dos judeus, designado como amaldiçoado e pecador; foi uma pessoa segregada pela sociedade, e com a terrível consequência de não ter direitos. Jesus, quando ele simpatiza e cura o leproso de sua doença, não apenas o cura mas também o reintegra na comunidade da qual ele havia sido segregado. A compaixão leva à ação. Não há compaixão sem ação e transformação, tanto para aquele que sente compaixão como para aquele que é o destinatário da ação.

173

A atitude da Igreja em relação aos migrantes e refugiados: compaixão política

Nós, como seguidores de Jesus e diante do convite do evangelho à compaixão, em termos atuais, podemos entender que a compaixão não pode ser entendida meramente como um sentimento isolado, mas que sempre leva a pessoa à ação. A compaixão pelos migrantes e refugiados nos coloca no caminho da ação; essa ação vai além de alimentar, vestir ou dar-lhes um teto; essa ação vai no sentido de promover mudanças nas políticas públicas para que os direitos sejam respeitados. A defesa dos direitos humanos dos migrantes e refugiados é uma luta política, uma luta que transforma vidas e que para os cristãos nasce desde um envolvimento profundo de cada um/uma, nasce da compaixão evangélica.

Entrar em uma dinâmica evangélica de luta profunda em defesa dos direitos fundamentais dos migrantes e refugiados, em uma luta permanente com os vários governos, é um esforço por mudanças nas políticas públicas para que o espaço público seja menos rústico, tanto para aqueles de nós que defendem os direitos dos migrantes e refugiados quanto para as próprias pessoas em situação de mobilidade, em que suas necessidades básicas são asseguradas, especialmente para os mais vulneráveis. É aí que

entra a ação dos seguidores de Jesus e daqueles que pertencem à sua Igreja, a partir da perspectiva de uma compaixão política.

O que disse Papa Francisco em sua compaixão pelos migrantes e refugiados

O Papa Francisco nos recorda que devemos ser compassivos com os migrantes e os refugiados, estando sempre em atitude de acolhidas a eles, solidários, como nos exorta a doutrina social da Igreja.

O Papa Francisco nos interpela em sua mensagem para o 51º Dia Mundial da Paz: A sabedoria da fé promove um olhar contemplativo que reconhece que todos nós “pertencemos a uma única família, seja os migrantes que as populações locais que os acolhem, e todos têm o mesmo direito de desfrutar dos bens da terra, cujo destino é universal, como ensina a doutrina social da Igreja. É isso que fundamenta a solidariedade e a partilha”.

O “acolher” exige a ampliação dos caminhos legais para a entrada e não mais a ação de empurrar migrantes e deslocados para países onde eles enfrentam perseguição e violência. Também exige equilibrar nossas preocupações sobre segurança nacional com a preocupação pelos direitos humanos fundamentais. As escrituras nos lembram: “Não vos esqueçais da hospitalidade, porque por ela alguns, não o sabendo, hospedaram anjos (Hebreus 13, 2)”.

A modo de conclusão

Migrantes e refugiados, por causa de sua extrema vulnerabilidade, são destinatários de nossa compaixão como uma característica essencial do Evangelho. Mas essa compaixão não pode ser ingênua, precisa ser ativada pela ação. Essa ação, atualmente, se traduz na defesa dos direitos fundamentais que os migrantes e refugiados têm e que foram negados.

Essa defesa do espaço público é política. Migrantes e

refugiados merecem nossa compaixão política, de modo que sua luta não seja uma luta ingênua, mas uma luta pelos direitos negados, tanto em seus países de origem, como de trânsito ou destino. A compaixão política deve ser uma característica atual de todos os cristãos para que, a partir da empatia na compaixão, sejam levados à ação, e essa ação transforme histórias e defenda a vida de que têm direito todas as pessoas que passam por situações de vulnerabilidade, incluindo migrantes e refugiados.

A ABORDAGEM AOS SUJEITOS DA MOBILIDADE HUMANA E O PROTAGONISMO DOS MIGRANTES E REFUGIADOS

*Ir. Carla Frey Bamberg, mscs**

“Migram as sementes nas asas do vento, migram as aves nas correntes sazonais, migram os peixes para se reproduzirem, migram os animais atrás de melhores ares e melhores pastagens... Enfim, migra o ser humano em busca de um futuro mais promissor.”
(Beato João Batista Scalabrini)

A abordagem feita sobre a ideia de migrante ao longo dos dias da Conferência girou em torno de seis eixos que apresento a seguir.

Primeiro: as migrações, hoje, como nunca anteriormente, se tornaram objeto de amplo debate no mundo da mobilidade humana; com isso, enormes transformações na sociedade colocam o sujeito migrante como peça fundamental nos processos de mudança. No entanto, a categorização de um migrante condiciona e restringe seu papel na sociedade, especialmente no caso de solicitantes de asilo humanitário e de refúgio, tornando-o uma peça fora do mercado excludente.

* Brasileira, Missionária Scalabriniana. É educadora social, tem licenciatura em Pedagogia e bacharel em Teologia. Atualmente é responsável pelos Recursos Humanos do Centro Scalabrini e coordena as atividades na casa da acolhida que atende repatriados moçambicanos e crianças migrantes em movimento em Ressano Garcia, Moçambique.

Segundo: um migrante pode ser forçado a migrar ou, por direito universal, pode voluntariamente migrar. As causas das migrações não se limitam à questão da pobreza, são vários os fatores determinantes que levam o migrante a se deslocar de um lugar para outro. Mesmo que a causa seja a vulnerabilidade social na qual o indivíduo vive, ele traz consigo e com a sua comunidade uma bagagem rica de valores, costumes, tradições que podem colocar em comum com uma nova comunidade — é migrante como protagonista.

Terceiro: um dos fatores determinantes da migração internacional é o fator político que pode ter diferentes perspectivas. Por vezes, impele à migração como mecanismo de busca de lugares com maior estabilidade política e de segurança (ausência de guerra). Outras vezes, o fator político catapulta a migração como instrumento de invasão e domínio de novos territórios geográficos com a finalidade de implantar sua cultura, hábitos e hegemonia econômica (geoestratégia para dominar o mundo).

Quarto: as migrações por fuga não eliminam a autonomia e autodeterminação do migrante. Embora, por vezes, estigmatizado pela sociedade em que o/a migrante quer se integrar, ele ou ela busca criar seu espaço, sabendo que, passando por uma fronteira geográfica, terá que passar por várias fronteiras internas e de relações interpessoais para a superação do preconceito, da xenofobia, da perseguição étnica, racial, religiosa ou outras.

Quinto: não é suficiente nascer e viver para existir, é necessária uma existência política, ter documento de identificação e ser validado de acordo com as restrições políticas e legislativas de cada país. A documentação é uma base que gera empoderamento e que dá autonomia para o migrante se senti reconhecido.

Sexto: a migração é um ato político, com isso, o migrante é um ser político que busca reivindicar seus direitos e espaços de protagonismo na sociedade. Cada um escolhe seu trajeto, de acordo com os seus projetos de vida, seja para fugir de uma situação adversa, seja para prosseguir um projeto pessoal, político, econômico, cultural ou religioso. Mais que isso: na maioria das vezes, é justamente em busca de autonomia e de autodeterminação — valores marcantes da modernidade ocidental — que milhões de pessoas fogem das próprias terras.

As migrações podem contribuir positivamente para o futuro da humanidade e para o desenvolvimento econômico e social dos países. O fenômeno das migrações internacionais aponta para a necessidade de se repensar o mundo, não com base na competitividade econômica e o fechamento das fronteiras, mas ancorado na cidadania universal, na solidariedade e nas ações humanitárias. Os países devem adotar políticas que contemplem e integrem a contribuição positiva de migrantes e refugiados, vendo, assim, as migrações como um ganho e não como um problema.

As migrações são berços de inovações e transformações. Elas podem gerar solidariedade ou discriminação; encontros ou choques; acolhida ou exclusão; diálogo ou fundamentalismo. É dever de cada comunidade e de cada ser humano fazer com que o novo, trazido pelos migrantes, seja fonte de enriquecimento recíproco na construção de uma cultura de paz e justiça. É esse o caminho para promover e alcançar a cidadania universal.

O migrante é um ser itinerante, é nosso irmão/a, é o próprio Cristo, e nesse caminhar encontra espaços de reconstrução da sua vida, auxiliado pela solidariedade, em centros de acolhida, na convivência da nova comunidade, nas relações interpessoais. Tudo isso ajuda a dar sentido em permanecer ou continuar o seu caminho, ressignificando seu trajeto migratório. MIGRAR É UM DIREITO.

ESTRATÉGIAS PARA O TRABALHO COM MIGRANTES E REFUGIADOS E SUA SUSTENTABILIDADE

*Ir. Cathy Murugan**

Os movimentos de povos de um lugar para outro não são um fenômeno novo, remontam aos primeiros tempos da humanidade! Naquela época não havia fronteiras, então as pessoas se moviam conforme suas necessidades se desenvolviam e evoluíam! Alguns movimentos eram relativamente pacíficos, enquanto outros saqueavam e dominavam terras que já eram habitadas, às vezes com violência, às vezes menos!

Na história atual da humanidade, as pessoas se movem para não saquear e se apropriar de terras de outros, mas por necessidade: conflitos e guerras políticas internas ou externas, mudanças climáticas e desenvolvimento urbano acelerado são algumas das principais causas para massas inteiras de pessoas em movimento!

Nos últimos três dias ouvimos as estratégias adotadas pelas Irmãs Scalabrinianas e organizações parceiras no acompanhamento a refugiados e migrantes. Algumas foram ações planejadas, como resultado de pesquisas realizadas, e outras foram respostas a crises.

* Irmã da Congregação da Sagrada Família. Ela é da África do Sul. Bacharel em Ciências Sociais. Assistente Social no Centro Denis Hurley, em Durban, coordenando o Projeto Nkosinati, para pessoas desabrigadas, programa de alimentação e programa de reabilitação de abuso de substâncias. Traduzido do inglês por Carmem Lussi.

Todos os programas e projetos empreendidos foram sustentados por uma espiritualidade de compaixão.

O fator primordial no trabalho com migrantes e refugiados tem sido garantir a dignidade e o respeito das pessoas que sofreram grandes traumas. Em muitas situações, sempre que possível, a ênfase tem sido possibilitar que as pessoas reconstruam suas vidas com dignidade dentro de suas realidades atuais, e isso nós ouvimos nas entrevistas com migrantes e refugiados da Itália a Moçambique, de Angola à Alemanha. Toda pessoa quer ter uma opinião sobre como vive sua vida, independentemente de suas circunstâncias, e com razão! Esta necessidade universal está consagrada na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos Humanos e é também ensinamento de Cristo!

Enquanto o foco geralmente tem sido nos mais vulneráveis: mulheres, crianças e jovens; os homens em geral não foram excluídos dos serviços, como ouvimos no relatório de Moçambique.

O direito de autodeterminação dos refugiados e migrantes é muitas vezes limitado pela forma como o serviço é prestado. Muitas vezes, eles são vistos como beneficiários do serviço e não também como participantes desse processo, o que pode minar ainda mais sua autoestima e dignidade. A relação de ajuda precisa ser uma relação de reciprocidade — onde todos têm algo valioso para compartilhar!

Existem dois tipos principais de projetos: a) abrigos — onde as pessoas são mantidas juntas e todas as suas necessidades diárias são fornecidas; e b) movimento ‘livre’ de pessoas.

Os serviços necessários nessas duas situações incluem aulas de idiomas para aprender a língua local, desenvolvimento de habilidades (re-capacitação), assim como assistência que

responda às necessidades psicossociais para lidar com o trauma, não apenas para fins de integração, mas para ajudar a pessoa a curar e recuperar suas vidas, com o máximo de dignidade possível, em seu novo ambiente.

Quando as necessidades básicas são satisfeitas, a necessidade primordial é a autodeterminação, para que as pessoas possam seguir em frente com dignidade. Os migrantes e refugiados trazem habilidades e recursos que, se tiverem a oportunidade de utilizar, podem enriquecer os países anfitriões.

Proporcionar oportunidades de relacionamento interpessoal, onde as pessoas possam se encontrar e compartilhar histórias, reduz o medo e a desconfiança mútua, como Thomas compartilhou no exemplo do Centro de Integração em Weingarten, na Diocese de Rottenburg-Stuttgart. Histórias capazes de tocar o coração das pessoas e criar um senso de identificação com o outro.

Outra área importante é a integração das famílias, onde é dado espaço para a transmissão de suas tradições e práticas culturais para seus filhos! É importante integrar isso na sustentabilidade de longo prazo, ou seja, cultura e espiritualidade, para apoiá-los em suas vulnerabilidades.

A integração não é uma via de mão única para ser sustentável! Exige esforço mútuo de todos os lados — a sociedade muda no processo, que precisa ser bem planejado! A migração é um processo de transformação para todos os envolvidos, trata-se da criação de uma nova sociedade.

A questão da documentação é um tema marcado politicamente! Todo o processo para a obtenção de documentos muitas vezes fere a dignidade de uma pessoa. A documentação permite que uma pessoa tenha acesso à inclusão social e política e é uma área que precisa de maior atenção. Somos todos filhos de Deus

e, como Thomas nos lembrou em sua reflexão, somos “membros da casa de Deus”. Neste modo de pensar, todas as pessoas devem ter o direito à cidadania, independentemente do país de origem! Isso é comunhão no sentido mais profundo da palavra!

É importante observar a vulnerabilidade do refugiado e do migrante e responder de forma holística; assim como é fundamental também incluir as próprias pessoas atendidas, onde e quando possível, aumentando sua dignidade e senso de autoestima.

O trabalho das irmãs na fronteira entre Moçambique e África do Sul, com os adolescentes, fala de um acompanhamento centrado no coração de jovens vulneráveis. Elas ajudaram com documentação, identidade e viagens, qualificação profissional — por exemplo, ajudando os jovens a completar sua escolaridade. As irmãs também se concentraram no ensino de habilidades para a vida, ensinando-os a viver com responsabilidade na cidade fronteiriça, “um lar longe de casa”, onde foram ensinados a poupar para futuras necessidades e também a compartilhar com suas famílias. Desta forma, permitindo-lhes manter o contato e a coesão familiar, apesar de sua atual situação desafiadora.

Questões para maior atenção são o desafio do HIV e da Aids, e a prostituição em cidades de trânsito fronteiriço, onde, por desespero e para sobreviver, as pessoas recorrem à prostituição.

Um outro desafio que requer atenção é o tráfico de seres humanos, especialmente nas cidades fronteiriças, onde os caminhões de longa distância passam com frequência!

Uma área que tem sido mencionada, mas precisa de mais atenção, é a do trauma sofrido por refugiados e migrantes e a necessidade de fornecer serviços para atender a questões relacionadas com o sofrimento psíquico. Esta questão de lidar com o trauma, tanto individual como das comunidades, fugindo

de situações de guerra, bem como traumas que acontecem durante o ‘caminho’ e, às vezes, dentro dos países receptores. O trauma não processado é um golpe no sentido de identidade e autoestima da pessoa. Onde existe um espaço seguro para sentir a dor e resolver o trauma?

Muitas vezes os refugiados e os migrantes têm que provar o seu sofrimento, cicatrizes, marcas, etc., para receber serviços. Essas exigências se transformam em trauma secundário infligido a eles. É importante que os processos para ajudar refugiados e migrantes compreendam o trauma que eles sofreram e levem isso em consideração ao assisti-los. É necessária uma maior consciência sobre isso!

Outras questões são o gênero e o patriarcalismo, a xenofobia e a ‘violência transportada” dos países de origem para o país de destino. Urge a necessidade de iniciativas de cura — todos são processos de longo prazo. Esta é uma área para a qual as irmãs poderiam ampliar sua missão?

O que é necessário para a reintegração, como no caso de Angola e da RDC? Muitas vezes, isso é um desafio para os países em casos de movimentos populacionais em massa, retornando para seus países de origem. Alguns dos desafios são a escassez de recursos por causa de situações de guerra.

Como trabalhar em situações onde há escassez de recursos até mesmo para as comunidades locais, minimizando a xenofobia e reduzindo o medo, enquanto criamos compreensão e comunidades de compaixão? Cuidar dos cuidadores! Ir. Ana Silvia mencionou isso em seu relatório, o que precisa ser incluído em todos os programas!

Como assegurar sustentabilidade para os serviços que oferecemos, não permanecendo dependentes do financiamento/recursos dos doadores e, também, como criar

planos de encerramento de nossa atuação, onde os serviços não são dependentes de nós? É importante que quando seguirmos em frente, esses serviços possam continuar enquanto houver necessidade!

Mais reflexão precisa ser feita na área da sustentabilidade a longo prazo para refugiados e migrantes, para que possam recuperar suas vidas e viver com dignidade como filhos do único Deus.

**DOCUMENTO FINAL
DA CONFERÊNCIA**

CARTA ABERTA

Nós, conferencistas participantes, queremos expressar nossas reflexões sobre migrantes e refugiados. Fazemo-lo na sequência das nossas deliberações sobre processos de migração no mundo contemporâneo, numa recente conferência internacional intitulada “Reconstruindo Vidas nas Fronteiras: Desafios no atendimento junto aos migrantes e refugiados”, realizada em Joanesburgo, África do Sul, de 4 a 6 de dezembro de 2018.

Reconhecemos primariamente que a migração humana é tão antiga como a história da humanidade. Contudo, discursos recentes sobre as migrações humanas têm vindo salienta a politização de seus processos e resultados. A prova disso está demonstrada no fato de quadros institucionais não acomodarem as várias situações de migração e de refugiados, que devem ser bem claras para todos. O unilateralismo no panorama internacional está adicionalmente a erodir as capacidades do atual quadro institucional internacional para garantir a proteção e servir humanamente as pessoas em movimento. A má caracterização mesquinha, os falsos comentários e afirmações erradas sobre os migrantes e refugiados geraram recentemente várias reações e sentimentos em muitos países. Por isso, pensamos ser essencial estabelecer claramente alguns fatos objetivos sobre a migração humana contemporânea, corrigir a desinformação e partilhar uma perspectiva que considere as pessoas em situação de mobilidade.

Constatamos que o processo de migração é variado, e que as experiências de migração são diferentes, que o fenômeno da

migração é complexo, e o nosso entendimento sobre a migração humana é limitado. Apesar desta prova evidente, ela aponta inequivocamente para a natureza entrelaçada das forças naturais e artificiais por trás das migrações. O protagonista no processo de mobilidade humana é um migrante ou refugiado forçado por circunstâncias para sair do seu lar para outro local. A nossa comum visão é a de que fatores econômicos são frequentemente ressaltados, havendo menos enfoque sobre fatores como cultura, religião, política e fatores naturais. Constatamos que estes fatores estão intimamente ligados. Em alguns casos, considerações de segurança dos Estados superam intervenções humanitárias. A maior parte das atuais narrativas não expressam as razões subjetivas da mobilidade humana. Daí que são expressos valores e expressões arcaicas que se propagam sem ter em conta seus efeitos e impactos. Apesar disso, a nossa mensagem é a seguinte:

Reconhecemos e honramos a resiliência, autonomia, diversidade e espírito duradouro dos migrantes e refugiados, especialmente à luz das adversidades prevalentes do mundo. Sublinhamos e compreendemos que as pessoas em mobilidade contribuem imensamente e de forma diversa para o progresso humano e da fraternidade. Apesar de ser um fato corrente que migrantes e refugiados são um nicho dependente de assistência, atestamos que muitos procuram sair das condições adversas, degradantes e desumanas. Valorizamos as várias formas da presença das pessoas em movimento que enriquecem vidas humanas, especialmente através da interação que aprofundam a compreensão da humanidade.

Notamos a importância da sociedade civil na prestação de serviços concretos e na defesa dos direitos dos migrantes e refugiados. Sugerimos que a sociedade civil deve se focar mais na compreensão da migração humana dentro dos países e, deliberadamente, sublinhar a atenção aos movimentos em áreas

fronteiriças, assim como em áreas não urbanas. Encorajamos a sociedade civil a prestar especial atenção aos movimentos de jovens, crianças, mulheres e pessoas que vivem com deficiências, lésbicas, gays, transgêneros e pessoas intersexuais. Desafiamos a sociedade civil a defender o multilateralismo e a reconfiguração da legislação internacional referente à mobilidade humana.

A nossa mensagem para a Igreja é de redobrar os seus esforços atuais na promoção da dignidade humana e dos valores humano, prestando especial atenção às pessoas em movimento. A Igreja deve reforçar e criar novas parcerias que mobilizem indivíduos, famílias e comunidades para o maior bem dos migrantes e refugiados. No contexto de limitações de recursos, nós acreditamos que a Igreja deve repensar e destinar maiores recursos aos serviços pastorais nas áreas fronteiriças e providenciar orientações mais específicas sobre o movimento humano em geral. Os grupos religiosos devem facilitar o diálogo, criando intervenções proféticas e articulando a posição da Igreja, e compreender a mobilidade humana nos vários contextos envolvidos e em mudança.

A nossa mensagem aos governos é a de que lhes compete a responsabilidade de desistirem de usar a migração para efeitos eleitorais e de ganhos políticos, mas antes a de promoverem a dignidade humana, incluindo a do migrante, usando legislação que aplica os direitos humanos. Os governos devem reforçar programas que combatam a xenofobia, a discriminação e o tráfico de seres humanos. São essenciais ações que promovam o tratamento humano de pessoas que regularmente se deslocam em áreas fronteiriças, respeitando os direitos culturais. Os governos devem fortalecer as atividades que facilitam um ambiente propício para a migração transnacional, especialmente a garantia para os deslocamentos de refugiados. Encorajamos os governos a avaliar e reformular políticas domésticas atuais sobre migrações, considerando as

mudanças no contexto global. Encorajamos os governos a reforçar a arquitetura internacional para a mobilidade humana no espírito do multilateralismo. Sublinhamos a importância dos governos se focarem na criação de pontes e não de muros.

É nossa esperança que muitos interlocutores a quem nos dirigimos irão considerar a nossa mensagem, que afirma de forma ampla a importância da integração, como uma importante opção para os migrantes e refugiados. A nossa mensagem é importante ao promover soluções duradouras, meios de sobrevivência, redução de desigualdades e, por fim, a fraternidade universal. É um importante dever para todos nós criar um mundo em que as vidas humanas não sejam deliberadamente e desnecessariamente quebradas e, quando ou onde isso acontecer, ajudar na sua reconstrução.

Joanesburgo, 6 de dezembro de 2018.

MIGRAÇÕES, REFÚGIO E COMUNIDADE CRISTÃ

Reflexões pastorais para a formação de agentes

Brasília: CSEM, 2018

Carmem Lussi e Roberto Marinucci (Orgs.)



Este livro traz treze artigos de especialistas sobre teologia pastoral e mobilidade humana. Foi organizado pensando, especialmente, a leitores que atuam ou gostariam de atuar em contexto eclesial para/com ou junto a migrantes e/ou refugiados.

São reflexões e ideias sobre temas relacionados à vivência e ao serviço pastoral que desafiam agentes pastorais, lideranças eclesiais e migrantes/refugiados, a partir de uma visão da mobilidade humana como processo positivo e propositivo, seja para a humanidade em geral, que para a Igreja, em modo particular.

O livro está disponível em versão impressa e digital. Para mais informações sobre como adquirir, entrar em contato: csem@csem.org.br.

Vol. 27, N° 56 – Agosto – 2019

REMHU

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

ISSN: 1980-8585

Migrantes africanos en América Latina:
(in)movilidades y haciendo-lugar



CENTRO SCALABRINIANO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

REMHU,

Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana

Disponível em: csem.org.br/remhu; scielo.br/remhu

Informações: remhu@csem.org.br

Reconstruindo vidas nas fronteiras. Desafios no atendimento junto a migrantes e refugiados foi o título da conferência organizada pelo CSEM e pela Weltkirche, em parceria com o Bienvenu Shelter e a Congregação das Irmãs Missionárias de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas, com o apoio da Radio Veritas e da Southern African Catholic Bishops' Conference.

No Evento foram apresentadas e discutidas experiências de atendimento a migrantes e refugiados e resultados de pesquisas realizadas pelo CSEM sobre ações concretas de agentes e instituições que visam auxiliar migrantes e refugiados em suas vidas na fronteira, com ações que pretendem respeitar e valorizar o protagonismo e a autonomia dessas pessoas, coadjuvando seus projetos migratórios.

O evento foi realizado em Johannesburg, na África do Sul, entre os dias 4 a 6 de dezembro de 2018, do qual este volume traz os principais resultados em português. Outro volume publica contemporaneamente os textos em inglês.



Irmãs Missionárias
Scalabrinianas



Bienvenu Shelter

For Migrants and Displaced Women and their Children



**CSEM - Centro Scalabriniano de
Estudos Migratórios**
SRTVN Qd 702 Conj. P Ed. Brasília
Radio Center SI 1 e 2
70719-900 -Brasília - DF - Brasil

ISBN 978-85-87823-34-2



9 788587 823342